



Parceria



Crescimento



Sustentabilidade

Pense PME, pense CII



pagina 12 Para atingir o crescimento sustentável, as PMEs necessitam de mais do que apenas financiamentos: precisam também de assistência técnica.



Parceria

Desenvolver redes mais sólidas para PMEs mais fortes

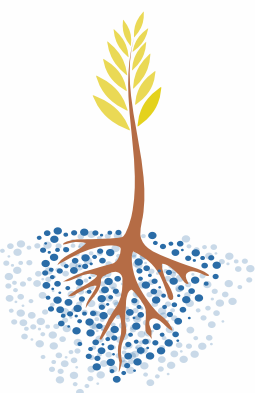


pagina 14 O FINPYME *ExportPlus* busca melhorar a capacidade das PMEs para conseguir acesso aos mercados internacionais.





pagina 7 Uma empresa costa-riquenha do setor cafeeiro cria novas formas para agregar valor a produtos tradicionais.



Crescimento

Ajudar as PMEs de hoje a serem líderes amanhã




pagina 5 Um novo terminal internacional de passageiros é construído em um aeroporto da Costa Rica para atender à demanda crescente gerada pelo turismo.

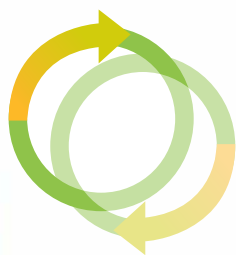
pagina 9 Uma usina de açúcar equatoriana gera eletricidade pela conversão dos resíduos da produção em vapor e energia industrial.

pagina 17 O GREENPYME promove a eficiência energética e o uso de tecnologias limpas por parte das PMEs, com a finalidade de atenuar os impactos ambientais.





pagina 11 No México, uma sociedade inovadora cria iniciativas de eficiência energética para os sistemas de iluminação pública.



Sustentabilidade

Assegurar o desenvolvimento para proteger as gerações futuras

pagina 11 Um fabricante brasileiro de turbinas eólicas expande-se para atender o aumento da demanda das estações eólicas.

Índice

Carta de envio	2
Carta do Gerente Geral	3
Assegurando o crescimento futuro das PMEs	4
A CII em suma	20
Visão geral de 2010	28
Demonstrações financeiras auditadas	56
Anexos	96
Governadores e Governadores Suplentes	97
Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes	98
Órgãos de ligação	99
Informações de contato	100

DESTAQUES FINANCEIROS

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO				
	2010	2009	2008	2007	2006
Demonstração do resultado					
Total das receitas	60.290	63.313	83.423	131.794	71.890
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	41.326	41.790	52.824	108.300	57.656
Total das despesas operacionais	28.686	25.876	24.732	21.638	19.719
Resultado	12.447	5.211	13.913	83.473	39.409
Balço patrimonial					
Empréstimos e participações societárias, líquido	817.402	823.317	878.726	800.446	646.880
Total do ativo	1.426.588	1.423.983	1.507.044	1.244.216	939.861
Captações e dívidas de longo prazo	634.118	645.556	733.817	498.966	342.229
Patrimônio líquido	773.051	758.879	744.249	734.540	586.906
Índices					
Retorno sobre o ativo médio	0,9%	0,4%	1,0%	7,6%	4,9%
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	1,6%	0,7%	1,9%	12,6%	7,5%
Endividamento/patrimônio líquido	82%	85%	99%	68%	58%
Patrimônio líquido/ativo	54%	53%	49%	59%	62%
Liquidez/total do ativo	42%	41%	40%	33%	28%
Despesas administrativas/média dos ativos relacionados ao desenvolvimento	3,2%	2,8%	2,8%	2,9%	3,2%

DESTAQUES OPERACIONAIS

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO				
	2010	2009	2008	2007	2006
Aprovações					
Número de projetos	49	40	64	62	47
Número de países	15	17	18	15	13
Volume de aprovações	374.775	300.810	300.548	470.178	330.480
Mobilização de recursos	536.000	283.000	300.600	273.700	173.000
Desembolsos					
Volume de desembolso	349.970	141.800	263.200	318.800	284.600
Volume de mobilizações	287.606	63.000	187.718	243.944	139.899
Carteira de investimentos					
Número de projetos	210	203	201	157	147
Carteira de ativos relacionados ao desenvolvimento em aberto	873.938	889.794	933.850	839.927	686.813
Provisão para perdas	56.536	66.477	55.124	39.481	39.993
Ativos com redução do valor recuperável	35.097	31.160	1.092	1.000	9.342
Cobertura de ativos com redução do valor recuperável	161,09%	213,34%	5046,47%	3948,07%	427,44%
Porcentagem de empréstimos inadimplidos	3,0%	0,65%	0,56%	0,0%	1,5%
Assistência técnica					
Aprovações de doadores	5.201.131	3.288.405	2.348.020	2.277.655	1.674.514
Número de atividades de assistência técnica realizadas	351	150	96	112	14
Beneficiários	986	770	349	141	14

Carta de envio

28 de março de 2011

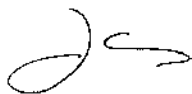
Presidente da Assembleia de Governadores
Corporação Interamericana de Investimentos
Washington, D.C.

Senhor Presidente,

Segundo as disposições do Parágrafo 9(a) do Artigo IV do Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos, tenho o prazer de apresentar o Relatório Anual de 2010 da Corporação e suas demonstrações financeiras auditadas, inclusive o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e as demonstrações de resultados, resultado abrangente, mutações no patrimônio líquido e fluxos de caixa correspondentes, referentes aos exercícios encerrados nessas datas.

O relatório resume as principais realizações da Corporação e os fatos mais destacados ocorridos ao longo do ano.

Atenciosamente,



Luis Alberto Moreno
Presidente
Diretoria Executiva
Corporação Interamericana de Investimentos

Carta do Gerente Geral

Acredita-se que empresas de pequeno e médio porte poderiam crescer e ser bem-sucedidas se tivessem maior acesso ao crédito.

Ao longo dos 25 anos de trabalho da CII, constatamos que, embora necessário, por si só o crédito não é suficiente para garantir a sustentabilidade das PMEs. Para que isso ocorra, o ideal é que o crédito seja acompanhado por assistência técnica que promova melhorias em áreas que abrangem desde governança até inovação.

Na CII, trabalhamos entusiasticamente com esse objetivo. A assistência técnica está agora no cerne das ofertas estratégicas da CII. Ajudar as PMEs a gerir melhor seu capital – econômico e humano – não é uma tarefa secundária ou marginal, mas algo essencial tanto para a sobrevivência em momentos difíceis quanto para a sustentabilidade no longo prazo.

Em 2010, a CII decidiu agrupar todas as suas ofertas de assistência técnica sob a marca FINPYME®. Avaliações diagnósticas, assistência direta, seminários de ética, programas de gestão de empresas familiares e de assistência à exportação, bem como o GREENPYME®, ferramenta da CII para aprimorar a eficiência energética das PMEs, estão se tornando cada vez mais importantes.

Nossos esforços para desenvolver parcerias, outro mecanismo agregador de valor, ao longo do ano passado foram igualmente importantes. A CII assumiu um papel de liderança em reunir faculdades de administração de empresas da região para prestar serviços às PMEs. Muitas empresas de grande porte, câmaras de comércio e governos de todo o mundo estão dando apoio a outros serviços não financeiros oferecidos pela CII a seus clientes.

Nossa decisão de agregar valor além do crédito está tendo um efeito demonstração muito grande.

Esses compromissos serão fortalecidos nos próximos anos. O recém-aprovado plano trienal de negócios da CII aprimora sua flexibilidade operacional e eficiência. Queremos ampliar o alcance de nossos serviços a empresas de pequeno e médio porte, além de expandir nossa assistência técnica direta e nossos planos de parceria.

Em resumo, como organização, estamos buscando atingir o que oferecemos a nossos clientes: mais inteligência e inovação para gerar mais valor a fim de aumentar a sustentabilidade.



Jacques Rogozinski

Gerente Geral

Corporação Interamericana de Investimentos



Assegurando o crescimento futuro das PMEs



A missão da CII – dar apoio ao setor privado para promover o desenvolvimento regional – ganhou impulso após o início da crise financeira global. A estratégia de preservar a sustentabilidade financeira de médio e longo prazo é essencial para maximizar o impacto sobre o desenvolvimento, particularmente porque os clientes tradicionais da CII são PMEs, atores de destaque na elaboração de políticas inclusivas e na introdução da América Latina e do Caribe nas cadeias de valor mais dinâmicas do mundo.

A CII tomou a decisão estratégica de fornecer programas, produtos e ferramentas modernos a PMEs inovadoras, dinâmicas e criativas, adaptados a suas necessidades e às exigências do mercado. A CII entrou em novos mercados e fortaleceu suas ferramentas gerenciais para avaliar melhor o impacto de seus projetos sobre o desenvolvimento.

As ferramentas financeiras da CII abriram para as PMEs de toda a região a possibilidade de agregar valor, assumir riscos e testar novos modelos de negócios. Os investimentos da CII em infraestrutura, capital de giro e assistência técnica ajudaram a promover a expansão de empresas de diversos setores, além do fortalecimento e da sustentabilidade das economias locais.



Mais infraestrutura na América Latina

Investimentos privados em infraestrutura promovem o desenvolvimento e melhoram as condições econômicas, expandindo o acesso a serviços básicos modernos. Novos projetos de infraestrutura afetam diretamente o crescimento das economias regionais e a competitividade e produtividade das empresas locais. Milhares de empregos foram criados em portos modernizados com financiamento da CII. Centenas de milhões de dólares foram mobilizados para projetos de melhoria de aeroportos. Investimentos em telecomunicações e financiamento de serviços básicos proporcionaram novas oportunidades de negócios e ajudaram a melhorar a qualidade de vida.

Em 2010, a CII concedeu a projetos de infraestrutura financiamentos que totalizaram US\$ 35 milhões – o maior valor em dez anos. Os empréstimos foram aplicados em projetos de energia renovável, transporte e armazenamento, telecomunicações e aeroportos, avaliados em mais de US\$ 247 milhões.

Como em anos anteriores, a CII concentrou-se em projetos de médio porte, com custos de capital entre US\$ 25 milhões e US\$ 100 milhões. Em geral, esses projetos de infraestrutura carecem do acesso a financiamento adequado em fontes de mercado tradicionais ou estão localizados em países onde poucos financiadores têm a capacidade de atender a suas necessidades de capital. Os recursos da CII foram canalizados por meio de empréstimos preferenciais, dívidas subordinadas e investimentos de quase-capital, de valor entre US\$ 8 milhões e US\$ 15 milhões.

Guanacaste abre suas asas

Coriport S.A.

Por muitos anos, a província costa-riquenha de Guanacaste, localizada na costa do Pacífico e na fronteira com a Nicarágua, ao norte, foi uma produtora tradicional de cana-de-açúcar, arroz, gado e frutas. Mas tudo isso mudou com a chegada dos primeiros turistas, principalmente dos Estados Unidos. Apenas em 2009 a região recebeu 380.000 visitantes e já se transformou em um dos principais destinos turísticos da Costa Rica, país onde o turismo é uma atividade econômica de destaque e representa 7% do PIB.

Isso colocou o Aeroporto Internacional Daniel Oduber Quirós, segundo maior do país, no centro das atenções. Localizado em Liberia, maior cidade da província, o aeroporto espera receber em 2011 quase 535.000 passageiros, trazidos por doze empresas aéreas, cerca de 24% a mais do que em 2010.

Em 2010, a Coriport construiu um novo terminal internacional de passageiros no aeroporto. A Coriport é liderada pela Houston Airport System, sexta maior operadora de aeroportos do mundo. A CII forneceu financiamento de US\$ 7,95 milhões para o projeto, cujo custo total foi de US\$ 43,5 milhões. O terminal acomodará um número maior de passageiros e receberá voos comerciais e fretados, além de contar com um sistema de manuseio de bagagens mais eficiente, sistemas de segurança mais sofisticados e novos restaurantes, lojas e áreas de atendimento.

A CII tem vínculos antigos com o setor de turismo da Costa Rica. Dez anos atrás, financiou a construção do primeiro hotel cinco estrelas de Guanacaste. O financiamento do aeroporto de Liberia é parte da estratégia da CII para ajudar a atrair mais turistas para a área de fronteira entre a Costa Rica e Nicarágua. A província de Guanacaste recebe um forte fluxo de migrantes que enfrentam problemas econômicos sérios e para quem o novo projeto de infraestrutura pode transformar-se em uma nova fonte de empregos. A expansão da infraestrutura também ajuda a impulsionar novos investimentos na região, estimula o desenvolvimento e melhora a diversificação econômica.



Sustentabilidade, o nome do jogo

Microfinance Growth Fund

O Microfinance Growth Fund (MiGroF) busca fomentar o desenvolvimento do microfinanciamento em mais mercados por meio de sinergias, ajudando a reduzir os prêmios de risco, bem como ampliar os empréstimos em moeda local, de forma que as instituições de microfinanças menos sofisticadas possam proteger suas operações dos riscos cambiais. Em ambos os casos, o objetivo é preservar a sustentabilidade das instituições de microfinanças e de seus clientes no longo prazo.

Criado pelo Presidente dos EUA, Barack Obama, em 2009, no auge da crise financeira global, o MiGroF é uma iniciativa que visa a agrupar recursos e alavancar até US\$ 250 milhões em empréstimos de médio e longo prazo para instituições de microfinanças em toda a região. A missão do fundo é conceder empréstimos a instituições de microfinanças com capacidade para levar recursos a clientes finais – microempresas e pequenos negócios – e recuperar os recursos.

A CII, juntamente com o Fundo Multilateral de Investimentos do BID, assumiu a liderança na estruturação do fundo e no estabelecimento de sua estratégia de crédito, diretrizes de investimento, regras de governança corporativa e políticas operacionais, bem como na seleção de seu gestor, a sociedade suíça BlueOrchard Finance.

A estrutura patrimonial do MiGroF assenta-se principalmente em um empréstimo de US\$ 125 milhões da Overseas Private Investment Corporation, braço de investimentos estrangeiros do governo dos EUA. A participação da CII no fundo é de até US\$ 5 milhões, enquanto o Fundo Multilateral de Investimentos e a Corporación Andina de Fomento estão contribuindo com até US\$ 10 milhões cada. Contribuições adicionais estão vindo de um grupo de investidores privados, inclusive o Banamex, a Norwegian Microfinance Initiative e a rede ACCION International.

Em 2010, o MiGroF aprovou US\$ 41,8 milhões em financiamentos, para 17 operações. Ao final do ano, havia desembolsado US\$ 32 milhões para 13 instituições de microfinanças na Bolívia, Equador, Honduras, México, Paraguai e Peru.

PMEs como agentes da recuperação

Fundo de Investimento Social no Haiti

Após o terremoto devastador de janeiro de 2010, a CII, em parceria com o BID e o governo da Espanha, concordou com a constituição do Fundo de Investimento Social no Haiti. O fundo oferecerá financiamentos a PMEs merecedoras de crédito em operação no Haiti ou que beneficiem o setor privado do país.

O fundo busca apoiar o desenvolvimento do Haiti e trazer seu setor produtivo para a economia formal. Também canalizará recursos para apoio ao desenvolvimento de negócios.

Por intermédio da CII, o fundo concederá empréstimos e garantias para que as instituições financeiras do país possam oferecer subempréstimos com custos atraentes, em valores de US\$ 10.000 a US\$ 300.000. O fundo complementa as doações e os financiamentos oferecidos pelo Grupo do BID e outras organizações para apoiar os setores público e privado do Haiti. A Espanha fornecerá o equivalente de € 51 milhões em dólares dos EUA e a CII contribuirá com o equivalente de € 1 milhão em dólares dos EUA. A CII também administrará o fundo e participará de seu Comitê de Investimento e Supervisão, composto por cinco membros.

Capital de giro: aposta na sustentabilidade

Empréstimos para capital de giro são outra forma de fomentar o crescimento sustentável das PMEs. Os empréstimos destinam-se a fornecer financiamentos de curto prazo – dois anos ou menos, com possibilidade de renovação – para atender a necessidades específicas das PMEs.

Em 2010, a CII aprovou US\$ 21 milhões em empréstimos para capital de giro – mais do que o dobro do montante do ano anterior. Empresas com lucro de até US\$ 20 milhões por ano receberam empréstimos de US\$ 2 milhões a US\$ 8 milhões.

Os recursos foram canalizados para empresas de pequeno e médio porte dos setores agrícola e agroindustrial, alimentício, engarrafadoras, de bebidas, pecuária e pesca, localizadas na Argentina, Costa Rica, Equador, Peru e República Dominicana. As empresas usaram os empréstimos para incorporar novas tecnologias, financiar a expansão orgânica e implementar novas políticas de gestão ambiental.



Britt Shop®



Uma loja de café sem igual

Café Britt Costa Rica S.A.

Localizada perto do balcão de imigração do Aeroporto Jorge Chávez, em Lima, uma loja enorme despede-se dos passageiros que saem do Peru. Trata-se de um dos pontos de venda da Café Britt, uma empresa costa-riquenha que, desde 1985, vem torrando e vendendo cafés gourmet e fabricando doces e chocolates especiais, vendidos em mais de 70 lojas de presentes e lembranças, como essa em Lima.

Em 2010, a CII concedeu à Café Britt um empréstimo de capital de giro no valor de US\$ 4 milhões, com prazo de 18 meses, para ajudar a empresa a planejar suas necessidades de recursos operacionais nos cinco países da região onde está presente. A Café Britt utilizará esses recursos, e outras linhas de crédito de curto prazo de bancos locais, para abrir uma pequena fábrica no México e novas lojas na Costa Rica e para consolidar suas operações no Chile, Peru e Caribe, onde recentemente abriu novas lojas.

A Café Britt é uma força inovadora no setor cafeeiro da região, criando novas formas de agregar valor a produtos tradicionais. Suas lojas turísticas – localizadas em aeroportos e projetadas para refletir as tradições culturais locais – são um modelo único na América Latina e no Caribe.







O poder da usina

Sociedad Agrícola e Industrial San Carlos S.A.

Com talento para a inovação, o Ingenio San Carlos foi a primeira usina de açúcar equatoriana a construir, no início do século XX, um hospital, um complexo habitacional e uma mercearia para seus empregados. Em 2004, a empresa voltou a ser pioneira ao começar a vender energia no mercado atacadista de eletricidade. A novidade é que a eletricidade é gerada a partir do bagaço de cana – um resíduo da produção. O bagaço é queimado nas caldeiras da usina e convertido em vapor e energia industrial. Em reconhecimento de seu projeto de geração de energia, o Ingenio San Carlos recebeu o prêmio ambiental equatoriano em 2010.

Fundado em 1897, na província de Guayas, na costa do Pacífico, o Ingenio San Carlos detém 34% do mercado de açúcar do Equador e uma rede de fornecedores diretos composta por 350 agricultores de pequeno e médio porte. Em 2010, a CII concedeu à empresa um empréstimo no valor de US\$ 7 milhões, e prazo de sete anos, destinado a aumentar a produtividade e eficiência de suas operações de plantio, colheita e processamento de cana-de-açúcar. Juntamente com financiamentos locais, o empréstimo da CII também ajudará o Ingenio San Carlos a atender as grandes necessidades de investimento associadas à operação de uma usina de açúcar, inclusive caldeiras e turbogeradores de 12 e 16 megawatts para geração de energia a partir de biomassa.



Participações societárias para estimular o desenvolvimento

Participações societárias e investimentos de quase-capital permitem que empresas e investidores compartilhem os riscos e benefícios de um negócio. Esses investimentos são ferramentas poderosas para promover o desenvolvimento das PMEs. Participações societárias e investimentos de quase-capital podem ajudar a criar empregos estáveis, aumentar a produtividade e melhorar a capacidade para aumentar as exportações.

Em 2010 a CII adquiriu participações societárias, fez investimentos de quase-capital e concedeu empréstimos subordinados em um total de US\$ 28,5 milhões, representando um aumento de 159% em relação aos US\$ 11 milhões aprovados no ano anterior. Os investimentos foram direcionados para empresas vibrantes e inovadoras, com produtos e serviços de valor agregado elevado, inclusive empresas de telecomunicações, instituições financeiras especializadas e fundos de investimento multissetoriais.

A experiência da CII em participações societárias e investimentos de quase-capital pode ser dividida em três estágios. No primeiro, há cerca de 20 anos, a CII atuava como investidora e gestora direta de projetos. No segundo, utilizava intermediários e fundos de investimento para reduzir sua exposição e ampliar o escopo de seus financiamentos. O terceiro estágio foi marcado por um aumento do seu capital, desinvestimentos e, mais recentemente, a admissão da República Popular da China como país membro.

Em 2009, a Diretoria Executiva aprovou a retomada ativa, pela CII, das participações societárias e dos investimentos de quase-capital na América Latina e no Caribe, que haviam sido bastante limitados desde 2003. A admissão da China preparou o caminho para a constituição do Fundo Fiduciário China-CII para o Investimento em Participações Societárias em PMEs, dotado com US\$ 75 milhões.

Em 2010, esse fundo ajudou diversas empresas da região a otimizar sua estrutura de capital e profissionalizar sua gestão por meio de

investimentos diretos da CII e de fundos de investimento. Esses investimentos incluem:

Financiamento para empresas familiares. O Multinational Industrial Fund II L.P. (MIF II) é um fundo de investimentos privado que dá apoio ao crescimento de empresas familiares nos setores de saúde, educação, logística, entretenimento e turismo no México. A CII tem participação de US\$ 3 milhões no fundo e espera-se captar até US\$ 120 milhões em recursos adicionais junto a fundos de pensão e investidores institucionais mexicanos. A participação no MIF II permite que a CII atinja um número maior de empresas do que por meio do investimento direto. A CII também pode introduzir procedimentos e normas ambientais e trabalhistas de categoria internacional e avaliar o impacto sobre o desenvolvimento das empresas financiadas pelo fundo. O MIF II é o segundo fundo no qual a CII investiu em conjunto com a Wamex Private Equity Management como gestora do fundo.

Recursos para correspondentes não bancários. O Banco de Guayaquil, um dos principais bancos de varejo do Equador, recebeu um empréstimo subordinado no valor de US\$ 5 milhões para ampliar a capacidade de empréstimo do Banco del Barrio, sua rede de correspondentes não bancários em farmácias, mercearias e postos telefônicos, em áreas rurais e urbanas. O Banco del Barrio é um defensor ativo das economias municipais e ampliou a disponibilidade de serviços bancários para as famílias equatorianas com acesso limitado a financiamentos.

Reorganização societária. A empresa peruana América Financiera S.A. recebeu um empréstimo subordinado no valor de US\$ 3,5 milhões, destinados a melhorar sua posição patrimonial. Constituída em 1985 como uma empresa de leasing, transformou-se em uma financeira voltada a PMEs e agregou factoring, operações cambiais e assessoria de seguros a seus serviços de arrendamento mercantil. A empresa é cliente da CII desde 2002.

Ar fresco na energia renovável

Wind Power Energia S.A.

Em janeiro de 2011, 365 famílias que vivem no condomínio Ecogarden, em Maringá, no estado do Paraná, eram algumas das primeiras famílias brasileiras a deixar de utilizar energia elétrica convencional. Uma turbina eólica da Wind Power Energia fornece agora eletricidade para todo o complexo, o que pode gerar economias de uns US\$ 8.800 mensais.

Constituída em Fortaleza, no nordeste do Brasil, a Wind Power Energia projeta, fabrica e comercializa equipamentos de geração eólica de alta potência. É a única empresa desse tipo na região da América Latina e do Caribe. A empresa está expandindo sua capacidade de produção – atualmente de 300 geradores eólicos por ano – e iniciando a produção de equipamentos eletromecânicos para usinas hidrelétricas.

A CII, que apoia projetos de adaptação energética destinados a reduzir a dependência de combustíveis fósseis, aprovou em 2010 um empréstimo de US\$ 5 milhões para a empresa, que lhe permitirá financiar seu processo de expansão. Subsidiária da IMPSA, empresa global sediada na Argentina e voltada para a geração e infraestrutura de eletricidade, a Wind Power Energia planeja iniciar a venda de seus geradores para parques eólicos na Argentina, no Chile e no Uruguai.



Iluminação inteligente

Optima Energia

Houve uma época em que os engenheiros da Optima Energía passavam seus dias em hotéis de luxo. Hoje gastam seu tempo nas ruas de cidades do centro do México. Estranhamente, renunciar ao glamour é um sinal de crescimento.

Sediada na cidade de Monterrey, no norte do país, a Optima Energía cria sistemas que otimizam o consumo de eletricidade, combustível e água no México – proporcionando a seus clientes economia de 50% nos custos de energia. Desde sua fundação, em 1988, a empresa concluiu mais de 100 projetos prontos para entrar em funcionamento e executou cerca de 20 contratos baseados em resultados em hotéis de cinco e seis estrelas.

O sucesso da Optima Energía em reduzir as emissões de gases do efeito estufa pelo setor turístico do México chamou a atenção do setor público do país. Desde 2009, a empresa vem implementando projetos de eficiência energética para os sistemas de iluminação pública de 25 municípios mexicanos – e espera incluir mais 20 até 2013.

Em 2010, a CII aprovou uma linha de crédito não rotativa, de até US\$ 6 milhões, para financiar os projetos municipais da Optima Energía, e o Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento de PMEs está fornecendo recursos adicionais para estudar as emissões de CO₂. Com esse investimento, a CII torna-se uma das primeiras organizações multilaterais a financiar operações de energia limpa na América Latina e no Caribe.





Uma única marca

Para atingir o crescimento sustentável, as PMEs necessitam de mais do que apenas financiamentos: precisam também de assistência técnica. As empresas enfrentam diversos obstáculos que prejudicam sua capacidade de concorrer em mercados abertos, inclusive dificuldades estratégicas, de planejamento e de gestão. Ao longo dos anos, a CII identificou várias áreas importantes, nas quais as PMEs normalmente precisam de assistência. Como resultado, em 2010 a CII preparou, sob a marca FINPYME, um pacote abrangente de serviços de valor agregado para as PMEs.

O programa FINPYME consiste em seis serviços agregadores de valor: FINPYME *Diagnostics*, FINPYME *Direct Technical Assistance*, FINPYME *ExportPlus*, FINPYME *Family Business*, FINPYME *Integrity* e GREENPYME, cujo uso na América Latina e no Caribe está aumentando a um ritmo constante.

Em 2010, os doadores da CII aprovaram 21 iniciativas do FINPYME, em um total de US\$ 5,2 milhões. Países doadores como Áustria, Espanha, França, Itália, Noruega, República da Coreia e Suíça, o Nordic Development Fund e a Região da Valônia, na Bélgica, ajudaram a financiar atividades de assistência técnica da CII em 17 países do Caribe e das Américas Central e do Sul.



Consolidação

O FINPYME *Diagnostics* é um programa de duas fases. Em primeiro lugar, são identificadas as áreas que apresentam desafios de gestão. Na segunda fase, são fornecidas assistência técnica individual e em grupo para melhorar essas áreas e ferramentas gerenciais destinadas a aumentar a competitividade.

Em 2010, um ano após seu lançamento em Bogotá, Cali e Medellín, o FINPYME Colômbia completou avaliações diagnósticas de 120 PMEs. Essas avaliações foram seguidas pela fase de assistência técnica do programa FINPYME, que começou com uma oficina de treinamento para 80 empresas, centrada na inovação como motor da competitividade.

A experiência colombiana exemplifica a consolidação do FINPYME *Diagnostics*. O programa conduziu mais de 330 avaliações diagnósticas de empresas em 13 países da América Latina e do Caribe. Em 2010, foram concluídas a fase de assistência técnica individual e em grupo do programa em quatro países da América Central e as primeiras experiências de treinamento em grupo na região do Caribe, no Belize, na Jamaica e em Trinidad e Tobago.

Ao longo de 2010, estavam em andamento negociações para a condução de avaliações diagnósticas e prestação de assistência técnica do FINPYME em 2011 e 2012 no Brasil e no México, as duas maiores economias da região. PMEs dos estados brasileiros do Ceará, Paraíba e Pernambuco poderiam iniciar suas avaliações diagnósticas em 2011 graças a parcerias com a Confederação Nacional da Indústria e outras associações empresariais e organizações de apoio aos negócios nesses estados. No México, estão em andamento conversações para a formação de parcerias estratégicas e identificação dos estados para lançamento do programa.



Aprimorando a administração no dia a dia

O programa FINPYME *Direct Technical Assistance* oferece aos clientes da CII serviços de consultoria em áreas que vão desde análise financeira e conformidade com a regulamentação ambiental até avaliações técnicas e de mercado. O programa é parcialmente financiado pelo Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs e pelos fundos fiduciários para cooperação técnica que o BID mantém com a França e a Noruega.

Em 2008, a Productos Ujarrás S.A., conhecido produtor e exportador costa-riquenho de massas, gelatinas e geleias de frutas tropicais, participou do programa FINPYME *Diagnostics*. O diagnóstico foi seguido por uma segunda fase de assistência técnica para ajudar a empresa a ampliar sua competitividade e implementar normas de qualidade ISO. Em 2009, após implementar as medidas recomendadas, suas vendas aumentaram cerca de 32%. Nesse mesmo ano, a CII aprovou um empréstimo para ajudar a Productos Ujarrás a ampliar sua produção e expandir a capacidade de sua fábrica. Atualmente, a empresa está tomando medidas para reduzir os custos de produção, aumentar a eficiência e desenvolver novos mercados.

Em 2010, a CII recebeu aprovação dos doadores para financiar 11 projetos sob amparo do FINPYME *Direct Technical Assistance*. Dois projetos estão prestando serviços de consultoria para ajudar os clientes da CII a aumentar sua competitividade. Outros cinco estão ajudando a CII a avaliar a viabilidade de projetos de clientes em potencial. Um desses projetos fortalecerá a cadeia de valor do cliente, outro ajudará a identificar novos clientes no Caribe e outros dois ajudarão a clientes com questões ambientais.

Inovação com o FINPYME

Subsole monitora suas uvas

Na reunião anual do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, a PME chilena Subsole exibiu os frutos da combinação de sua capacidade de inovação com a adicionalidade do FINPYME.

As uvas empacotadas que a Subsole vende na Ásia, nos Estados Unidos e na Europa e trazem um código de barras que sumariza sua história. Lançando esse código no banco de dados online da empresa, é possível obter informações como local do vinhedo, datas de plantio e colheita, variedade e tratamentos fitossanitários recebidos. Esse sistema de rastreamento é usado nos mais modernos agronegócios na América Latina.

A Subsole é a quinta maior exportadora de uvas do Chile. Participou do primeiro programa piloto do FINPYME em 2001, quando suas vendas anuais eram inferiores a US\$ 30 milhões. A avaliação diagnóstica conduzida nessa época forneceu um roteiro para aprimorar sua administração. Desde então, a CII já concedeu dois empréstimos à empresa, em um total de US\$ 8 milhões.

A Subsole começou como uma associação de produtores de uvas. Atualmente é uma organização verticalmente integrada, com quase 200 agricultores que cultivam mais de 3.600 hectares. Seu processo de produção foi parcialmente modernizado, com quatro unidades de armazenagem refrigerada para resfriar as frutas, e conta com mecanismos modernos de exportação, inclusive sua própria empresa de transporte marítimo. Em 2009, as vendas da Subsole totalizaram US\$ 117 milhões, 90% das quais para exportação.



Olhos voltados para o mundo

O FINPYME *ExportPlus* foi desenvolvido pela CII como parte do programa Ajuda para o Comércio da Organização Mundial do Comércio. O programa de assistência técnica busca melhorar a capacidade das PMEs para conseguir acesso aos mercados internacionais.

Os primeiros projetos do programa ocorreram em 2009 e 2010 na Guatemala, com o apoio do governo italiano. O FINPYME *ExportPlus* deu treinamento a 297 PMEs guatemaltecas em áreas como tratamento sustentável de águas residuais, etiquetagem de produtos e melhoria de processos, implementação de normas fitossanitárias e aprimoramento de processos de linha de produção de madeiras.

Em 2010, outros países expressaram interesse no FINPYME *ExportPlus*. Foram direcionados recursos para o Haiti com o apoio da Região da Valônia, na Bélgica, e iniciadas atividades nas Bahamas, Barbados, Guiana e Suriname com financiamento do Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs. O Fundo Fiduciário Coreano também aprovou financiamentos para o FINPYME *ExportPlus* na Costa Rica, Nicarágua e República Dominicana, onde estão sendo feitos progressos na identificação de parceiros locais. Em 2011, o programa também desenvolverá atividades na Bolívia e El Salvador, com recursos novos do governo italiano.



Hora de profissionalizar

Participando de um seminário sobre empresas familiares em Bogotá, em 2009, o proprietário de uma pequena empresa e seus dois filhos destacaram a necessidade do programa FINPYME *Family Business* e de um planejamento adequado da sucessão. Pouco antes do seminário, a empresa havia sido praticamente paralisada pelo falecimento da esposa do proprietário. O pai e os filhos não tinham ideia de como tratar da administração rotineira do negócio, que sempre havia ficado a cargo da mãe, nem conheciam aspectos essenciais da administração da empresa: quando e como comprar suprimentos e o que pagar a quem.

Com uma PME como essa em mente, foi lançado em 2008 o FINPYME *Family Business*. O primeiro seminário foi conduzido no Panamá, para ajudar PMEs familiares a adotar práticas melhores de governança corporativa. O treinamento mais recente foi realizado em 2010 em Trinidad e Tobago, levando para cinquenta o total de empresas familiares que participaram desses seminários. Os proprietários de empresas familiares aprendem sobre planejamento de sucessão e protocolos operacionais e recebem manuais que explicam como organizar um conselho de administração ou um conselho familiar. Em 2011, com o apoio da República da Coreia e da Espanha, a CII levará as melhores práticas de administração de empresas familiares a sete outros países.



BLUE RIDGE HIGHWAY
PANAMA

SUD



Ética comercial universal

Nos últimos anos, a CII tem-se concentrado ainda mais em incluir programas para disseminar as melhores práticas comerciais em toda a região. Em 2008, a CII firmou um acordo com o Fórum Econômico Mundial para levar programas de treinamento em ética até as PMEs. No início de 2010, a CII ofereceu-se para trabalhar com o Departamento de Comércio dos EUA no desenvolvimento conjunto de materiais para treinamento de especialistas em ética comercial. Como resultado, a Administração do Comércio Internacional, divisão do Departamento de Comércio encarregada do fomento das melhores práticas comerciais, firmou um acordo com a CII. Pouco depois, a CII incluiu a Câmara Coreana de Comércio e Indústria em sua rede de parceiros.

O FINPYME *Integrity*, que conta com o apoio financeiro do Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs, é resultado desses acordos e do programa FINPYME *Family Business*. Seu objetivo é estimular um ambiente de negócios mais robusto e transparente para as PMEs da região, ajudando as empresas a adotar práticas eficazes de integridade, transparência e combate à corrupção. A meta é ajudar as PMEs a cumprir os regulamentos, apresentar relatórios aos acionistas, evitar fraudes e posicionar-se como parceiras confiáveis nas cadeias de valor de grandes empresas com padrões elevados de integridade empresarial.

A etapa inicial do lançamento do programa foi o desenvolvimento de um pacote de conhecimentos sobre ética nos negócios para treinamento dos instrutores. Em 2010, os primeiros 16 especialistas em treinamento – de Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago – participaram de um seminário de duas semanas conduzido em Washington, D.C.

Em 2011, esses instrutores transmitirão seus conhecimentos e ajudarão as PMEs de seus países a adotar as melhores práticas de administração e ética nos negócios, inclusive com a implementação de códigos de conduta. Quando da conclusão desse exercício piloto, uma avaliação determinará a viabilidade de reproduzir o programa em outros países. Uma vez finalizado o projeto, a ferramenta de treinamento será disponibilizada ao público on-line.



Eficiência energética contra a mudança climática

O GREENPYME é uma iniciativa de assistência técnica que promove a eficiência energética e o uso de tecnologias limpas por parte das PMEs, com a finalidade de atenuar os impactos ambientais. Lançado em 2008, o programa organiza treinamentos e seminários de conscientização, conduz auditorias energéticas e oferece incentivos ao investimento em mudanças na matriz energética.

O primeiro projeto piloto do GREENPYME, realizado em 2009, envolveu o complexo turístico Half Moon Resort, em Montego Bay, na Jamaica. Após efetuar os investimentos recomendados pelo programa, o hotel será um dos primeiros do Caribe a reduzir seus níveis de emissão de carbono.

Em 2009, em parceria com o BBVA Colômbia e o apoio do Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs, o GREENPYME levou suas oficinas de treinamento para Bogotá, Cali e Medellín. Em resposta ao interesse pelo programa, o GREENPYME conduzirá 36 auditorias energéticas em empresas industriais e de serviços na Colômbia.

Em 2010, o GREENPYME recebeu US\$ 2,7 milhões do Nordic Development Fund para desenvolver suas atividades na Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Em 2011, conduzirá auditorias energéticas de PMEs e seminários sobre eficiência energética nesses países. O programa também continuará a buscar novas parcerias para difundir conhecimentos e prestar assistência técnica, como a parceria estratégica forjada com o BAC International Bank.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO FINPYME

PROGRAMA	PAÍSES DE APLICAÇÃO	MONTANTE
FINPYME <i>Diagnostics</i> ¹	Brasil, Colômbia, México	US\$ 290.950
FINPYME <i>Direct Technical Assistance</i> ²	Argentina, Bahamas, Barbados, Chile, Costa Rica, Guatemala, Haiti, Jamaica, México, Trinidad e Tobago	417.611
FINPYME <i>ExportPlus</i> ¹	Bahamas, Barbados, Costa Rica, Guiana, Nicarágua, República Dominicana, Suriname	902.850
FINPYME <i>Family Business</i> ¹	Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Honduras, República Dominicana	129.400
FINPYME <i>Integrity</i> ¹	Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago	447.920
GREENPYME ³	Colômbia, América Central	2.937.400
Recursos humanos ¹	Regional	75.000
Total		US\$ 5.201.131

¹ Recursos do Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs.

² Recursos do Fundo Fiduciário Norueguês para Serviços de Consultoria (US\$ 70.000) e do Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs (US\$ 347.611).

³ Recursos do Nordic Development Fund (US\$ 2.615.800) e do Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs (US\$ 321.600).

APOIO DOS DOADORES A PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

DOADOR	FINPYME	FINPYME <i>Direct Technical Assistance</i>	FINPYME <i>ExportPlus</i>	FINPYME <i>Family Business</i>	FINPYME <i>Integrity</i>	GREENPYME	Recursos humanos*
Áustria	X	X				X	X
Dinamarca		X				X	
Espanha	X	X		X			X
Estados Unidos		X			X		X
França		X					
Itália		X				X	X
Nordic Development Fund						X	
Noruega		X					
Portugal							X
Região da Valônia, Bélgica			X				X
República da Coreia	X	X	X	X	X	X	X
Suíça		X				X	X

*Os recursos humanos pagos por doadores incluem funcionários cedidos, consultores e fellows da TAS trabalhando na sede da CII.



Barracas para o Haiti

Em vista das circunstâncias excepcionais e da urgência decorrentes do terremoto de janeiro de 2010, o FINPYME *ExportPlus*, com o apoio da *Initiative Wallonie-Belgique pour Haïti*, doou vinte barracas para famílias que perderam suas casas.

As barracas foram entregues a pequenos agricultores fornecedores da Carifresh, um cliente da CII produtor de mangas, sobretudo para exportação. As barracas foram transportadas pela Schreiber, uma empresa valonense de Lontzen, na Bélgica, cujos funcionários doaram sua remuneração pelo trabalho como contribuição à assistência prestada ao Haiti.



Parcerias: chave para a assistência técnica

Breve histórico do FINPYME

Se o presente é uma acumulação de aprendizado, então o FINPYME é o símbolo de uma década de acumulação de conhecimentos para ajudar a CII a sustentar sua estratégia ativa e eficiente de agregação de valor por meio de parcerias, apoio às PMEs que vai além do simples financiamento e a determinação de promover a sustentabilidade das empresas e do meio ambiente.

A história do FINPYME é um registro dessa acumulação de lições e um reflexo da estratégia de longo prazo da CII. Com efeito, a CII entende que a prestação de serviços de valor agregado para as PMEs está no cerne de sua atuação, para ajudar as PMEs a aumentar sua competitividade, obter maior acesso a financiamentos comerciais e participar da economia global de forma eficiente e eficaz.

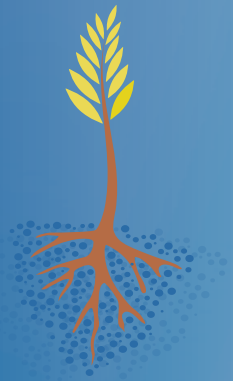
Os primeiros projetos de assistência técnica da CII – predecessores diretos do FINPYME – foram iniciados em 2000. Cinquenta PMEs participaram desse programa inovador na Bolívia e no Chile. Cinco anos mais tarde, a República da Coreia ingressou na CII, alocando US\$ 40 milhões para constituir o Fundo Fiduciário Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs, destinado a apoiar a estratégia de negócios da CII e expandir e modernizar as PMEs da América Latina e do Caribe. Desde então, juntamente com recursos de diversos doadores, o Fundo Fiduciário Coreano tem funcionado como a pedra fundamental para o financiamento das operações não financeiras da CII.

Em 2008, a CII expandiu sua capacidade para oferecer serviços não financeiros com a criação da Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas (TAS). Nesse ano, a TAS lançou o programa FINPYME na América Central, formando suas primeiras alianças com destacadas escolas de administração de empresas: a Universidad Latinoamericana de Ciencia y Tecnología, na Costa Rica, o Instituto Tecnológico de Santo Domingo, na República Dominicana, a Escuela Superior de Economía y Negocios, em El Salvador, a Universidad Rafael Landívar, na Guatemala, a El Zamorano, em Honduras, a Universidad Americana, na Nicarágua, e a Universidad Católica Santa María La Antigua, no Panamá. Essa iniciativa da CII foi pioneira na região.

Parcerias com organizações locais, como instituições de ensino e associações comerciais, demonstraram que são um mecanismo eficiente para assegurar a sustentabilidade das atividades de assistência técnica da CII. Em 2008, esse tipo de parceria possibilitou que a CII executasse 160 avaliações diagnósticas nas Américas Central e do Sul e começasse a oferecer assistência técnica direta a PMEs na Costa Rica, El Salvador, Guatemala e Nicarágua.

Em 2009, o FINPYME desenvolveu uma quantidade crescente de parcerias, permitindo levar as avaliações diagnósticas para a Colômbia e cinco países do Caribe. Parceiros chave na área acadêmica e em organizações comerciais e empresariais tornaram-se parte importante das operações da CII destinadas a agregar valor para as PMEs. A CII também desenvolveu parcerias com instituições de ensino como a Universidad de los Andes, Universidad EAFIT, Universidad ICESI e University of the West Indies, além das câmaras de comércio de Bogotá, Cali e Medellín.

Em 2010, quando a CII estava consolidando suas ofertas do FINPYME sob uma única marca, estavam em andamento discussões sobre a realização de avaliações diagnósticas e a oferta de assistência técnica no Brasil e no México a partir de 2011 e 2012. O modelo de parceria também será reproduzido nesses países.



A CII em suma

A Corporação Interamericana de Investimentos fomenta o desenvolvimento econômico dos países membros na América Latina e no Caribe por meio do financiamento de empresas privadas. A CII iniciou suas operações em 1989 e concentra-se no apoio a empresas de pequeno e médio porte que têm dificuldade em conseguir acesso a financiamentos de médio e longo prazo.

As empresas e os projetos financiados pela CII devem ser economicamente viáveis e operar com eficiência, além de estimular o crescimento econômico e promover a boa gestão ambiental. A CII apoia empresas que criam empregos, ajudam a ampliar a propriedade do capital ou facilitam a transferência de recursos e tecnologia. Também estão qualificados para receber apoio da CII projetos que gerem divisas ou fomentem a integração econômica da América Latina e do Caribe.

Como organização financeira multilateral, a CII oferece uma série de alternativas de financiamento, inclusive empréstimos diretos, garantias, participações societárias e linhas de crédito para intermediários financeiros. As operações da CII servem também como catalisadores para atração de tecnologia, know-how e outras fontes de financiamento adicional para projetos. Os recursos são mobilizados por meio de acordos de cofinanciamento e sindicalização, apoio para subscrição de ações, obrigações e outros títulos, além de parcerias em joint ventures.

A CII é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é juridicamente autônoma e seus recursos e administração são separados do BID. A CII tem sede em Washington, D.C., e tem funcionários em dez países da América Latina e do Caribe.

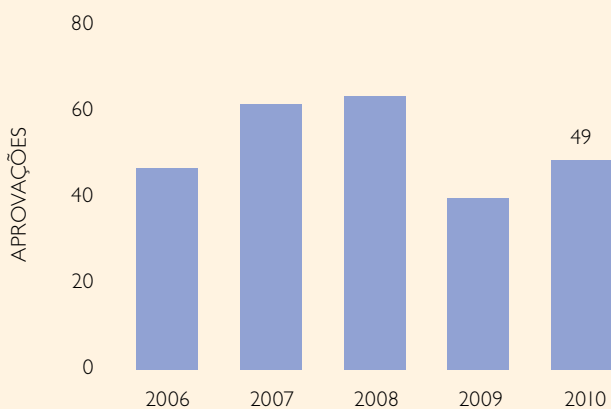




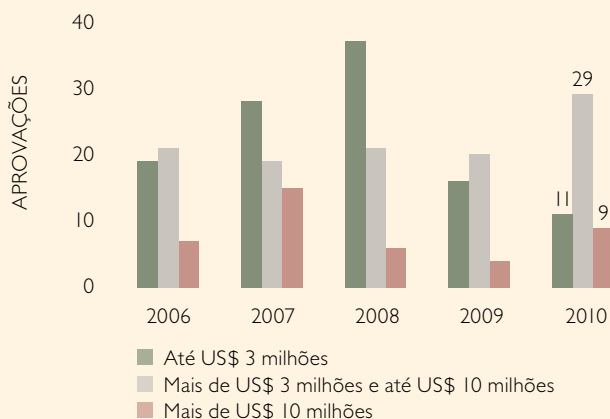
44 PAÍSES MEMBROS

Principais indicadores operacionais

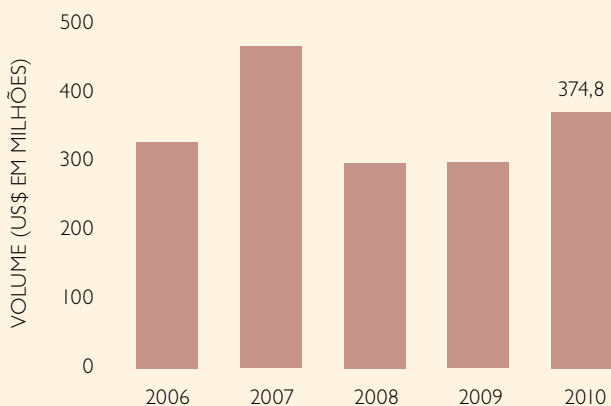
NÚMERO DE APROVAÇÕES



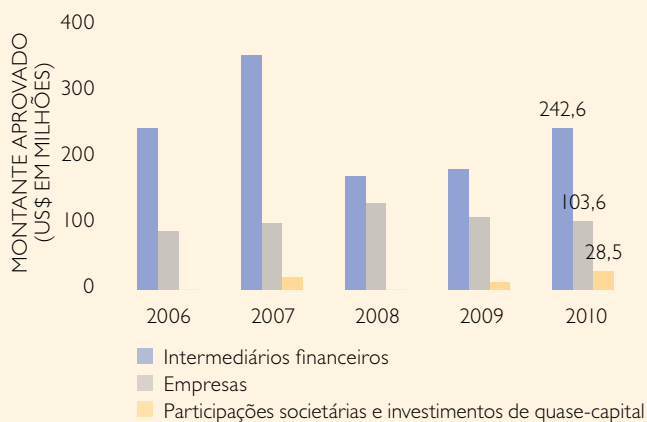
APROVAÇÕES POR VOLUME DE INVESTIMENTO



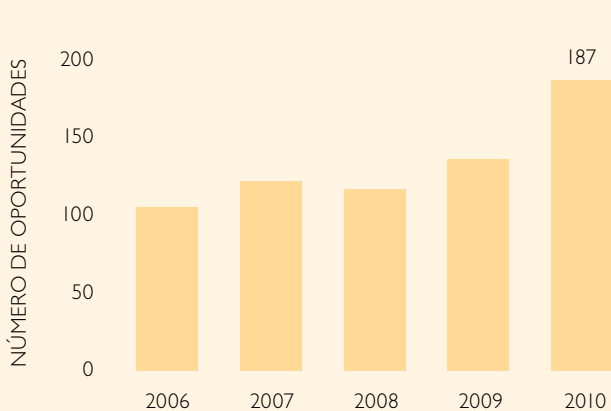
VOLUME DE APROVAÇÕES



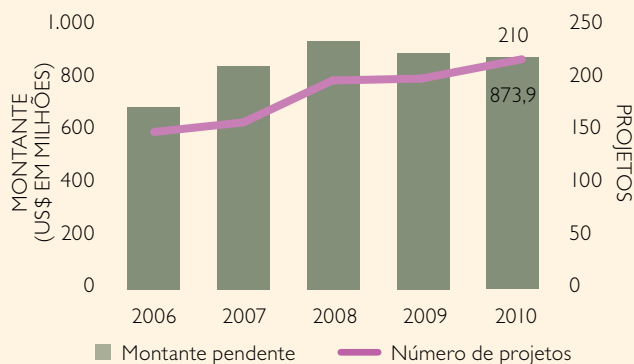
VOLUME DE APROVAÇÕES POR TIPO DE OPERAÇÃO



OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO ANALISADAS



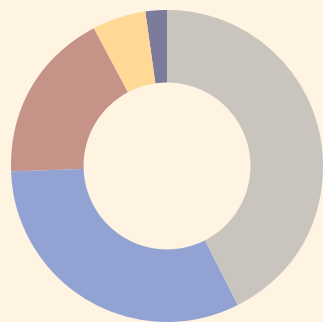
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS*



*Não inclui a operação com RBTT, que é contabilizada nas demonstrações financeiras como investimentos em títulos e valores mobiliários.

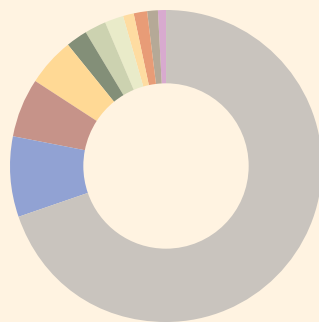
Composição de aprovações em 2010

APROVAÇÕES POR REGIÃO



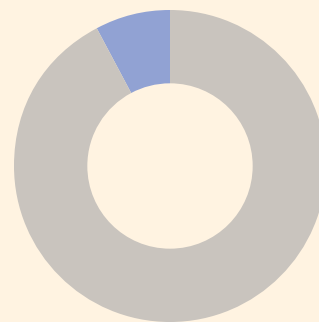
- México e América Central 42,6%
- Cone Sul 31,9%
- Países andinos 18,0%
- Regional 5,3%
- Caribe 2,2%

APROVAÇÕES POR SETOR



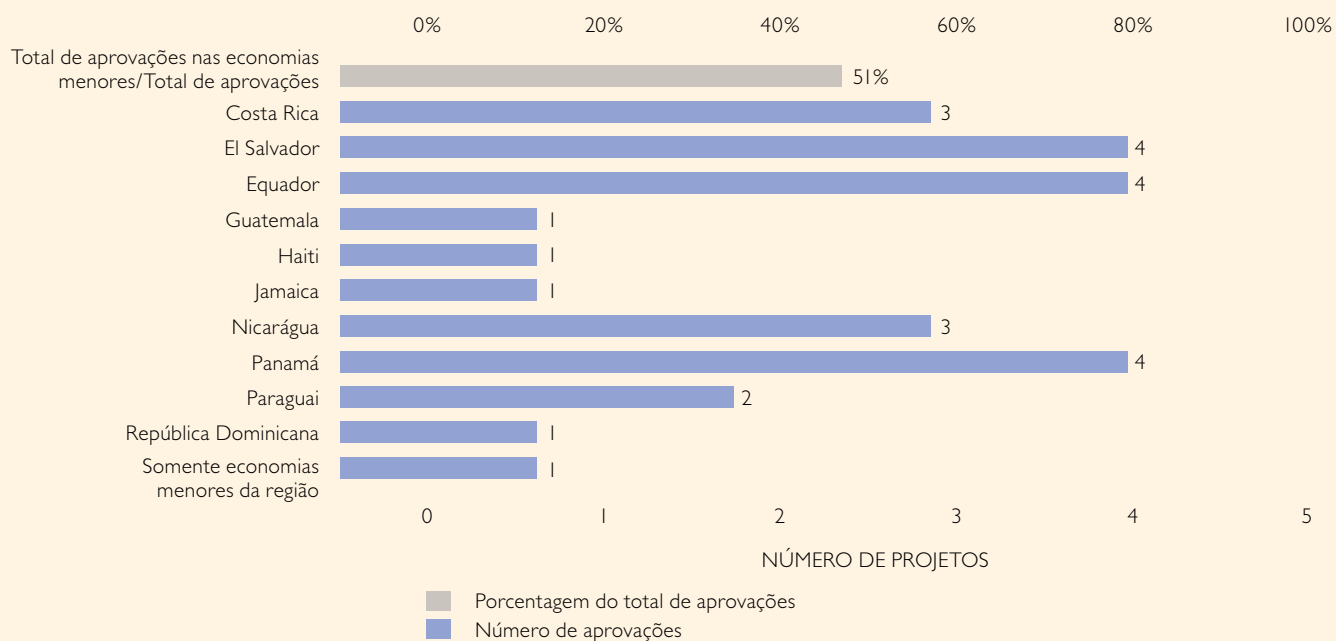
- Serviços financeiros 69,9%
- Agricultura e agroindústria 8,1%
- Serviços públicos e infra-estrutura 6,1%
- Diversos 5,0%
- Alimentos, engarrafamento e bebidas 2,4%
- Petróleo e mineração 2,1%
- Transporte e armazenamento 1,9%
- Tecnologia, comunicações e nova economia 1,3%
- Madeira, papel e celulose 1,3%
- Fundos de investimento 1,1%
- Educação 0,7%

APROVAÇÕES POR TIPO DE INVESTIMENTO



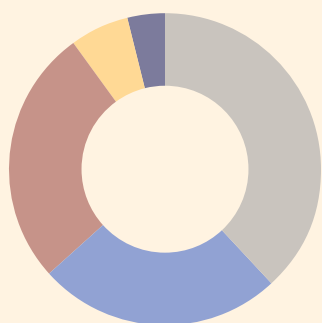
- Empréstimos 92,4%
- Participações societárias e dívida subordinada 7,6%

COMPOSIÇÃO DE APROVAÇÕES POR REGIÃO E MONTANTE

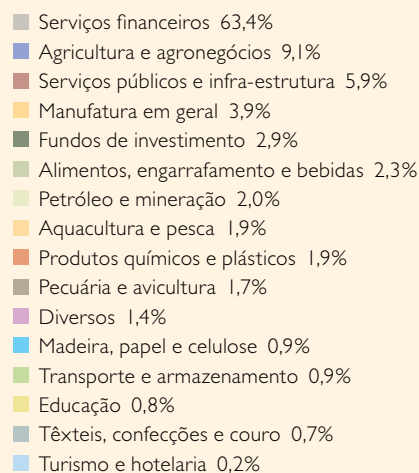
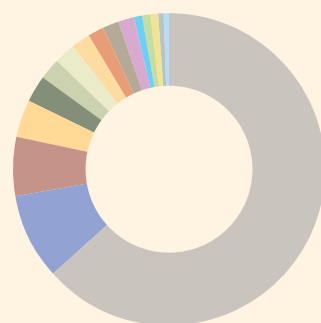


Carteira de investimentos e Programas para PMEs

CARTEIRA PENDENTE POR REGIÃO*



CARTEIRA PENDENTE POR SETOR*



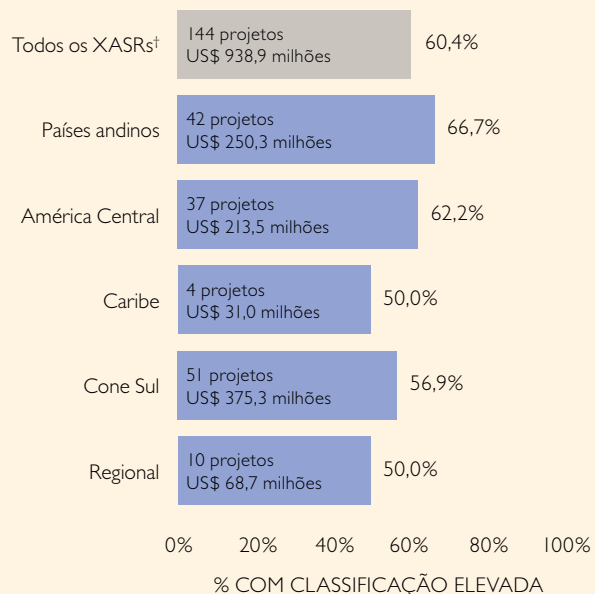
*Não inclui a operação com RBTT, que é contabilizada nas demonstrações financeiras como investimentos em títulos e valores mobiliários.

PROGRAMAS PARA PMEs

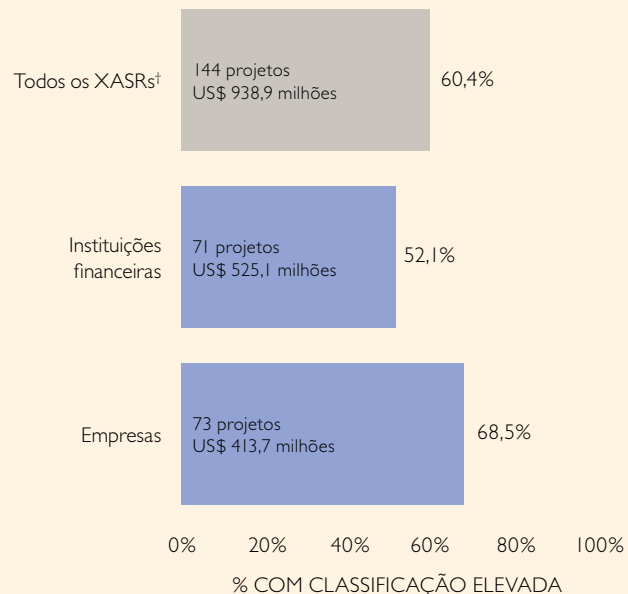
FINPYME <i>Diagnostics</i>	Número cumulativo de avaliações diagnósticas realizadas	335
	Número cumulativo de empresas que receberam assistência técnica individual ou em grupo	353
GREENPYME	Número cumulativo de participantes em seminários	760
	Número cumulativo de atividades de assistência técnica	83
FINPYME <i>Family Business</i>	Número cumulativo de participantes em seminários	181
	Assistência técnica direta	Número cumulativo de projetos com componente de assistência técnica
Seminário de treinamento ambiental	Número cumulativo de participantes em seminários	453
Empréstimos por meio de intermediários financeiros	Número cumulativo de subempréstimos	1.615.116
IFEM	Número cumulativo de projetos aprovados	10
SBRL	Número cumulativo de projetos aprovados	38
	Valor cumulativo da assistência técnica para clientes diretos da CII	US\$ 2.669.570
	Financiamento médio do IFEM	US\$ 2.165.000
	Financiamento médio da SBRL	US\$ 254.553

Resultados no desenvolvimento em 2010

RESULTADOS NO DESENVOLVIMENTO POR REGIÃO*



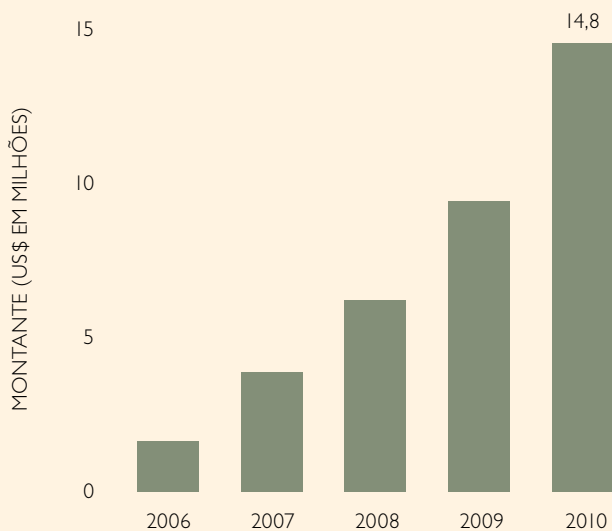
RESULTADOS NO DESENVOLVIMENTO POR TIPO DE OPERAÇÃO*



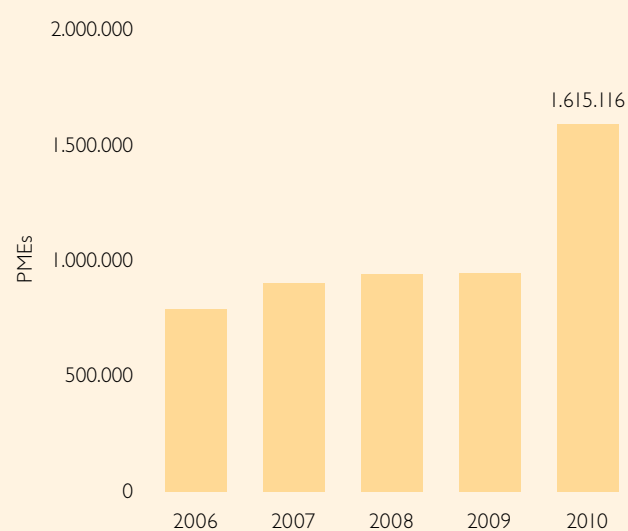
*Dados dos XASRs em 31 de dezembro de 2010, abrangendo projetos aprovados pela CII entre 1989 e 2005 e avaliados pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) do BID. Para mais detalhes consultar a secção resultados no desenvolvimento.

†Relatório Ampliado de Supervisão Anual

PROGRAMAS E PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA APROVADOS, MONTANTE CUMULATIVO

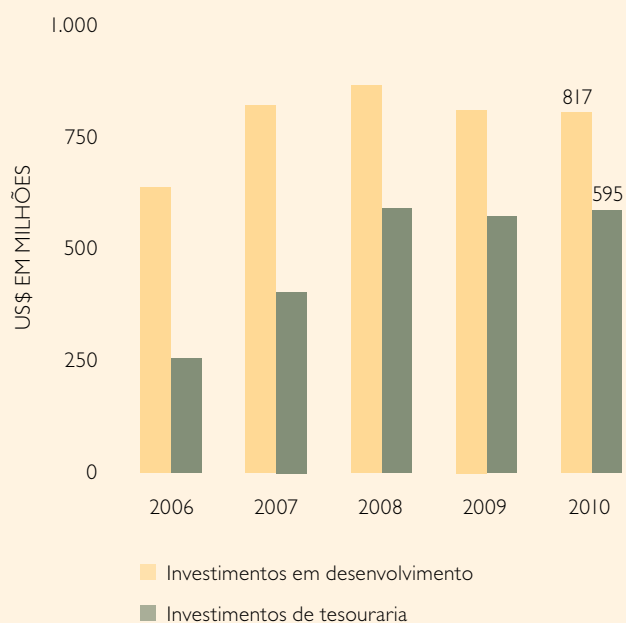


NÚMERO CUMULATIVO DE PMEs ALCANÇADAS POR MEIO DE INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

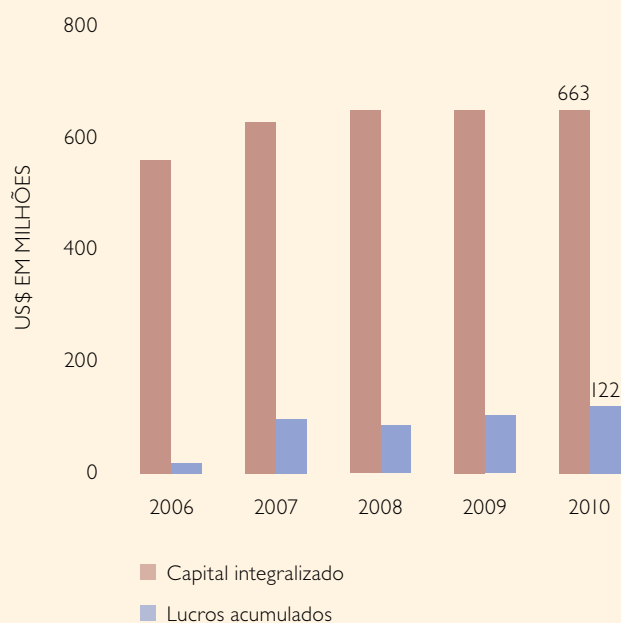


Indicadores financeiros

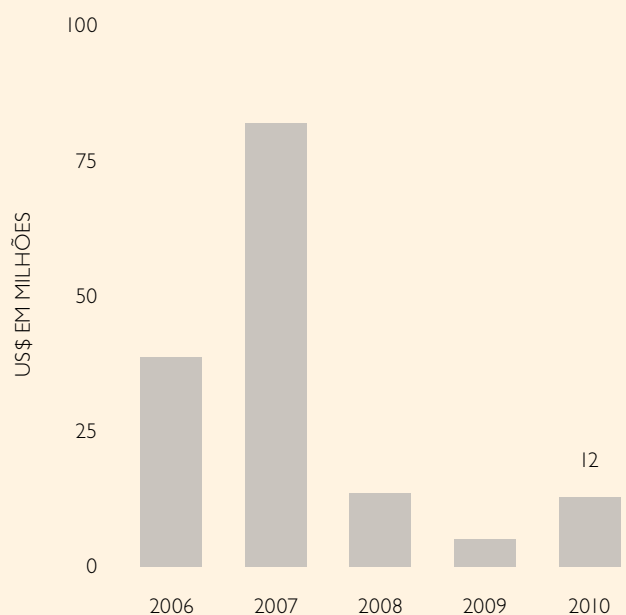
COMPOSIÇÃO DE ATIVOS



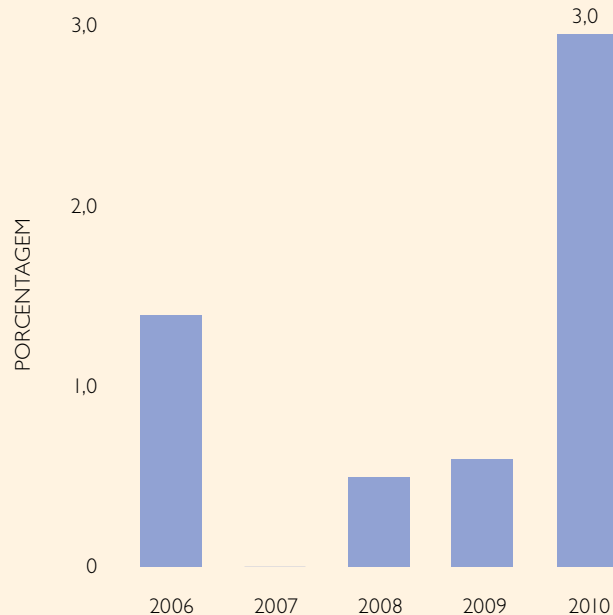
PATRIMÔNIO LÍQUIDO



RESULTADO LÍQUIDO



CARTEIRA DE INADIMPLENTES

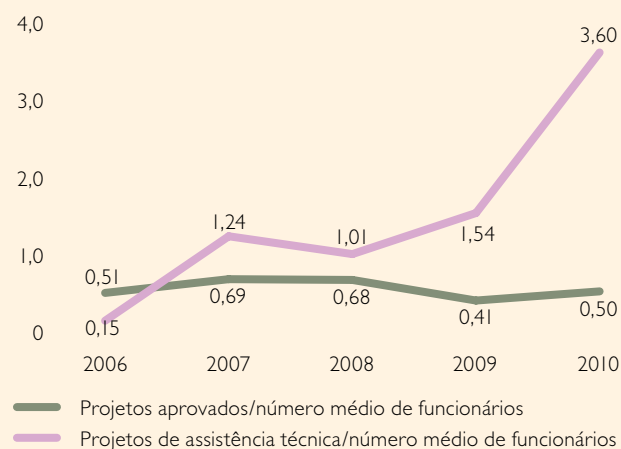


Um indicador mais relevante para a CII

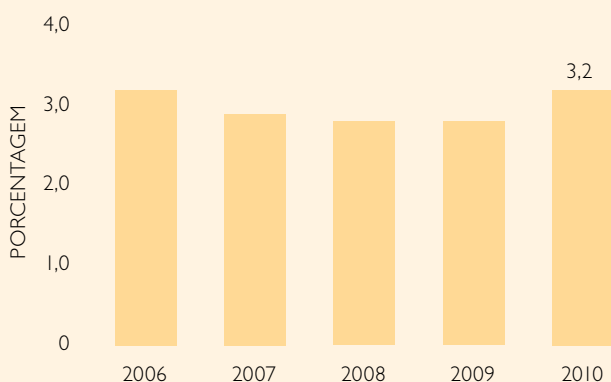
Tradicionalmente, as instituições financiadoras de projetos avaliam sua produtividade com base em indicadores de despesas sobre ativos, que favorecem instituições que realizam grandes operações, ao contrário da CII, que se concentra em empresas de pequeno e médio porte.

Dessa forma, em 2010 a CII passou a incluir o indicador “investimentos por funcionário”, que mede a produtividade independentemente do porte do projeto. Em 2010, cada funcionário da CII gerou 0,50 operações de financiamento e 3,60 projetos não financeiros.

PRODUTIVIDADE



DESPESAS ADMINISTRATIVAS/ATIVOS MÉDIOS RELACIONADOS AO DESENVOLVIMENTO

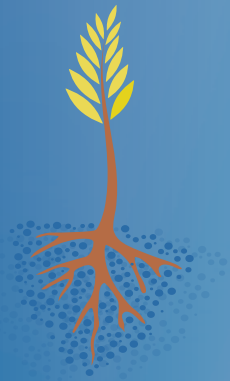


Total das aquisições

PAÍSES	MONTANTE (US\$ EM MILHARES)
Alemanha	\$ 81.356
Argentina	\$ 328.116
Áustria	\$ 358
Bahamas	\$ 2.612
Barbados	\$ 11.250
Bélgica	\$ 6.853
Belize	\$ 8.227
Bolívia	\$ 13.231
Brasil	\$ 226.167
Chile	\$ 162.915
Colômbia	\$ 32.755
Costa Rica	\$ 72.902
Dinamarca	\$ 8.102
El Salvador	\$ 15.921
Equador	\$ 38.717
Espanha	\$ 28.276
Estados Unidos	\$ 508.831
Finlândia	\$ 2.331
França	\$ 34.161
Guatemala	\$ 49.707
Guiana	\$ 600
Honduras	\$ 57.498
Israel	\$ 13.530
Itália	\$ 48.922
Jamaica	\$ 48.083
Japão	\$ 22.170
México	\$ 100.637
Nicarágua	\$ 23.687
Noruega	\$ 7.551
Países Baixos	\$ 70.593
Panamá	\$ 40.030
Paraguai	\$ 25.077
Peru	\$ 72.813
Portugal	\$ —
República da Coreia	\$ 1.057
República Dominicana	\$ 48.343
República Popular da China	\$ 8.400
Suécia	\$ 5.895
Suíça	\$ 27.972
Suriname	\$ —
Trinidad e Tobago	\$ 1.000
Uruguai	\$ 87.198
Venezuela	\$ 42.531
Regional	\$ 18.530



Visão geral de 2010



Resultados operacionais

Em 2011, a CII aprovou US\$ 374,8 milhões em empréstimos diretos e investimentos e US\$ 536 milhões em operações de cofinanciamento que ampliaram significativamente os recursos fornecidos diretamente por ela.



Operações aprovadas em 2010

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Argentina	AGCO Capital Argentina S.A.	Serviços financeiros	US\$ 10.000.000	US\$ 10.000.000	A AGCO concede empréstimos garantidos para a compra de máquinas agrícolas. O produto do empréstimo será utilizado para oferecer financiamentos a pessoas físicas e PMEs na Argentina.
	Compañías Asociadas Petroleras S.A.	Petróleo e mineração	8.000.000	60.000.000	A Compañías Asociadas Petroleras está engajada na exploração, recuperação, desenvolvimento e produção de petróleo e gás. A operação proporciona financiamento de médio prazo, que é escasso no mercado local. A empresa utilizará o financiamento para fortalecer seu perfil financeiro e sua posição no setor petrolífero argentino, que é importante criador de empregos.
	Terminal Zárate S.A.	Transporte e armazenamento	7.000.000	24.000.000	A Terminal Zárate é um complexo portuário privado que manuseia contêineres, carga geral e veículos, além de prestar serviços relacionados a comércio exterior. O empréstimo financiará a expansão de seu cais e pátio de contêineres, além de melhorias nas suas áreas de estacionamento.
Brasil	Banco Daycoval S.A.	Serviços financeiros	15.000.000	100.000.000	O Banco Daycoval é um banco brasileiro de porte médio, especializado em PMEs. Oferecerá financiamentos a empresas de diversos setores, por meio de subempréstimos de até US\$ 500.000.
	Banco Industrial e Comercial S.A.	Serviços financeiros	13.000.000	86.000.000	O Banco Industrial e Comercial direcionará os recursos ao financiamento das necessidades de capital de giro de curto e médio prazo de PMEs brasileiras dos setores industrial, agronegócio, serviços e comércio.
	Banco Pine S.A.	Serviços financeiros	15.000.000	100.000.000	O Banco Pine é especializado em empréstimos estruturados garantidos e oferece serviços de consultoria estratégica e financeira, produtos de investimento e tesouraria, assim como repasse de linhas do BNDES. O banco utilizará o produto do empréstimo para conceder empréstimos a PMEs de diversos setores.
	Itaú Unibanco S.A.	Serviços financeiros	40.000.000	265.000.000	O Itaú Unibanco é líder em diversos nichos de mercado no Brasil e conta com presença internacional e uma carteira de empréstimos altamente segmentada. Os recursos serão usados para conceder subempréstimos a PMEs locais.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Brasil (cont.)	Wind Power Energia S.A.	Serviços públicos e infra-estrutura	US\$ 5.000.000	US\$ 5.000.000	A Wind Power Energia projeta, fabrica e comercializa equipamentos de geração eólica de alta potência e tem capacidade para produzir 300 geradores eólicos por ano. O financiamento fornecerá à empresa o capital de giro necessário para atender ao aumento de demanda por geradores e parques eólicos.
Colômbia	Sociedad Operadora de Aeropuertos Centro Norte, Airplan S.A.	Serviços públicos e infra-estrutura	10.000.000	165.000.000	A Airplan tem a concessão para operar, fazer manutenção e modernizar seis aeroportos na Colômbia, por onde passam quatro milhões de passageiros por ano – 27% do tráfego aéreo do país. O produto do empréstimo permitirá a reforma e expansão de terminais.
	Tablemac MDF S.A.S.	Madeira, papel e celulose	5.000.000	57.000.000	A Tablemac é uma das principais fabricantes de compensados e móveis pré-montados da Colômbia. O empréstimo permitirá a construção de uma fábrica de chapas de fibra de densidade média e a expansão de sua carteira de produtos.
Costa Rica	Café Britt Costa Rica S.A.	Alimentos, engarrafamento e bebidas	4.000.000	4.000.000	A Café Britt produz e exporta café e chocolates gourmet e utilizará o produto do empréstimo para financiar seu capital de giro e consolidar suas operações em outros países da América Latina.
	Coriport S.A.	Serviços públicos e infra-estrutura	7.950.000	43.500.000	A Coriport está encarregada da reforma, expansão e operação do Aeroporto Internacional Daniel Oduber Quirós, na região turística de Guanacaste. O empréstimo financiará o projeto, planejamento, financiamento, construção, operação e manutenção de um novo terminal de passageiros.
	Financiera Desyfin S.A.	Serviços financeiros	1.000.000	1.000.000	A Financiera Desyfin oferece serviços de factoring locais e internacionais, empréstimos para capital de giro e diversas linhas de crédito. O produto do empréstimo fortalecerá sua estrutura de capital e permitirá o crescimento de sua carteira, com a meta de financiar pelo menos 65 PMEs diretamente e 455 de forma indireta.
El Salvador	Banco de América Central S.A.	Serviços financeiros	20.000.000	20.000.000	O Banco de América Central é parte do Grupo BAC Credomatic. O empréstimo proporcionará financiamento de médio prazo, que será direcionado a projetos qualificados em El Salvador, e ajudará a diversificar suas fontes de captação de médio prazo, que se tornaram escassas após o início da crise financeira.
	Cajas y Bolsas S.A.	Manufatura em geral	1.250.000	1.900.000	A Cajas y Bolsas produz caixas e produtos de artes gráficas. O produto do empréstimo será usado para financiar a compra de novos equipamentos de impressão e estampa.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
El Salvador (cont.)	Compañía Azucarera Salvadoreña S.A. de C.V.	Agricultura e agronegócios	US\$ 6.000.000	US\$ 6.000.000	A Compañía Azucarera Salvadoreña produz açúcar e melado para os mercados local e internacional, além de operar uma usina de cogeração de eletricidade com capacidade de 60 megawatts. Com o empréstimo de capital de giro, a empresa poderá planejar adequadamente suas necessidades de recursos operacionais.
	Jinsal S.A. de C.V.	Diversos	220.000	220.000	A Jinsal detém a concessão da United Motor da China em El Salvador. Importa e vende motocicletas e peças de reposição, além de oferecer serviços de manutenção de motocicletas. O empréstimo, sob o SBRL, será usado para amortizar um empréstimo de curto prazo.
Equador	Banco Bolivariano C.A.	Serviços financeiros	7.000.000	7.000.000	Há alguns anos, o Banco Bolivariano, tradicionalmente voltado para grandes empresas, começou a prestar serviços bancários pessoais, oferecendo produtos de crédito a PMEs e pessoas físicas. Usará o empréstimo para expandir sua carteira, concedendo subempréstimos a PMEs em valores de até US\$ 500.000.



Equador, Sociedad Agrícola e Industrial San Carlos

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Equador (cont.)	Banco de Guayaquil S.A.	Serviços financeiros	US\$ 5.000.000	US\$ 5.000.000	O Banco de Guayaquil oferece diversos serviços financeiros a pessoas físicas, PMEs e empresas de grande porte. O empréstimo fortalecerá sua base de capital, proporcionará financiamentos a PMEs e dará sustentação a sua rede de correspondentes não bancários, conhecida como Banco del Barrio.
	Moderna Alimentos S.A.	Alimentos, engarrafamento e bebidas	5.000.000	29.000.000	A Moderna Alimentos é líder na produção e comercialização de pães, massas e farinha de trigo, controlando 40% do mercado do Equador. O empréstimo ajudará a consolidar e aumentar sua produção e venda de farinha e outros produtos de trigo.
	Sociedad Agrícola e Industrial San Carlos S.A.	Agricultura e agronegócios	7.000.000	10.000.000	O Ingenio San Carlos é um produtor integrado de açúcar e álcool, operando também na cogeração de energia elétrica. Utilizará o produto do empréstimo para financiar imobilizações destinadas a manter a capacidade e ampliar a eficiência de seus processos de plantio e colheita de cana-de-açúcar e de sua linha de produção.
Guatemala	Banco Internacional S.A.	Serviços financeiros	3.000.000	3.000.000	O Banco Internacional tem uma ampla carteira de produtos financeiros e canais de atendimento de alta tecnologia. O empréstimo financiará diversas PMEs clientes na Guatemala e servirá como pedra fundamental de sua estratégia de financiamentos de médio prazo. Seus subempréstimos a empresas serão, em média, de US\$ 150.000, com prazos de 24 meses.
Haiti	Fondo de Investimento Social no Haití	Fundos de investimento	1.145.000*	71.915.000*	O fundo, criado conjuntamente pela CII, o BID e o Governo da Espanha, oferecerá financiamentos de baixo custo a PMEs em operação no Haiti. Instituições financeiras locais repassarão os recursos do fundo por meio de subempréstimos. O fundo também fornecerá ferramentas para que as empresas aprimorem sua governança.
Jamaica	Jamaica Broilers Group Limited	Pecuária e avicultura	2.000.000	2.000.000	O Jamaica Broilers Group, um dos principais grupos empresariais do país, atua em avicultura, produção de rações balanceadas para aves e processamento de etanol. O empréstimo de médio prazo atende a parte de suas necessidades de recursos operacionais. A CII prestará também serviços de assistência técnica, inclusive uma auditoria de eficiência energética para identificar oportunidades de redução de custos e consumo de energia.

*Montantes aproximados. Os montantes exatos serão os equivalentes a € 812.000 e € 51.000.000, respectivamente, em dólares dos EUA.



Argentina, Compañías Asociadas Petroleras S.A.



PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
México	Almacenadora Mercader S.A.	Agricultura e agronegócios	US\$ 10.000.000	US\$ 10.000.000	A Almacenadora Mercader é a maior empresa de armazenagem oficialmente autorizada do México, com operações em 21 estados. O empréstimo permitirá o fornecimento de capital de giro a cerca de 1.500 pequenos produtores de milho, trigo e sorgo mediante a compra de suas safras (com opção de recompra) ou a armazenagem de seus grãos.
	Banco Compartamos S.A.	Serviços financeiros	32.000.000	32.000.000	O Compartamos é a maior instituição de microfinanças do México, com 34% do mercado, e uma das maiores da América Latina e do Caribe. O produto do empréstimo será usado para desenvolver o segmento de microempresas. Projeções iniciais estimam que o Compartamos poderia conceder cerca de 500.000 microempréstimos ao longo da vida da transação.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
México (cont.)	Celsol S.A. de C.V. (Optima Energía)	Diversos	US\$ 6.000.000	US\$ 6.000.000	A Optima Energía é especializada na otimização do consumo de energia elétrica, combustíveis e água. Foi a primeira empresa mexicana a utilizar contratos baseados no resultado, o tipo mais sofisticado de contrato para projetos de eficiência energética. A linha de crédito, não rotativa e não comprometida, será usada para implementar iniciativas de eficiência energética em sistemas de iluminação pública.
	Constructoras ICA S.A. de C.V. (CICASA)	Diversos	3.500.000	14.000.000	A CICASA é uma construtora que integra o grupo de empresas ICA, do México, atuando na construção civil, industrial e habitacional e desenvolvendo projetos com os setores público e privado. A operação permitirá que a CICASA atenda às obrigações de capitalização assumidas anteriormente na empresa peruana Los Portales S.A., da qual é acionista. Entre outras atividades, a Los Portales investirá na construção de residências para pessoas de baixa renda no interior do Peru.
	Edilar S.A. de C.V.	Educação	2.500.000	2.500.000	A Edilar vende e financia a compra de materiais culturais e de ensino destinados a promover o desenvolvimento profissional e aprimorar os métodos de ensino de professores de escolas públicas de 27 estados mexicanos. O empréstimo permitirá sua expansão e melhorará sua capacidade de financiar os professores. Como cada venda da Edilar é de cerca de US\$ 1.000, o empréstimo da CII poderá beneficiar 2.500 professores.
	Grupo FinTerra S.A. de C.V.	Serviços financeiros	4.000.000	4.000.000	A FinTerra oferece empréstimos individuais a agricultores de pequeno e médio porte e o produto do empréstimo ajudará a desenvolver o setor. O volume médio dos empréstimos será de cerca de US\$ 165.000.
	Multinational Industrial Fund II L.P.	Fundos de investimento	3.000.000	120.000.000	O objetivo do fundo é aplicar em participações societárias em empresas mexicanas com potencial de crescimento elevado e vendas anuais entre US\$ 10 milhões e US\$ 100 milhões. O valor dos investimentos será entre US\$ 10 milhões e US\$ 25 milhões.
Nicaragua	Casa Pellas S.A.	Diversos	3.500.000	3.500.000	A Casa Pellas é uma empresa diversificada que distribui veículos e peças de reposição da Toyota, Suzuki e Hino e motocicletas, motores e equipamentos industriais da Yamaha. O financiamento permitirá que atenda a suas necessidades permanentes de capital de giro.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Nicaragua (cont.)	Kola Shaler Industrial S.A.	Alimentos, engarrafamento e bebidas	US\$ 110.000	US\$ 110.000	A Kola Shaler é uma empresa com 100 anos de existência, cujas bebidas gasosas são vendidas em mercearias e supermercados da Nicarágua, bem como em Miami e na Califórnia. Recentemente entrou nos mercados de aromatizantes, vinagres e vinhos e planeja expandir suas operações na América Central. O empréstimo, fornecido sob o amparo do programa SBRL, permitirá a compra de embalagens de vidro retornáveis para reduzir custos e substituir as garrafas plásticas não biodegradáveis.
	Lubrificantes Importados de Nicaragua S.A.	Diversos	600.000	600.000	A Lubrinsa distribui todos os produtos Texaco-Chevron (exceto combustíveis) em nível nacional. O empréstimo da CII permitirá a ampliação de seu capital de giro.
Panamá	Banco Aliado S.A.	Serviços financeiros	10.000.000	10.000.000	O Banco Aliado é uma instituição com operações centralizadas e sede no Panamá. O empréstimo proporcionará financiamento a empresas qualificadas por meio de subempréstimos de até US\$ 500.000.
	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria Panamá S.A.	Serviços financeiros	20.000.000	20.000.000	O BBVA opera no Panamá como banco de varejo, tanto no mercado local como em transações internacionais. O empréstimo oferecerá financiamento de necessidades operacionais para PMEs clientes, inclusive empréstimos para capital de giro e linhas de crédito rotativas. Os ativos ou lucro anual das empresas qualificadas não podem ser superiores a US\$ 10 milhões e os subempréstimos correspondentes não poderão exceder US\$ 500.000.
	Banco Internacional de Costa Rica S.A.	Serviços financeiros	15.000.000	15.000.000	O Banco Internacional de Costa Rica é um banco privado localizado no Panamá, que oferece uma linha completa de serviços financeiros a empresas da América Central. O empréstimo reforçará as atividades de empréstimo do banco, ajudará a financiar a ampliação da carteira de PMEs e permitirá que o banco expanda seus financiamentos de médio prazo.
	Multibank S.A.	Serviços financeiros	6.000.000	6.000.000	O Multibank oferece serviços bancários a PMEs, empresas de grande porte e pessoas físicas. O empréstimo permitirá a concessão de empréstimos de capital de giro para PMEs panamenhas e o financiamento habitacional para pessoas de baixa renda. Os subempréstimos não poderão exceder US\$ 500.000 e, no caso de financiamentos imobiliários, o valor comercial das unidades habitacionais não poderá ser superior a US\$ 90.000.



PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Paraguai	Agrofertil S.A.	Agricultura e agronegócios	US\$ 5.000.000	US\$ 78.800.000	A Agrofertil vende insumos agrícolas, armazena e comercializa grãos e presta serviços de agronomia, principalmente a agricultores de pequeno e médio porte. O financiamento reforçará seu perfil financeiro e sustentará suas immobilizações e seu capital de giro, além de ajudá-la a ampliar seus financiamentos a PMEs do setor agrícola.
	Emprendimientos Hoteleros S.A.E.C.A.	Turismo e hotelaria	1.500.000	1.500.000	A Emprendimientos Hoteleros é proprietária do edifício onde funciona o Sheraton Hotel Asunción. O produto do empréstimo será usado para converter salas de reuniões em dezessete apartamentos standard mobiliados, bem como para construir e mobiliar salas de reuniões. Parte dos recursos será usada para capital de giro e para amortizar um empréstimo junto a um banco local.
Peru	América Financiera S.A.	Serviços financeiros	3.500.000	3.500.000	A América Financiera é produto da transformação da América Leasing S.A., empresa de arrendamento mercantil, em uma financeira. A transformação permitiu ampliar sua linha de produtos e serviços, fortalecer seu patrimônio líquido e expandir sua carteira de PMEs. O empréstimo subordinado permitirá que melhore sua posição patrimonial.
	Banco Interamericano de Finanzas S.A.	Serviços financeiros	6.000.000	6.000.000	O Banco Interamericano de Finanzas oferece serviços de intermediação financeira para operações de comércio exterior, além de oferecer serviços bancários pessoais a clientes de renda média, média alta e alta. O produto do empréstimo subordinado será usado para financiar projetos de cerca de 100 empresas no Peru, limitados ao máximo de US\$ 1 milhão cada.
	Banco Santander Perú S.A.	Serviços financeiros	15.000.000	15.000.000	O Banco Santander concentra-se em serviços bancários comerciais, empresariais e globais. Os recursos do empréstimo financiarão capital de giro para PMEs participantes do Programa <i>Confirming</i> do Banco Santander e que são fornecedores de clientes da instituição. Os subempréstimos a serem concedidos pelo Banco Santander não serão superiores a US\$ 250.000.
	Ica Pacific S.A.	Agricultura e agronegócios	2.500.000	6.250.000	A Ica Pacific é uma empresa de agronegócio especializada no cultivo de aspargos verdes e romãs. O objetivo principal do empréstimo é substituir empréstimos de curto prazo e financiar as necessidades permanentes de capital de giro. O empréstimo também promoverá o crescimento e a capacidade de produção da empresa, fornecendo financiamento de longo prazo para culturas de ciclo longo.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Peru (cont.)	Leasing Total S.A.	Serviços financeiros	US\$ 1.500.000	US\$ 1.500.000	A Leasing Total financia PMEs que atendem grandes empresas em áreas como saúde, mineração e hidrocarbonetos, construção e comércio. O empréstimo ajudará a financiar o crescimento de sua carteira de arrendamentos e a diversificar suas fontes de captação de médio prazo.
República Dominicana	Wind Telecom S.A.	Tecnologia, comunicações e nova economia	5.000.000	85.700.000	A Wind Telecom presta serviços de Internet, TV paga e telecomunicações. Com essa operação a CII promoverá o acesso a esses serviços e ajudará na expansão de tecnologias inovadoras em um mercado com elevado potencial de crescimento.
Regional	Banco La Hipotecaria S.A. y La Hipotecaria S.A. de C.V.	Serviços financeiros	10.000.000	10.000.000	A La Hipotecaria oferece crédito imobiliário para imóveis novos e usados e empréstimos pessoais para seus clientes de crédito imobiliário. O empréstimo financiará a ampliação de sua carteira de hipotecas no Panamá e em El Salvador, que é direcionada a clientes com renda média mensal de US\$ 580. O preço médio das unidades residenciais financiadas é de US\$ 26.500.



México, Banco Compartamos S.A.



Panamá, Barrio La Constancia financiado por Banco La Hipotecaria S.A.

PAÍS	EMPRESA	SETOR	MONTANTE APROVADO	CUSTO TOTAL DO PROJETO	DESCRIÇÃO DO PROJETO
Regional (cont.)	Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura S.A.	Serviços financeiros	US\$ 5.000.000	US\$ 5.000.000	A Corporación Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura é uma instituição financeira não bancária que financia projetos de infraestrutura na América Latina e no Caribe, principalmente projetos de energia, transporte, produção de petróleo e gás, aeroportos, portos, telecomunicações, infraestrutura social e turismo. O empréstimo financiará suas necessidades de capital de giro de curto prazo.
	Microfinance Growth Fund (MiGroF)	Serviços financeiros	5.000.000	250.000.000	Destinado a promover a sustentabilidade das instituições de microfinanças na América Latina, o MiGroF fornece a essas organizações recursos para expandir sua carteira de empréstimos e colaborar com o crescimento sustentado de micro e pequenas empresas na esteira da crise financeira. Em sua fase inicial, cerca de 50 instituições de microfinanças receberão um financiamento médio de US\$ 3 milhões cada.
Total			US\$ 374.775.000	US\$ 1.822.695.000	

Resultados no desenvolvimento

Como a CII avalia o impacto sobre o desenvolvimento

Para avaliar o impacto de suas operações sobre o desenvolvimento, a CII utiliza duas ferramentas que têm alguns indicadores em comum. Uma delas é o sistema DIAS de pontuação da contribuição ao desenvolvimento e a adicionalidade, criado em 2008, que estima o possível impacto sobre o desenvolvimento no lançamento e durante todo um projeto. A outra é o Relatório Ampliado de Supervisão Anual (XASR).

Em uso desde 2001, os XASRs medem o resultado de um projeto no desenvolvimento e avaliam os resultados do investimento, a qualidade do trabalho e a adicionalidade da CII¹. Em seu relatório de 2010, o Escritório de Avaliação e Supervisão do BID (OVE) – que faz uma validação independente da confiabilidade da análise, da imparcialidade e uniformidade das classificações e das lições aprendidas a partir dos XASR – concluiu que 88% dos projetos classificados pela CII atingiram resultados elevados no desenvolvimento². Em comparação, em 2009 o OVE constatou que 67% dos investimentos da CII haviam atingido resultados similares.

O OVE avaliou 16 relatórios XASR sobre sete operações com empresas e nove com intermediários financeiros com vencimento em 2009, após três a cinco anos de operação. O OVE também determinou que os XASRs oferecem avaliações objetivas do desempenho da carteira de investimentos.

lessons in action

A CII, em colaboração com o Setor de Conhecimento e Aprendizagem do BID, lançou o portal de intranet Lessons in Action (Lições em Ação). Essa nova ferramenta de gestão do conhecimento facilita a documentação das lições aprendidas e das experiências de projeto na CII e no Grupo do BID. Esse novo portal contém mais de setenta lições aprendidas, coletadas em projetos executados pela CII nos últimos 20 anos. Ajudará a identificar, documentar, disseminar e aplicar as lições aprendidas a partir de projetos e práticas institucionais coletivas.

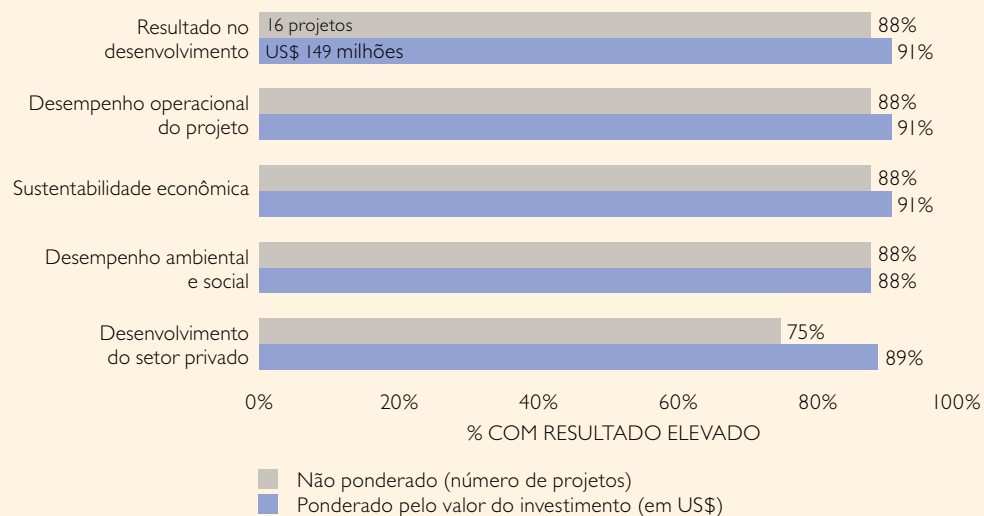
A ferramenta representa um passo importante para construir uma base de conhecimentos institucionais sobre questões relativas ao desenvolvimento das PMEs e ajudará a CII a capturar informações usando lições de experiências passadas para moldar e informar operações futuras na região, permitindo, assim, que o pessoal trabalhe com mais eficiência e impacto.



¹ A apresentação do Oitavo relatório de avaliação independente do OVE à Diretoria Executiva da CII está prevista para o primeiro semestre de 2011.

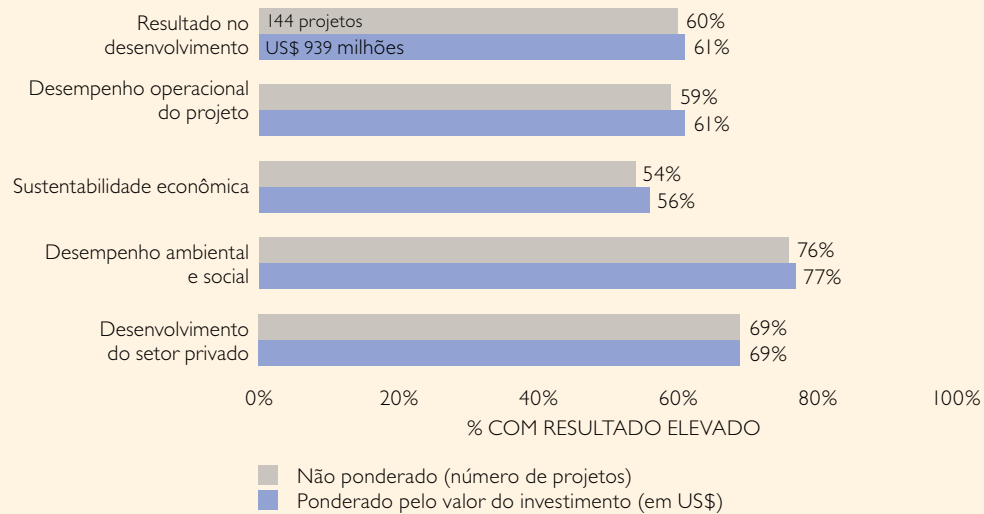
² Definido como projetos com classificações “extremamente bem sucedido”, “bem sucedido” ou “em sua maior parte bem sucedido”.

RESULTADOS NO DESENVOLVIMENTO EM 2010*

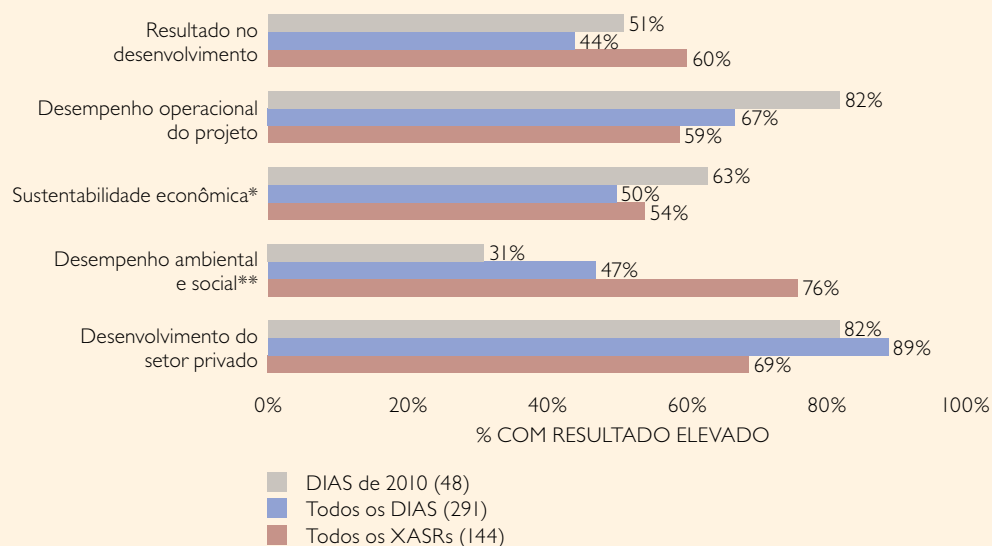


*Oitavo relatório OVE

RESULTADO CUMULATIVO DOS INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO



PREVISÃO DOS RESULTADOS NO DESENVOLVIMENTO: COMPARAÇÃO ENTRE DIAS E XASRs



* Os dados de DIAS incluem projetos com empresas; os projetos com intermediários financeiros não estão incluídos.

** Como resultado de uma modificação feita no sistema DIAS em 2010, houve uma redução da porcentagem de projetos com classificação elevada no indicador de desempenho ambiental e social. Anteriormente o indicador capturava o nível de esforço adicional que se exige de uma empresa para atender aos requisitos ambientais e sociais da CII. O nível de esforço ou a medida corretiva necessária agora estão refletidos em outra seção do DIAS.

CII, líder entre as organizações multilaterais

Análise do sistema de avaliação

Segundo uma análise comparativa contratada em 2010 pelo Evaluation Cooperation Group dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, o sistema de avaliação da CII atende a 98% das práticas de avaliação utilizadas por bancos multilaterais de desenvolvimento que atendem ao setor privado e é o mais harmonizado desses sistemas.

A análise, terceira desse tipo desde a implementação do mecanismo em 2005, comparou as práticas de avaliação dos bancos multilaterais de desenvolvimento com os padrões ideais acordados. Com efeito, a concepção do sistema de avaliação da CII é baseado nesses padrões do Evaluation Cooperation Group dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento.

O resultado demonstra o comprometimento da CII com a avaliação. O resultado favorável também é significativo devido ao fato de a análise comparativa ter utilizado padrões de terceira geração, que são mais rigorosos do que os utilizados nas duas análises anteriores.

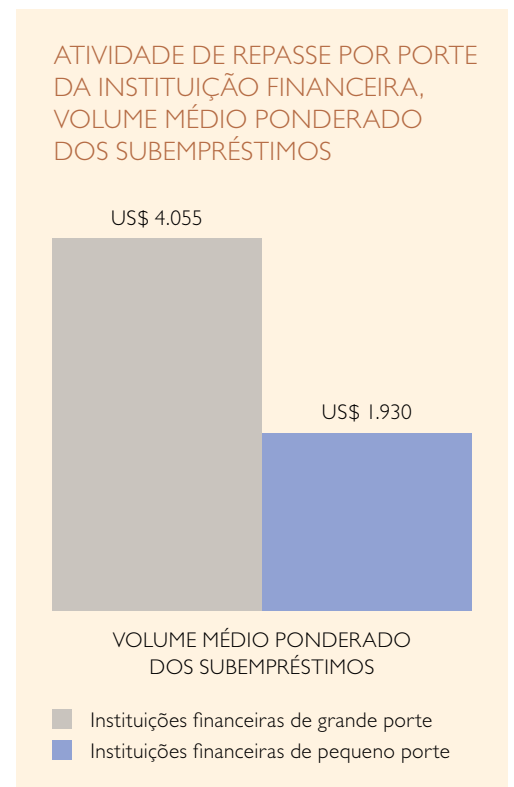
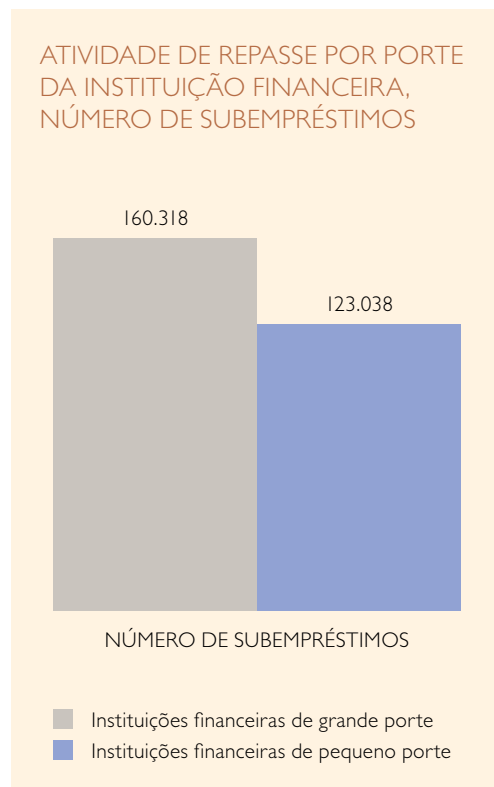
Empréstimos a intermediários financeiros são uma ferramenta essencial utilizada frequentemente por organizações multilaterais de desenvolvimento para canalizar recursos para empresas e organizações em seus países membros.

Impacto dos intermediários financeiros no desenvolvimento

Em estudo concluído em 2010, a CII compilou informações mais detalhadas a respeito do impacto sobre o desenvolvimento exercido pelas operações com intermediários financeiros aprovadas desde 2000. Segundo o estudo, que usou dados apenas dos projetos na fase inicial de maturação e com XASR concluído³, instituições financeiras de grande porte⁴ atenderam 160.318 PMEs (por meio de subempréstimos com volume médio de US\$ 4.055), enquanto as instituições menores⁵ atenderam 123.038 PMEs (por meio de subempréstimos com volume médio de US\$ 1.930).

Empréstimos a intermediários financeiros são uma ferramenta essencial utilizada frequentemente por organizações multilaterais de desenvolvimento para canalizar recursos para empresas e organizações em seus países membros. Desde 2000, a CII aprovou mais de US\$ 1,6 bilhão em empréstimos para intermediários financeiros.

O rápido crescimento da carteira da CII com intermediários financeiros reflete uma decisão tomada em 2004, na Cúpula Extraordinária das Américas, quando chefes de estado da América Latina e do Caribe concordaram em triplicar, até o final de 2007, a quantidade de empréstimos concedidos a microempresas e PMEs por meio de intermediários financeiros.



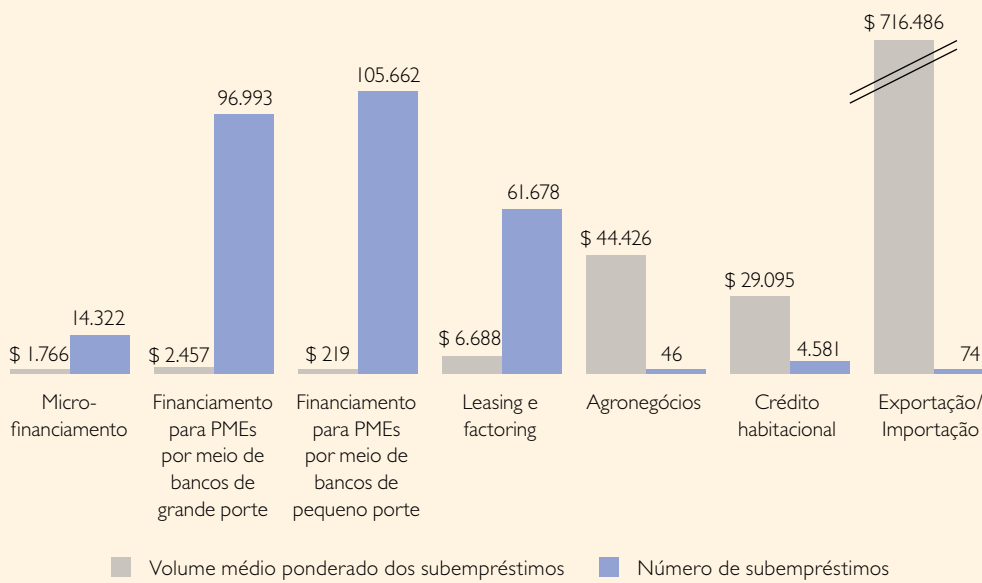
³ Os dados são oriundos dos XASRs e considerados definitivos para os fins deste Relatório Anual, embora os projetos continuem a prover financiamentos para PMEs durante a vida do empréstimo da CII.

⁴ Instituições com ativo total superior a US\$ 500 milhões.

⁵ Instituições com ativo total igual ou inferior a US\$ 500 milhões.



ATIVIDADE DE REPASSE POR USO DE RECURSOS



Desde 2000, a CII aprovou mais de US\$ 1,6 bilhão em empréstimos para intermediários financeiros.



Costa Rica, Semana da Sustentabilidade

Sustentabilidade ambiental e social

Treinamento e assistência técnica são essenciais para assegurar que os projetos ofereçam mais do que apenas benefícios econômicos e financeiros. Em 2010, a CII concentrou a maior parte de seus esforços de adicionalidade em sustentabilidade e proteção ambiental.

Como parte do lançamento da primeira Semana da Sustentabilidade, em 2010 a CII conduziu três seminários na região. O primeiro deles, organizado em conjunto com a Unidade de Salvaguardas Ambientais e Sociais do BID, reuniu 25 instituições financeiras de 12 países das Américas, inclusive Brasil, México e Estados Unidos. No seminário, clientes da CII e do BID aprenderam a desenvolver seus próprios sistemas de gestão de risco ambiental, um mecanismo destinado a melhorar sua competitividade e rentabilidade.

Um segundo seminário, sobre os desafios e as oportunidades das mudanças climáticas para as instituições financeiras, incluiu treinamento sobre os mercados de créditos de carbono, a negociação de emissões de carbono e as consequências do aquecimento global para o sistema bancário e seus clientes. Vinte instituições de onze países assistiram a apresentações sobre, entre outros tópicos, as experiências de organizações que promovem projetos para reduzir as emissões dos gases do efeito estufa.

Participantes do terceiro seminário, que focalizou a implementação de planos de eficiência energética, aprenderam sobre a redução do custo de energia e a pegada ecológica de suas organizações. O seminário organizado pela CII e pelo BID, com o apoio do Fundo Fiduciário

Coreia-CII para o Desenvolvimento das PMEs e o BAC San José, contou com a participação de 36 empresas de nove países.

Resultados financeiros

Em 2010, a CII aumentou suas provisões e baixas referentes às carteiras, em vista de questões específicas que se concretizaram no primeiro semestre. O impacto sobre os resultados foi mitigado por um aumento de US\$ 6,1 milhões nas recuperações da carteira. Em acréscimo a essa combinação de circunstâncias, a queda da LIBOR e os níveis reduzidos de empréstimos e de investimentos no primeiro semestre foram obstáculos para que a CII pudesse registrar resultados finais mais elevados no exercício.

Não obstante, com o mercado de crédito mais forte e as perspectivas econômicas mais positivas no segundo semestre, existem bons motivos para acreditar que a deterioração na qualidade da carteira e nas receitas financeiras já tenha ultrapassado seu ponto de inflexão. Os resultados dessa melhoria aparecerão em 2011.

A gestão da liquidez da CII também foi digna de nota. Ao empregar uma parcela de seus ativos líquidos no financiamento de novos investimentos, a CII evitou um aumento da alavancagem. Essas providências não afetaram sua posição de liquidez, que foi sustentada pela amortização constante dos empréstimos por seus clientes.

As provisões para perdas com empréstimos passaram de US\$ 66,5 milhões em 2009 para US\$ 56,5 milhões em 2010, sendo mantidas em níveis considerados adequados para o clima econômico negativo e incerto. Os prejuízos



Uma abordagem conservadora e a melhor diversificação das operações ajudaram a carteira de investimentos de tesouraria da CII a encerrar o exercício em boa situação.



refletidos como baixas em carteiras subiram para US\$ 15,1 milhões, acima, portanto, dos US\$ 2,5 milhões registrados em 2009.

O lucro líquido no exercício foi de US\$ 12,5 milhões, em comparação com US\$ 5,2 milhões em 2009. Medido pela razão entre a receita líquida de juros e as despesas administrativas, o índice de eficiência passou de 1,4 em 2009 para 1,2 em 2010.

Risco da carteira de investimentos de tesouraria

Os efeitos da crise econômica e financeira foram sentidos em novos segmentos de mercado – como a dívida pública – mas uma abordagem conservadora e a melhor diversificação das operações ajudaram a carteira de investimentos de tesouraria da CII a encerrar o exercício em boa situação. A rentabilidade foi afetada pela queda nas taxas de juros e pela necessidade da CII de manter uma parcela maior de seus recursos aplicados no mercado monetário overnight e em títulos de risco extremamente baixo.

Qualidade dos ativos

O ano começou com incerteza e volatilidade, mas as condições passaram a melhorar no segundo

semestre. A recessão global afetou a qualidade dos ativos, mas as provisões para perdas com empréstimos foram adequadas para cobertura da carteira em risco da CII.

A carteira de créditos inadimplidos cresceu de 0,65% em 2009 para 3,04% em 2010, e os empréstimos com redução no valor recuperável passaram de 3,63% em 2009 para 4,18% em 2010. O crescimento da carteira de créditos inadimplidos foi devido à deterioração adicional de alguns ativos problemáticos que já estavam incluídos em 2009 na carteira com valores recuperáveis prejudicados. No encerramento de 2010, o índice das provisões para perdas com empréstimos era de 2,22 para empréstimos inadimplidos e de 1,61 para empréstimos com redução no valor recuperável.

Adequação do capital

O Convênio Constitutivo da CII limita o endividamento a três vezes o patrimônio líquido. Na prática, a CII tem conseguido manter sua alavancagem abaixo desse teto. O índice de passivo sobre o patrimônio líquido caiu de 0,88 em 2009 para 0,85 em 2010.

Liquidez

A estratégia da CII é empregar seu excesso de liquidez na ampliação de investimentos em ativos de desenvolvimento sem aumentar sua alavancagem total. Apesar do uso desses recursos, a liquidez da CII continuou elevada no encerramento de 2010: o índice de liquidez sobre endividamento passou de 0,87 em 2009 para 0,91 em 2010, devido principalmente ao nível elevado de amortização de empréstimos pelos clientes da CII.

Em 2010, a Standard & Poor's elevou a nota de crédito da CII de AA- para AA.

Elevação da nota de crédito: AA

Em 2010, a Standard & Poor's elevou a nota de crédito da CII de AA- para AA. Segundo a agência de classificação de créditos, os motivos dessa elevação residem na solidez do perfil financeiro da CII, no apoio do Grupo do BID e na gestão prudente de suas operações.

Fontes de captação

Historicamente, a principal fonte de recursos da CII tem sido os aportes de capital pelos países membros e os empréstimos bilaterais de bancos comerciais. A CII começou a diversificar suas fontes de captação em 2005.

Com os mercados financeiros afetados pelo impacto da crise bancária, em 2010 a CII buscou melhorar o seu perfil de endividamento, reprogramando o vencimento de dívidas no valor de US\$ 552 milhões e conseguindo flexibilizar os vencimentos de curto prazo. Além disso, foram negociadas novas linhas de crédito no valor de US\$ 60 milhões.

Ao final de 2010, o risco de crédito da CII estava substancialmente reduzido, graças à sua sólida posição de caixa e à redução de seu passivo

financeiro para US\$ 653,5 milhões, 1,7% menos do que no início do exercício.

Planos de pensões e benefícios pós-aposentadoria

Em 2010, houve uma valorização de 20,4% dos ativos que lastreiam as obrigações da CII por aposentadorias, com a resposta positiva dos mercados e o aumento das contribuições. A Administração e a Diretoria Executiva decidiram aumentar as contribuições para os planos de pensão e de benefícios pós-aposentadoria, com uma ligeira ampliação para 94% do índice de cobertura do ativo em relação ao passivo dos planos de pensões. Planos de negócios da CII Três anos atrás, quando a Administração e a Diretoria discutiram o documento sobre as questões-chave do plano de negócios 2008-2010, a região da América Latina e do Caribe estava com o maior ímpeto de crescimento em 40 anos. Naquele momento, a explosão da crise financeira global, cuja iminência e severidade escaparam a muitos analistas, ainda estava um ano à frente.

Em dezembro de 2007, a Diretoria Executiva aprovou o plano de negócios 2008-2010, a



proposta de orçamento administrativo e de capital para 2008 e a estratégia de captação da CII para 2008. Entretanto, tudo mudou após agosto de 2008. A Administração e a Diretoria trabalharam juntas para melhorar a flexibilidade operacional da CII, criando as ferramentas necessárias para enfrentar as mudanças nas necessidades dos clientes.

Planos de negócios da CII

Três anos atrás, quando a Administração e a Diretoria Executiva discutiram o documento sobre as questões-chave do plano de negócios 2008-2010, a região da América Latina e do Caribe estava com o maior ímpeto de crescimento em 40 anos. Naquele momento, a explosão da crise financeira global, cuja iminência e severidade escaparam a muitos analistas, ainda estava um ano à frente.

Em dezembro de 2007, a Diretoria aprovou o plano de negócios 2008-2010, a proposta de orçamento administrativo e de capital para 2008 e a estratégia de captação da CII para 2008. Entretanto, tudo mudou após agosto de 2008. A Administração e a Diretoria trabalharam juntas para melhorar a flexibilidade operacional da CII, criando as ferramentas necessárias para enfrentar as mudanças nas necessidades dos clientes.

Implementação do plano de negócios 2008-2010

A maioria dos objetivos do plano de negócios 2008-2010 foi atingida e a CII continuou relevante e rentável, apesar de o plano ter sido implementado em meio a uma das piores crises globais da história.

O plano de negócios 2008-2010 definiu seis objetivos e duas iniciativas (o assim chamado marco conceitual “6+2”). As duas iniciativas,

⁶ O Plano de Negócios Integrado do Grupo do BID para o Setor Privado determinou que a CII não crie novos laços com instituições financeiras de grande porte e que se concentre naquelas com ativo igual ou inferior a US\$ 500 milhões. Para compensar a necessidade de manutenção de uma carteira equilibrada, foi projetado que o Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo do BID geraria US\$ 211 milhões em transações com bancos maiores. Desse valor, foram originados US\$ 30 milhões.

⁷ A crise encurtou em mais de um ano o prazo médio ponderado da carteira da CII. Como resultado, embora as aprovações tenham-se aproximado das projeções, o crescimento real da carteira não atingiu as expectativas.

ambas totalmente operacionais, incluíam a criação da Divisão de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas e a retomada das atividades no investimento em participações societárias.

Quanto aos seis objetivos:

1. **Aumentar os ativos relacionados com o desenvolvimento.** O total de aprovações originadas pela CII⁶ foi de US\$ 976 milhões, 7,9% acima da projeção original de US\$ 904 milhões e 11,6% acima da nova meta revista de US\$ 875 milhões, definida na esteira da crise financeira.⁷
2. **Melhorar a diversificação geográfica da carteira.** As aprovações ativas líquidas para países C e D dobraram, o que levou sua participação na carteira da CII a subir de menos de 24% para mais de 36%.
3. **Cumprir o papel da CII no contexto do Plano de Negócios Integrado do Setor Privado do Grupo do BID.** A CII montou uma carteira pertinente, de US\$ 65 milhões, com instituições financeiras de pequeno porte, dando origem a US\$ 93 milhões em operações com empresas com faturamento de até US\$ 100 milhões, e encaminhou mais de 40 operações a outras áreas do Grupo do BID voltadas para o setor privado.
4. **Implementar o DIAS.** Foi integralmente implementado o sistema DIAS de pontuação da contribuição ao desenvolvimento e a adicionalidade, destinado a avaliar projetos no momento de sua originação e durante a supervisão. Foram classificados cerca de 300 projetos e, em termos de impacto sobre o desenvolvimento, a qualidade da carteira montada a partir de 2008 é melhor do que a projetada.
5. **Manter as notas de crédito da CII.** A meta de manter a nota de crédito da CII foi superada com a elevação pela Standard and Poor's para AA. A Moody's não alterou sua nota.



O ano de 2010 foi o oitavo consecutivo de rentabilidade da CII.

Uma nova meta de longo prazo para a CII: posicionar-se como autoridade reconhecida no desenvolvimento de PMEs na região da América Latina e do Caribe.

6. *Obter um rendimento anual mínimo de 3% sobre o patrimônio.* O ano de 2010 foi o oitavo consecutivo de rentabilidade da CII. Embora a meta de retorno de 3% sobre o patrimônio líquido não tenha sido atingida, o objetivo de manter o valor do patrimônio líquido no longo prazo foi atingido.

Os próximos três anos

Para o período 2011-2013, a CII está propondo um marco conceitual “1+1=3” para substituir o atual marco “6+2”. O novo marco focalizará o crescimento e a produtividade como pedras fundamentais do maior impacto da CII sobre o desenvolvimento, lançando as bases para uma nova visão de longo prazo.

Meta do primeiro pilar de desenvolvimento: crescimento

Embora seguindo estritamente a abordagem de carteira, a CII procurará ampliar seus ativos relacionados ao desenvolvimento, medidos em função do valor bruto da carteira em aberto, em pelo menos 25%, para maximizar o uso de sua base de capital atual. Segundo sugestão dos Governadores, a CII começará a utilizar os recursos de quase-capital a serem fornecidos pelo BID como parte do nono aumento geral, à medida que se tornem disponíveis. Por ampliar sua capacidade de suportar riscos, espera-se que esses recursos ampliem significativamente a capacidade da CII para atingir as PMEs.

Para atingir esse objetivo, a CII procurará aumentar sua flexibilidade operacional desenvolvendo iniciativas destinadas a:

1. Ampliar sua capacidade para atingir empresas de porte bastante pequeno;
2. Consolidar a capacidade para prestar assistência técnica;
3. Desenvolver um novo modelo para a concessão de financiamentos em moeda local; e
4. Criar um novo modelo operacional e de desenvolvimento para atingir clientes empresariais de maior porte.

A CII também explorará a possibilidade de prestar serviços de consultoria e desenvolver sua

capacidade de gestão de empréstimos e fundos fiduciários de participações societárias como uma nova linha de negócios.

Meta do segundo pilar de desenvolvimento: produtividade

A CII se esforçará para, até 2013, aumentar para 80 a quantidade de projetos aprovados, sem ampliar seu quadro funcional atual de 107 posições autorizadas.

Para atingir esse objetivo, a CII procurará aprimorar sua eficiência operacional por meio de:

1. Desenvolvimento de um novo modelo de alocação de recursos humanos, que reconheça a missão desenvolvimentista da instituição;
2. Implementação de uma atualização completa de sistemas e processos; e
3. Negociação de um contrato de serviços abrangente com o BID, buscando formas de tirar proveito da vantagem competitiva da CII para prestar serviços a outras áreas do Grupo do BID voltadas para o setor privado.

Resultado: maior impacto sobre o desenvolvimento

A CII acredita que o cumprimento das metas desses dois pilares de desenvolvimento ampliará significativamente sua eficácia para fomentar o desenvolvimento.

Para promover esse objetivo final, a CII esforçar-se-á para melhorar ainda mais a qualidade desenvolvimentista de seus empréstimos e investimentos em participações societárias, atualizando regularmente sua estrutura geral de avaliação e expandir significativamente o volume e escopo de seus produtos de assistência técnica, focando essa estratégia nas PMEs beneficiárias finais e não em programas.

Além disso, a implementação bem-sucedida do marco 1+1=3 dará à CII os recursos necessários para desenvolver e disseminar produtos de conhecimento focados em PMEs. Esse novo marco será um avanço importante no cumprimento da nova meta de longo prazo da CII de posicionar-se como autoridade reconhecida no desenvolvimento de PMEs na região da América Latina e do Caribe, uma meta que pode ser resumida como *Pense PME, pense CII*.



Pense PME, pense CII





Trabalho dentro do Grupo do BID

Renegociação da Linha de Crédito Multissetorial Global do BID

Em 2010, o BID e a CII renegociaram a Linha de Crédito Multissetorial de longo prazo concedida para a CII, no valor de US\$ 300 milhões, com vencimento para o final de 2015. Formalizada em 1997, a linha, da qual a CII captou US\$ 100 milhões até o momento, concedia condições especiais de preço à CII. A decisão dos Governadores, de renegociar essa operação de empréstimo no contexto do aumento geral de capital do BID, veio em um momento decisivo para a CII e reflete o sólido relacionamento entre as duas instituições. As condições dessa linha levam em consideração a missão da CII, seu papel e sua capacidade de alavancagem financeira e sua missão de preservar seu capital. Como o guichê do Grupo do BID voltado para o setor privado e especializado em PMEs, a CII continuará a utilizar esses recursos para ampliar sua capacidade de apoiar operações inovadoras com impacto elevado e de longo prazo sobre o desenvolvimento.

Apoio para a CII

Um dos dois pilares do Plano de Negócios da CII para 2011-2013 visa traçar uma nova trajetória de crescimento para maximizar o uso dos recursos de capital atuais dentro dos parâmetros definidos na abordagem de carteira.

Em caso de êxito, no próximo período de três anos a CII esgotará sua capacidade de ampliar a carteira de ativos que exigem financiamento de capital – mais importante, os investimentos em participações societárias e o apoio financeiro para empresas menores da região – e ficará limitada a substituir esses tipos e classes de ativos à medida que receba pagamentos.

O capital é a fonte de financiamento necessária para que a CII continue a ter capacidade de ampliar seu apoio para essas intervenções, que têm um forte impacto no desenvolvimento num prazo mais longo. Portanto, o apoio financeiro considerado no contexto do aumento geral de capital do BID será essencial para o cumprimento desse objetivo.

Divisão de trabalho entre os guichês do Grupo do BID voltados para o setor privado

A Administração tem a forte convicção de que há grande valor em uma colaboração mais estreita com todos os guichês voltados para o setor privado e todos os departamentos relevantes que trabalham com o setor público no Grupo do BID. A Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana tem trabalhado em estreita colaboração com todos os guichês, sobretudo o Departamento de Financiamento Estruturado e Corporativo e a CII, no sentido de definir as regras para o próximo ciclo de planejamento.

O recém elaborado Plano para as operações sem garantia soberana para 2011-2015 é um passo nessa direção. O documento afirma que não pretende suplantiar os processos de planejamento específicos das áreas e que seu objetivo é oferecer uma direção unificada e justificação para o trabalho empreendido pelo Grupo do BID para promover o desenvolvimento por meio do setor privado.

No caso específico da CII, a Administração comprometeu-se a internalizar todas as prioridades de relevância institucional relacionadas com o nono aumento geral de capital do BID, assim como as prioridades para países específicos, definidas no processo estratégico normalmente conduzido por ele.

Governança

Estrutura

Assembleia de Governadores

Todos os poderes da CII estão investidos em sua Assembleia de Governadores, composta por um Governador e um Governador Suplente indicados por cada país membro. Entre os poderes investidos na Assembleia de Governadores e que não podem ser delegados à Diretoria Executiva estão a admissão de novos países membros, a contratação de auditores externos, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da CII e a alteração de seu Convênio Constitutivo.

Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela condução das operações da CII. Para tal fim, exerce todos os poderes conferidos pelo Convênio Constitutivo da CII ou delegados

pela Assembleia de Governadores. A Diretoria Executiva determina a estrutura organizacional básica da CII, inclusive a quantidade das principais posições profissionais e administrativas e suas responsabilidades gerais, além de aprovar o orçamento da CII. Os 13 membros e 13 suplentes da Diretoria Executiva têm mandatos de três anos e representam um ou mais países membros da CII.

O Comitê Executivo da Diretoria Executiva é composto por quatro membros: o Diretor ou Suplente nomeado pelo país membro com maior quantidade de ações da CII, dois Diretores representando países membros em desenvolvimento da região e um Diretor representando os demais países membros. Todos os empréstimos e investimentos da CII em empresas localizadas nos países membros são analisados por este Comitê.

Integridade e medidas contra a corrupção e a lavagem de dinheiro

Ao longo do ano, a CII participou ativamente do Grupo de Trabalho de Diretrizes para Diligência Devida de Integridade, importante esforço colaborativo dos diversos guichês do Grupo do BID voltados para o setor privado. Sob a liderança da Vice-Presidência do Setor Privado e Operações sem Garantia Soberana e do Departamento de Integridade Institucional do BID, o grupo de trabalho desenvolveu uma proposta básica para as novas Diretrizes de Diligência Devida de Integridade. As diretrizes funcionarão como um marco interno para todos os projetos do Grupo do BID com o setor privado. Todos os guichês do Grupo do BID, inclusive a CII, implementarão as diretrizes em suas respectivas práticas de governança corporativa. A CII está em processo de compatibilizar seus procedimentos atuais com as novas diretrizes, visando a aprová-las como parte de uma versão atualizada de seus procedimentos internos de avaliação de integridade.

Em 2010, a CII e o BID, juntamente com o Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e o Grupo do Banco Mundial firmaram um Acordo de Reconhecimento Mútuo de Desqualificação. Segundo os termos e as condições definidos no acordo, todas as instituições aplicarão as decisões de desqualificação tomadas por qualquer dos outros participantes. Essa iniciativa é um desdobramento do Marco Uniforme para Prevenção e Combate a Fraudes e Corrupção, adotado em 2006.

A CII, juntamente com a maioria das organizações regionais e multilaterais de financiamento do desenvolvimento, continua a fazer parte de um grupo de trabalho para tratar do uso dos centros financeiros *offshore*. A meta é identificar uma abordagem comum aos problemas causados pelo uso de centros financeiros *offshore* e paraísos fiscais para atividades criminosas, lavagem de dinheiro e, sobretudo, sonegação tributária. A CII está acompanhando essas questões e desenvolveu sistemas e procedimentos internos de avaliação de projetos, compatíveis com os de outros organismos multilaterais que trabalham com o setor privado, para levá-las ao conhecimento de sua Diretoria Executiva.

Em 31 de dezembro de 2010, a CII tinha 107 cargos dedicados ao cumprimento de sua missão de desenvolvimento e contava com 24 funcionários em dez países da região.

Administração

O presidente do BID é o Presidente *ex-officio* da Diretoria Executiva da CII e preside suas reuniões, mas só tem direito a voto em caso de empate, podendo participar, sem direito de voto, das reuniões da Assembleia de Governadores da CII.

Mediante recomendação de seu Presidente, a Diretoria Executiva nomeia o Gerente Geral da CII por maioria de quatro quintos do total dos votos. O Gerente Geral supervisiona os oficiais e funcionários da CII. Sob a direção da Diretoria Executiva e a supervisão geral de seu Presidente, o Gerente Geral conduz os negócios correntes da CII e, após consulta à Diretoria Executiva e seu Presidente, é responsável pela organização, nomeação e demissão de oficiais e funcionários. O Gerente Geral pode participar das reuniões da Diretoria Executiva, mas não tem direito a voto.

O Gerente Geral também determina a estrutura operacional da CII e pode modificá-la para acompanhar as necessidades de mudança da organização.

Pessoal

Em 31 de dezembro de 2010, a CII tinha 107 cargos dedicados ao cumprimento de sua missão de desenvolvimento. Contava com 24 funcionários em dez países da região: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai. Os demais funcionários estão lotados na sua sede, em Washington, D.C., inclusive 14 oficiais de investimento que trabalham diretamente na originação e no desenvolvimento de novos projetos e 10 funcionários dedicados em tempo integral à supervisão direta de uma carteira de

*Estrutura de remuneração do pessoal da sede da CII**

Grau	Cargo	Mínimo	Máximo	Funcionários no nível salarial	Salário médio/ grau	Média de benefícios [†]
E2	Executivo	US\$ 274.358	US\$ 329.229	1,35%	US\$ 329.229	US\$ 128.399
E5	Executivo	200.174	250.218	1,35	250.218	97.585
1	Gerencial	162.106	235.054	10,8	187.068	72.957
2	Gerencial	141.875	212.812	2,7	168.261	65.622
3	Técnico	118.403	189.446	6,8	138.798	54.131
4	Técnico	104.178	166.684	23,0	117.019	45.638
5	Técnico	94.914	142.371	6,8	106.804	41.654
6	Técnico	84.755	127.132	6,8	89.088	34.744
7	Técnico	75.301	112.951	4,1	77.221	30.116
8	Técnico	66.054	99.081	13,5	75.084	29.283
9	Apoio	58.522	87.783	10,8	61.382	23.939
10	Apoio	47.188	75.501	8,1	50.766	19.799
11	Apoio	41.109	65.775	2,7	46.900	18.291
12	Apoio	36.912	59.060	1,35	44.698	17.432
				100,0%		

*O pessoal regional é remunerado localmente segundo faixas salariais determinadas pelo BID.

[†]Inclui licenças, verbas rescisórias, seguro de vida e de saúde e outros benefícios não salariais: férias no país de origem, reembolso de impostos, viagem para nomeação, despesas de relocação e repatriação, salário família, auxílio para educação e benefícios de viagem a serviço.

Os membros da Diretoria Executiva da CII, inclusive Diretores Executivos, Suplentes, Conselheiros Sênior e Conselheiros, bem como o Presidente da Diretoria Executiva são remunerados pelo BID. Informações em dezembro de 2010.

210 projetos com empresas e instituições financeiras, inclusive com visitas anuais.

Os demais funcionários dão apoio às atividades de projetos e programas das divisões de Assistência Técnica e Parcerias Estratégicas, Finanças e Gestão de Riscos e Jurídica e das unidades de Assuntos Institucionais, Crédito, Eficácia no Desenvolvimento e Estratégia Institucional, Gerenciamento e Supervisão de Carteira e Operações Especiais.



Demonstrações financeiras auditadas

Relatório dos auditores independentes

Relatório dos auditores independentes
Corporação Interamericana de Investimentos

As demonstrações financeiras da Corporação Interamericana de Investimentos foram traduzidas para o português a partir dos textos em inglês e espanhol. Essas demonstrações financeiras em inglês e espanhol foram analisadas por auditores independentes da Corporação. O relatório dos auditores sobre a análise efetuada, bem como o respectivo parecer, encontram-se nas versões em inglês e espanhol do Relatório Anual.

Balanço patrimonial

EM MILHARES DE US\$ (EXCETO DADOS SOBRE AÇÕES)	EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
ATIVO		
Disponibilidades	\$ 80.808	\$ 99.012
Títulos e valores mobiliários		
Para negociação	400.220	330.471
Mantidos até o vencimento	93.743	125.135
Disponíveis para venda	20.189	26.589
Investimentos		
Empréstimos concedidos	838.992	857.626
Menos provisão para perdas	(56.536)	(66.477)
	782.456	791.149
Participações societárias (US\$ 19.865 e US\$ 19.430 ao valor justo, respectivamente)	34.946	32.168
Total dos investimentos	817.402	823.317
Contas a receber e outros ativos	14.226	19.459
Total do ativo	\$ 1.426.588	\$ 1.423.983
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Contas a pagar e outras obrigações	\$ 16.530	\$ 16.387
Juros e taxas de compromisso a pagar	2.889	3.161
Captações de curto prazo	108.217	110.043
Captações e dívidas de longo prazo (US\$ 49.894 e US\$ 48.328 ao valor justo, respectivamente)	525.901	535.513
Total do passivo	653.537	665.104
Capital social		
Autorizado:		
70.590 e 70.590 ações, respectivamente (valor nominal US\$ 10.000)		
Ações subscritas:		
70.590 e 70.590 ações, respectivamente (valor nominal US\$ 10.000)	705.900	705.900
Menos subscrições a integralizar	(42.529)	(47.199)
	663.371	658.701
Lucros acumulados	121.739	109.292
Outros prejuízos abrangentes acumulados	(12.059)	(9.114)
Total do patrimônio líquido	773.051	758.879
Total do passivo e patrimônio líquido	\$ 1.426.588	\$ 1.423.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
RECEITAS		
Receita de empréstimos		
Juros, comissões e taxas	\$ 44.210	\$ 46.504
Outras receitas	599	856
	44.809	47.360
Participações societárias		
Ganhos na venda	2.118	431
Variações no valor contábil	(346)	2.151
Dividendos e distribuições	155	165
Outras receitas	—	50
	1.927	2.797
Títulos e valores mobiliários	9.259	10.561
Serviços de consultoria, cofinanciamento e outras receitas	4.295	2.595
Total das receitas	60.290	63.313
Despesas com captações e dívidas de longo prazo (descontadas as variações no valor justo dos respectivos instrumentos financeiros)	18.964	21.523
Total das receitas, descontadas as despesas de juros	41.326	41.790
(CRÉDITO)/PROVISÃO PARA PERDAS COM EMPRÉSTIMOS E GARANTIAS	(959)	10.285
PERDAS EM PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS COM REDUÇÃO NÃO TEMPORÁRIA AO VALOR RECUPERÁVEL	677	—
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	28.548	25.917
Ganhos em operações cambiais, líquido	(5)	(41)
Outras despesas	143	—
Total das despesas operacionais	28.686	25.876
Resultado antes das atividades de assistência técnica	12.922	5.629
Atividades de assistência técnica	475	418
RESULTADO	\$ 12.447	\$ 5.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
RESULTADO	\$ 12.447	\$ 5.211
OUTRAS RECEITAS/(PERDAS) ABRANGENTES		
Ganhos/(Perdas) atuariais líquidos	(4.828)	12.388
Amortização de:		
Obrigações de transição	174	174
Custo de serviços anteriores	1.904	(4.536)
	(2.750)	8.026
Ganhos/(perdas) não realizados sobre títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(195)	294
RESULTADO ABRANGENTE	\$ 9.502	\$ 13.531

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	LUCROS ACUMULADOS	OUTRAS PERDAS ABRANGENTES ACUMULADAS	CAPITAL*	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2008	\$ 104.081	\$ (17.434)	\$ 657.601	\$ 744.248
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009				
Resultado	5.211	—	—	5.211
Outros ganhos abrangentes	—	8.320	—	8.320
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	1.100	1.100
Em 31 de dezembro de 2009	\$ 109.292	\$ (9.114)	\$ 658.701	\$ 758.879
Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010				
Resultado	12.447	—	—	12.447
Outras perdas abrangentes	—	(2.945)	—	(2.945)
Pagamentos recebidos por ações subscritas	—	—	4.670	4.670
Em 31 de dezembro de 2010	\$ 121.739	\$ (12.059)	\$ 663.371	\$ 773.051

*Deduzidas as subscrições a integralizar

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Desembolsos de empréstimos concedidos	\$ (308.886)	\$ (127.977)
Desembolsos relativos a participações societárias	(5.999)	(3.737)
Amortizações de empréstimos	321.035	191.370
Venda de participações societárias	4.313	3.832
Vencimentos e transferências de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento	32.684	20.081
Venda de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	6.240	5.459
Despesas de capital	(531)	(124)
Produto da venda de ativos recuperados	6.144	4.272
Caixa líquido gerado por atividades de investimento	\$ 55.000	\$ 93.176
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(Pagamentos)/Saques de captações, líquido	94.892	(106.174)
Amortização de notas e títulos	(118.005)	—
Subscrições de capital	4.670	1.100
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	\$ (18.443)	\$ (105.074)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado	12.447	5.211
Ajustes para conciliar o resultado do exercício com o caixa líquido aplicado em atividades operacionais:		
Ganhos realizados na venda de participações societárias	(1.324)	(462)
Varição em contas a receber e outros ativos	7.526	12.211
Varição no valor contábil de participações societárias	(448)	(2.120)
Provisão para perdas com empréstimos e garantias	(959)	10.285
Ganhos em títulos e valores mobiliários	(2.292)	(3.718)
Varição em contas a pagar e outras obrigações	(1.194)	(1.347)
Varição nos ativos líquidos do Plano de Pensões e do PBPA	(2.301)	(1.976)
Perdas/(Ganhos) não realizados com derivativos não especulativos	(683)	723
Varição no valor de captações ao valor justo	2.094	(1.186)
Outros, líquido	1.799	1.176
	2.218	13.586
Títulos e valores mobiliários para negociação		
Compras	(1.503.328)	(1.638.598)
Vendas, vencimentos e pagamentos	1.433.905	1.619.378
	(69.423)	(19.220)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	\$ (54.758)	\$ (423)
Efeito líquido das variações cambiais sobre as disponibilidades	(3)	7
Redução em disponibilidades, líquido	(18.204)	(12.314)
Disponibilidades em 1º de janeiro	99.012	111.326
Disponibilidades em 31 de dezembro	\$ 80.808	\$ 99.012
Informações complementares:		
Juros pagos durante o exercício	\$ 17.536	\$ 24.137
Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento transferidos para disponíveis para venda	\$ —	\$ 12.286

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

OBJETIVO

A Corporação Interamericana de Investimentos (a Corporação), uma organização multilateral, foi criada em 1986 e iniciou suas atividades em 1989, com a missão de promover o desenvolvimento econômico dos países-membros latino-americanos e caribenhos, financiando empresas de pequeno e médio porte. Essa missão é cumprida pela Corporação, em conjunto com investidores privados, mediante concessão de empréstimos e aquisição de participações societárias onde, sob condições razoáveis, não haja oferta de capital privado em nível suficiente. A Corporação exerce também uma função catalisadora, ao mobilizar financiamento adicional para projetos por outros investidores e mutuantes, por meio de cofinanciamento ou formação de consórcios de empréstimos, participações em empréstimos, subscrição inicial e prestação de garantias. Além de financiar projetos e mobilizar recursos, a Corporação também presta serviços de consultoria financeira e técnica aos clientes. O capital acionário da Corporação é proveniente dos países-membros e ela opera principalmente em dólares dos Estados Unidos, com as atividades operacionais restritas a seus vinte e seis países-membros regionais. A Corporação é membro do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Grupo do BID), que também inclui, além do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN).

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As políticas contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras da Corporação obedecem às práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (U.S. GAAP). As referências nas notas explicativas a práticas contábeis geralmente aceitas do FASB (Financial Accounting Standards Board) significarão referências à Codificação de Normas Contábeis do FASB, também citada como “Codificação” ou ASC (do inglês: Accounting Standards Codification).

Todos os montantes apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de dólares dos Estados Unidos da América (dólares dos EUA, USD ou US\$), que constitui a moeda funcional da Corporação.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Uso de estimativas — A elaboração das demonstrações financeiras exige que a administração faça uso de estimativas e premissas que afetam os valores declarados do ativo e do passivo, as informações sobre ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras e os valores declarados das receitas e despesas do exercício. Os resultados reais poderão ser diferentes das estimativas. A administração utilizou, em grau considerável, seu próprio critério de decisão ao definir os níveis adequados da provisão para perdas com empréstimos concedidos e garantias, o valor justo dos empréstimos concedidos e dos investimentos em participações societárias, das captações e dos derivativos, bem como ao definir o custo dos benefícios periódicos líquidos dos planos de pensões e de pós-aposentadoria e o valor presente das obrigações por benefícios. As operações da Corporação estão sujeitas a riscos e incertezas a elas inerentes. As alterações nas condições econômicas podem ter efeitos negativos sobre a posição financeira da Corporação.

Disponibilidades — Os instrumentos de investimento de alta liquidez em carteira com vencimento original de até três meses são considerados disponibilidades, com exceção dos detidos para negociação. A Corporação pode deter disponibilidades acima dos limites segurados pela FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Investimento em títulos e valores mobiliários — Como parte de sua estratégia geral de administração de carteiras, a Corporação investe em títulos de governos e entidades públicas, depósitos a prazo, commercial paper e instrumentos bancários, de acordo com suas próprias políticas quanto a prazo e risco de crédito. Os títulos de governos e de entidades públicas incluem títulos de dívida, notas, letras e outras obrigações de renda fixa, com elevada classificação de crédito, emitidos ou garantidos incondicionalmente por governos de países ou por outras entidades oficiais, inclusive órgãos públicos. Os títulos e valores mobiliários da carteira da Corporação são classificados de acordo com a intenção da administração na data da aquisição e contabilizados na data da negociação. A carteira da Corporação classificada como “para negociação” inclui títulos e valores mobiliários adquiridos e detidos para revenda em futuro próximo. Eles são declarados pelo valor justo, com os ganhos e perdas não realizados lançados como “Receita de títulos e valores mobiliários”. Os títulos e valores mobiliários a prazo fixo classificados como “mantidos até o vencimento” são os que a Corporação pode e pretende deter em carteira até os respectivos vencimentos, contabilizados pelo custo amortizado. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor justo, com inclusão dos ganhos ou perdas líquidos não realizados em “Outros resultados abrangentes acumulados”. Os juros e dividendos sobre os títulos e valores mobiliários, a amortização de ágios e o acréscimo de descontos são incluídos em “Receita de títulos e valores mobiliários”. Os investimentos da Corporação em títulos de dívida dos mercados latino-americanos e caribenhos, resultantes de atividades de desenvolvimento, são classificados como “mantidos até o vencimento” e contabilizados no balanço patrimonial pelo custo amortizado. Tais títulos e valores mobiliários são objeto de exame quanto à existência de deterioração não temporária no encerramento do exercício.

Empréstimos concedidos e participações societárias — Os compromissos relacionados a empréstimos concedidos e participações societárias são constituídos na data de assinatura do respectivo contrato e contabilizados como ativos quando desembolsados. Os empréstimos são contabilizados pelo valor do principal em aberto, ajustado pela provisão para perdas. Em alguns casos, a Corporação obtém garantias reais e pessoais como hipotecas e avais de terceiros, ou outras. As participações societárias, que incluem investimentos diretos e investimentos em sociedades de responsabilidade limitada do tipo *limited liability partnership* (LLPs), são inicialmente contabilizadas ao valor de custo, que geralmente representa o valor justo do pagamento feito. São reconhecidos pelo custo, com a devida redução ao valor recuperável de ativos, os investimentos diretos em participações societárias e determinados investimentos em LLPs para os quais a Corporação mantém contas de participação específica, sem exercer influência significativa. O reconhecimento pelo valor justo é aplicado a investimentos de participação societária em LLPs onde a participação da Corporação não seja considerada de pouca monta.

Os valores contábeis dos empréstimos e das participações societárias são examinados periodicamente e, se necessário, ajustados para eventual redução ao valor recuperável dos ativos. A Corporação considera que um empréstimo exige tal redução quando, baseada em dados e em ocorrências atuais, ela acredita existir uma probabilidade de que não seja possível receber todos os montantes devidos nos termos do contrato de empréstimo. Os investimentos em participações societárias são examinados para apurar a eventual necessidade de redução ao valor recuperável, com base nas informações financeiras mais recentes e em outros documentos disponíveis. Essas análises são subjetivas e baseadas em dados financeiros pertinentes, entre outros fatores. Também são levadas em consideração as tendências do setor de atividade de cada emissor, o histórico de desempenho das sociedades e a intenção da Corporação de manter o investimento durante um prazo maior. Caso seja constatada uma necessidade não temporária de redução ao valor recuperável de ativos, o valor do investimento em participações societárias é reduzido, e o valor resultante passa a ser a nova base de custo do investimento. As eventuais perdas com redução ao valor recuperável de ativos somente geram reversões de valor quando a participação societária é vendida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Provisão para perdas com empréstimos — A Corporação reconhece no balanço patrimonial a redução ao valor recuperável dos ativos incluídos na carteira de empréstimos por meio de uma provisão para perdas com empréstimos concedidos, que aumenta ou diminui conforme os acréscimos ou as liberações contabilizados na rubrica de lucro líquido. As baixas e eventuais recuperações posteriores de valor dos empréstimos concedidos são lançadas na conta de provisão. A provisão para perdas com empréstimos é mantida em um nível considerado adequado pela administração para absorver as perdas estimadas como prováveis na carteira de empréstimos. A administração decide com base na classificação de risco e no desempenho de cada empréstimo, levando também em conta a conjuntura econômica e outros fatores considerados significativos.

A provisão para perdas com empréstimos reflete as estimativas de perdas prováveis já identificadas e as estimativas de perdas prováveis que sejam inerentes à carteira mas não especificamente identificáveis. A definição de perdas identificadas como prováveis representa a decisão mais criteriosa possível pela administração sobre a classificação de crédito do mutuário e é feita por análise periódica de cada empréstimo concedido. Essa estimativa leva em conta todos os dados disponíveis para comprovação, inclusive, conforme cabível, o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados na data de vigência inicial do contrato de empréstimo, o valor justo da garantia deduzido de custos de alienação, bem como outros dados de mercado observáveis. Dado o objetivo da Corporação e a natureza dos empréstimos, não existe, em geral, um valor de mercado secundário para operações similares. A provisão para perdas com empréstimos atribuída ao restante da carteira de empréstimos concedidos é definida por uma estimativa da perda provável inerente à carteira, com base em várias análises. Cada empréstimo é classificado em função de seus riscos, e são derivadas as estimativas de perdas para cada classificação de crédito. Essas classificações baseiam-se em experiências passadas e em informações de mercado disponíveis, inclusive risco-país, riscos de correlação ou contágio de perdas entre mercados, descumprimento das garantias e de outras formas de co-obrigação por parte de patrocinadores, bem como no fato de as demonstrações financeiras se pautarem por princípios contábeis diferentes dos geralmente aceitos nos Estados Unidos. As estimativas de perdas são derivadas das informações específicas sobre o setor e dos dados históricos da Corporação.

Reconhecimento de receitas originárias de empréstimos concedidos — Os juros e as comissões, exceto comissões de abertura de empréstimos, são reconhecidos como receita no exercício em que forem auferidos. A Corporação não reconhece receitas de empréstimos cuja possibilidade de recebimento seja considerada duvidosa ou, em geral, quando o pagamento de juros ou principal tiver atraso superior a 90 dias. Os juros devidos e não recebidos, no caso de empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência, são estornados da receita e somente voltam a ser reconhecidos como receita quando recebidos e novamente contabilizados pelo regime de competência, após a administração concluir que o mutuário demonstra capacidade de efetuar pagamentos periódicos de juros e do principal. Os juros não reconhecidos anteriormente mas capitalizados como parte de uma renegociação de dívida são contabilizados como receita diferida, sendo creditados ao resultado somente quando o principal correspondente é recebido.

As comissões de abertura de empréstimos e os custos diretos incrementais referentes à originação dos empréstimos concedidos não são diferidos e amortizados ao longo do prazo do empréstimo, porque as comissões de abertura servem unicamente para reembolsar a Corporação pelo custo de originação do empréstimo. As eventuais diferenças a maior ou a menor entre as taxas de originação de empréstimo não restituíveis e os custos de originação de empréstimo são consideradas irrelevantes para as demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Reconhecimento de receitas de participações societárias — Os dividendos e as participações em lucros recebidos de investimentos em participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável, são contabilizados como receita quando as distribuições são declaradas. Os ganhos na venda ou no resgate de participações societárias, contabilizados pelo método de custo com a devida redução ao valor recuperável, são contabilizados como receita quando realizados. No caso das LLPs contabilizadas pelo valor justo, os dividendos são levados em consideração ao se avaliar o respectivo valor patrimonial líquido, e registrados como variações no valor contábil das participações societárias.

Garantias — A Corporação oferece garantias de crédito para cobertura de obrigações de terceiros, no sistema de riscos compartilhados, para empréstimos tomados ou títulos e valores mobiliários emitidos em apoio a projetos em um país-membro que visem a aprimorar sua situação de crédito e viabilizar uma ampla gama de operações empresariais. Essas garantias financeiras são compromissos da Corporação para garantir o pagamento a terceiros pelo mutuário ou devedor. A política da Corporação de exigir garantias reais com relação a esses instrumentos e os tipos de garantias reais detidas são normalmente iguais aos exigidos para empréstimos. As garantias são consideradas constituídas quando a Corporação assina o contrato de garantia e vigentes quando é contraída a correspondente obrigação financeira de terceiros, e tornam-se pagáveis quando o cumprimento da obrigação pela Corporação é exigido nos termos na garantia. Há dois tipos de obrigações associadas às garantias: (1) a obrigação contínua (stand-ready) de honrar o compromisso e (2) a obrigação contingente de efetuar futuros pagamentos. A obrigação contínua (stand-ready) de honrar o compromisso é reconhecida na data de emissão, a menos que um passivo contingente já exista ou seja previsto no curto prazo, sendo contabilizada pelo valor justo. O passivo contingente relativo à garantia financeira é reconhecido quando há a probabilidade de a garantia ser exigida e caso seja possível, sob termos razoáveis, estimar o valor da garantia. Os eventuais passivos por obrigações contínuas e contingentes associadas às garantias são incluídos em “Outras obrigações”. A contrapartida é a remuneração recebida ou a receber, sendo esta última incluída em “Outros ativos” no balanço patrimonial. Quando a garantia é exigida, o valor desembolsado é registrado como empréstimo concedido, sendo constituídas reservas específicas com base na estimativa de perda provável. A receita é levada ao resultado quando a Corporação é liberada do risco, por ocasião do término ou da liberação da garantia.

Atividades de gestão de riscos: Derivativos não especulativos — A Corporação realiza operações com determinados derivativos para gestão de riscos financeiros. A Corporação controla sua exposição às variações nas taxas de juros mediante o uso de produtos financeiros derivativos, que incluem swaps de taxas de juros e posições em opções de compra (por exemplo, caps de taxas de juros). Os derivativos modificam as características das taxas de juros do respectivo instrumento financeiro para gerar os juros desejados, e nenhum deles é designado como instrumento de hedge. A Corporação não utiliza derivativos para fins de especulação.

Os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo e classificados no ativo ou no passivo, dependendo da natureza e do montante de seu valor justo líquido. As variações no valor justo de derivativos relativos a captações são informadas em “Despesas com captações e dívidas de longo prazo”.

Despesas diferidas — Os custos referentes à emissão de títulos de dívida e de outros instrumentos financeiros são diferidos e amortizados ao longo do prazo da dívida correspondente, pelo método linear, com resultados similares aos custos que seriam obtidos com o método dos juros efetivos.

Ativo fixo — A Corporação contabiliza o ativo fixo pelo custo, deduzidas as depreciações e amortizações acumuladas. A depreciação e a amortização são reconhecidas pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que varia de três a sete anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Operações em moedas estrangeiras — Os ativos e passivos expressos em outras moedas são traduzidos para seu equivalente em dólares dos Estados Unidos usando as taxas de câmbio de quitação possível do ativo ou do passivo, sob termos razoáveis, na data em questão. As receitas e despesas são traduzidas mensalmente utilizando os valores aproximados da média ponderada das taxas de câmbio, com os respectivos ganhos e perdas incluídos em “Ganhos em operações cambiais, líquido”.

Valor justo dos instrumentos financeiros — A Codificação exige que as pessoas jurídicas divulguem informações sobre o valor justo estimado de seus instrumentos financeiros e sobre a mensuração de valor justo, quer esses valores sejam ou não reconhecidos no balanço patrimonial.

A Codificação define “valor justo” como o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo (ou seja, o “preço de saída”), em uma operação regular entre participantes do mercado, na data de mensuração.

A Corporação utiliza vários métodos de avaliação para definir o valor justo, inclusive os baseados em mercado, lucratividade e custos. A Codificação estabelece uma hierarquia para os dados utilizados na mensuração do valor justo, de forma a maximizar o uso de dados observáveis e minimizar o uso de dados não observáveis, exigindo que sejam utilizados, sempre que disponíveis, os dados observáveis. Os dados observáveis são os que os participantes do mercado utilizariam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base em dados de mercado obtidos de fontes externas, independentes da Corporação. Os dados não observáveis refletem as premissas da Corporação sobre os dados que os participantes do mercado suporiam na atribuição de preços a ativos ou passivos com base nas melhores informações disponíveis, nas circunstâncias em questão. Essa hierarquia é subdividida em três níveis, com base na confiabilidade dos dados utilizados:

- **Nível 1** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos, aos quais a Corporação tenha acesso. Os reajustes de avaliação e os descontos por blocos não são aplicados aos instrumentos do Nível 1. Como as avaliações são baseadas em preços cotados, disponíveis de forma pronta e regular no mercado ativo, a avaliação desses produtos não acarreta nenhum grau significativo de decisão pontual.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 1 incluem investimento em títulos e valores mobiliários que são negociados de forma ativa e alguns outros títulos soberanos.

- **Nível 2** — Avaliações baseadas em preços cotados em mercados não ativos ou em mercados para os quais todos os dados significativos sejam direta ou indiretamente observáveis.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 2 incluem investimento em títulos e valores mobiliários sem negociação ativa, contratos de derivativos, determinados empréstimos estruturados e financiamentos concedidos a empresas.

- **Nível 3** — Avaliações baseadas em dados não observáveis e relevantes para a mensuração geral de valor justo.

Os ativos e passivos abrangidos pelos dados do Nível 3 incluem determinados empréstimos a empresas e investimentos em participações societárias (private equity).

Como não seria viável estimar o valor justo de muitos de seus empréstimos concedidos a empresas, a Corporação fornece, de acordo com a Codificação, outras informações relativas à estimativa do valor justo, como valor contábil, taxa de juros e vencimentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A disponibilidade dos dados observáveis pode variar conforme o produto, e é afetada por uma ampla gama de fatores, como por exemplo o tipo do produto ou outras características específicas da transação. Na medida em que a avaliação se baseia em modelos ou dados com graus variáveis de possibilidade, ou até impossibilidade, de observação no mercado, a definição do valor justo exige um grau maior de decisão pontual. Dessa forma, é maior o grau de decisão pontual da própria Corporação ao definir o valor justo dos instrumentos incluídos no Nível 3. Em alguns casos, os dados utilizados na mensuração de valor justo podem ser classificados em diferentes níveis de hierarquia do valor justo. Nesses casos, e para objetivos de divulgação, define-se o nível de classificação integral da mensuração de valor justo dentro da hierarquia com base no dado de nível mais reduzido que seja significativo para a mensuração integral de valor justo.

O cálculo do valor justo para muitos instrumentos financeiros é feito com modelos de formação de preços. Os modelos de formação de preços levam em consideração as condições do contrato (inclusive vencimento), bem como múltiplos outros dados que incluem, onde aplicável, as curvas de rentabilidade das taxas de juros, as curvas de crédito, a classificação de crédito da contraparte, a volatilidade das opções e as taxas de câmbio. De acordo com o FASB ASC 820-10, a mensuração do valor justo dos passivos, inclusive derivativos, também leva em conta o impacto dos spreads de crédito da própria Corporação. Onde aplicável, as mensurações são reajustadas para refletir vários fatores, inclusive as diferenças entre taxas de captação e de aplicação, a qualidade do crédito e a liquidez de mercado. Esses reajustes são aplicados com uniformidade e baseiam-se em dados observáveis, sempre que disponíveis.

Para estimar o valor justo dos instrumentos financeiros da Corporação, a administração baseou-se nos seguintes métodos e premissas:

Disponibilidades: O valor contabilizado no balanço patrimonial aproxima-se do valor justo.

Investimento em títulos e valores mobiliários: O valor justo do investimento em títulos e valores mobiliários é baseado nos preços cotados para ativos idênticos, em mercados ativos, na data do balanço patrimonial, onde existam dados observáveis. No caso de investimentos sem disponibilidade de preços e sem outras informações pertinentes, geradas por operações de mercado que envolvam ativos idênticos ou comparáveis, a avaliação foi feita com base no método da lucratividade, utilizando curvas de rendimento, diferentes spreads dos swaps de inadimplemento de crédito (credit default swaps) ou títulos, e taxas de recuperação baseadas principalmente nos valores das garantias reais subsidiárias. O investimento em títulos e valores mobiliários é geralmente classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Empréstimos concedidos: Para mensurar o valor justo de empréstimos concedidos a determinadas instituições financeiras nos termos de acordos ou contratos que visam a fomentar o desenvolvimento econômico, para os quais os dados informativos em geral disponíveis são tanto observáveis como não observáveis, a metodologia empregada pela Corporação requer o uso de estimativas e de cálculos de valor presente dos fluxos de caixa futuros. Como base para a estimativa do valor justo dos empréstimos concedidos utilizam-se as últimas transações realizadas, as cotações de preços de mercado (onde observáveis), e os níveis dos swaps de inadimplemento de crédito observáveis no mercado, juntamente com modelos exclusivos de mensuração, se tais transações e cotações não forem observáveis. A apuração dos fluxos de caixa futuros para estimativa do valor justo é subjetiva e imprecisa, e mesmo alterações pequenas nos pressupostos ou nos métodos podem afetar de forma relevante os valores estimados. A inexistência de normas objetivas de formação de preços aumenta ainda mais a subjetividade e a volatilidade desses valores justos inferidos ou estimados. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre os empréstimos concedidos contabilizados pelo valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Investimentos em participações societárias: A Corporação adquire participações no capital de sociedades privadas de pequeno e médio porte na América Latina e no Caribe e também investe em LLPs. Na maioria dos casos, não se dispõe de preços de mercado, e as técnicas alternativas de avaliação requerem um grau considerável de decisão pontual. A nota explicativa nº 9 inclui informações adicionais sobre as LLPs contabilizadas pelo valor justo.

Contratos de derivativos: Os contratos de derivativos incluem contratos de “swap” e de opções, relacionados a taxas de juros. O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. Os modelos de formação de preços utilizados não acarretam nenhum nível significativo de subjetividade, pois os métodos empregados não exigem decisão pontual relevante, já que os dados são observados a partir de mercados com cotações ativas, como é o caso dos contratos de opções e de “swap” de taxas de juros em geral. Todos os derivativos avaliados pela Corporação com modelos de formação de preços estão incluídos nessa categoria e são classificados no Nível 2 da hierarquia de valor justo. O valor justo estimado para os derivativos é apresentado na nota explicativa nº 9.

Captações e dívida de longo prazo: O valor justo é apurado com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, usando as taxas apropriadas de desconto. A nota explicativa nº 9 informa o valor justo estimado das captações e da dívida de longo prazo.

Tributos — A Corporação, seus bens, outros ativos e receitas, bem como as operações e transações que realiza em conformidade com o *Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos*, conforme alterado, são totalmente isentos de tributos e de tarifas alfandegárias.

Novas exigências para divulgações financeiras e contábeis — Em julho de 2010, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis ASU 2010-20, *Divulgações sobre a qualidade de crédito de recebíveis de financiamento e a provisão para devedores duvidosos*, relacionada ao Tópico 310, *Contas a receber*. Essa Atualização exige a divulgação adicional de dados quantitativos e qualitativos, para que os destinatários das demonstrações financeiras possam entender o risco de crédito inerente à carteira de recebíveis de financiamento do credor, a forma como esse risco é analisado e avaliado para definir a provisão para devedores duvidosos, e as alterações na provisão para devedores duvidosos e respectivas causas de alteração. A Atualização ASU 2010-20 entra em vigor para exercícios anuais encerrados a partir, inclusive, de 15 de dezembro de 2011. Não é previsto nenhum impacto relevante dessa Atualização sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em fevereiro de 2010, o FASB emitiu a ASU 2010-09, *Alterações de determinadas exigências de reconhecimento e divulgação*, relacionada ao Tópico 855, *Eventos subsequentes*. Essa Atualização afeta todas as entidades e exige que os eventos subsequentes sejam avaliados até a data em que as demonstrações financeiras estejam disponíveis para emissão, no caso de declarantes não sujeitos a apresentar as demonstrações à SEC (*non-SEC filer*). Ademais, no caso de demonstrações financeiras revisadas, o declarante classificado como “non-SEC filer” deve divulgar as datas até as quais os eventos subsequentes foram avaliados, tanto nas demonstrações financeiras disponíveis para emissão como nas demonstrações financeiras revisadas. A ASU 2010-09 entra em vigor para exercícios intermediários ou anuais encerrados após 15 de junho de 2010. Não houve nenhum impacto relevante dessa Atualização sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em janeiro de 2010, o FASB emitiu a ASU 2010-06 relacionada ao Tópico 820, *Mensurações de valor justo e divulgações*. O objetivo dessa Atualização é alterar as exigências sobre divulgação de mensurações de valor justo relacionada ao Subtópico 820-10 e 715-20. Essa Atualização exige das entidades declarantes (1) que divulguem as transferências significativas entre os Níveis 1 e 2 de mensurações de valor justo, descrevendo as razões para tais transferências, e (2) que apresentem separadamente as informações sobre compras, vendas, emissões e quitações referentes a mensurações de valor justo de Nível 3. Em acréscimo, essa Atualização

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

também exige divulgações detalhadas pelas entidades declarantes, que deverão divulgar a mensuração de valor justo para cada classe de ativos e passivos, bem como as técnicas de avaliação e as fontes de dados utilizadas na mensuração de valor justo, tanto para mensurações recorrentes como não recorrentes, para itens classificados nos Níveis 2 ou 3. Essa Atualização também inclui as alterações pertinentes no que tange à orientação do Subtópico 715-20 sobre divulgações de empregadores quanto aos ativos dos planos de benefícios pós-aposentadoria. Essas alterações pertinentes exigem uma alteração na terminologia de principais categorias de ativos para classes. Essa Atualização entra em vigor para demonstrações financeiras emitidas para exercícios intermediários e anuais encerrados após 15 de dezembro de 2009, com exceção de divulgações sobre compras, vendas, emissões e quitações com rolagem futura (*roll forward*) da atividade nas mensurações de valor justo de Nível 3. Essas divulgações entram em vigor para exercícios intermediários e anuais com início após 15 de dezembro de 2010. Essa Atualização não causou nenhum impacto relevante sobre a situação financeira, os resultados operacionais e os fluxos de caixa da Corporação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, nem tal impacto está previsto para os exercícios da Corporação com início após 15 de dezembro de 2010.

Em junho de 2009, o FASB emitiu o ASC 810-10-15-13, antes SFAS 167, *Alterações na interpretação do FASB nº. 46(R)*. O objetivo do FASB com a emissão desse Tópico foi aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras por empresas com diferentes níveis de participação em diferentes entidades. O FASB empreendeu esse projeto para: (1) tratar dos efeitos sobre determinadas disposições do FASB ASC 810-10-05, antes Interpretação FASB nº 46 (revisada em dezembro de 2003), *Consolidação de entidades com participações variáveis*, como resultado da eliminação do conceito restritivo de sociedade de propósito específico no FASB ASC 860-40-15-1, antes Pronunciamento nº 166 do FASB, *Contabilização de transferências de ativos financeiros*, e (2) tratar de dúvidas intrínsecas sobre a aplicação de determinadas disposições-chave do FASB ASC 810-10-05, inclusive onde a contabilização e as divulgações nem sempre oferecem informações úteis e em tempo oportuno sobre o envolvimento de uma empresa em entidades com participações variáveis. Em fevereiro de 2010, o FASB emitiu a Atualização de Normas Contábeis 2010-10, *Alterações para determinados fundos de investimento* (ASU 2010-10), que basicamente diferiu a data de vigência inicial do pronunciamento FAS 167 para empresas detentoras de investimentos em entidades que sejam sociedades de investimento (conforme definição de tal termo no Tópico 946 da Codificação, *Serviços financeiros – Sociedades de investimento*). Assim sendo, a Corporação diferiu a adoção do pronunciamento FAS 167 com respeito à avaliação de seus investimentos em fundos de participação societária de tipo LLP. Não é previsto nenhum impacto relevante desse Tópico sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Em junho de 2009, o FASB emitiu o FASB ASC 860-10-05-1, antes SFAS 166, *Contabilização de transferências de ativos financeiros*, como alteração do pronunciamento nº 140 do FASB. Com a emissão desse Tópico, o FASB teve como objetivo aprimorar a relevância, a fidelidade de reconhecimento e a possibilidade de comparação das informações fornecidas pela entidade declarante em suas demonstrações financeiras, com respeito a: transferência de ativos financeiros, efeitos da transferência sobre sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, e eventual persistência de envolvimento do cedente nos ativos financeiros transferidos. O FASB empreendeu esse projeto para: (1) abordar práticas surgidas desde a emissão do FASB ASC 860-10-05-1, antes SFAS 140, *Contabilização de transferências e administração de ativos financeiros e extinção de passivos*, sem consonância com a intenção original e as principais exigências de tal Tópico, e (2) abordar dúvidas sobre a manutenção nas demonstrações financeiras de cedentes de muitos ativos financeiros (e respectivas obrigações) que foram cancelados. A Corporação adotou o disposto nesse Tópico para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010. Não houve nenhum impacto relevante desse Tópico sobre a situação financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Em acréscimo, durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, o FASB emitiu ou aprovou Atualizações de Normas Contábeis. A Corporação examinou as novas diretrizes e as incorporou, conforme apropriado, sem nenhum impacto relevante sobre a posição financeira, os resultados operacionais ou os fluxos de caixa da Corporação.

3. INVESTIMENTO EM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição da receita líquida de investimentos em títulos e valores mobiliários, conforme a fonte:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Receitas de juros	\$ 6.967	\$ 8.753
Ganhos líquidos realizados	1.966	2.880
Variação líquida em (perdas)/ganhos não realizados	326	(1.072)
	\$ 9.259	\$ 10.561

Composição dos títulos e valores mobiliários para negociação:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Títulos privados	\$ 400.219	\$ 280.106
Fundos de investimento	1	50.365
	\$ 400.220	\$ 330.471

Composição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Títulos privados	\$ 20.189	\$ 26.589
	\$ 20.189	\$ 26.589

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o custo amortizado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda totalizou US\$ 20.000 e US\$ 26.206, respectivamente.

Em março de 2009, a administração apurou a existência de sinais de deterioração significativa na classificação de crédito de emissores. Como resultado, alguns títulos anteriormente classificados como “mantidos até o vencimento”, com um custo amortizado de aproximadamente US\$ 12.367, foram reclassificados como “disponíveis para venda”. Posteriormente, a Corporação vendeu tais títulos. O custo amortizado dos títulos e valores mobiliários vendidos em 2010 atingiu aproximadamente US\$ 6.205 (US\$ 6.162 em 2009), com um respectivo ganho realizado de aproximadamente US\$ 35 (perdas realizadas de aproximadamente US\$ 702 em 2009).

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 a Corporação não registrou perdas não realizadas na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Essa carteira inclui um título com vencimento em até vinte e quatro meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Custo amortizado dos títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Títulos privados	\$ 46.767	\$ 72.239
Obrigações de governos e de agências públicas	46.976	52.896
	\$ 93.743	\$ 125.135

Em novembro de 2010, ocorreu o vencimento de um certificado de depósito não negociável, emitido em pesos mexicanos, incluído na rubrica de títulos privados detidos pela Corporação. Em acréscimo, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a rubrica de títulos privados da Corporação também inclui um título no valor de US\$ 40.767 e US\$ 40.983, respectivamente, correspondente a outro ativo de desenvolvimento, com características similares a outros títulos e valores mobiliários de investimento mantidos até o vencimento.

Valor justo dos títulos e valores mobiliários de investimentos mantidos até o vencimento:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO		
	CUSTO AMORTIZADO	(PERDAS)/GANHOS NÃO REALIZADOS	VALOR JUSTO
Títulos privados	\$ 46.767	\$ (540)	\$ 46.227
Obrigações de governos e de agências públicas	46.976	675	47.651
	\$ 93.743	\$ 135	\$ 93.878

Cronograma de vencimentos dos títulos e valores mobiliários de investimento mantidos até o vencimento:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Inferior a 12 meses	\$ 46.976	\$ 31.238
Entre 12 e 24 meses	6.000	46.914
Acima de 24 meses	40.767	46.983
	\$ 93.743	\$ 125.135

Em 31 de dezembro de 2010, a administração apurou que investimentos da carteira de investimentos mantidos até o vencimento atingiam perdas não realizadas no valor de US\$ 905 (US\$ 1.574 em perdas não realizadas em 31 de dezembro de 2009). Dentre eles, um investimento com um custo amortizado de US\$ 40.767 permaneceu na posição de perdas não realizadas por período superior a doze meses. A administração da Corporação confirma que não pretende vender os títulos e que é mais provável não ser necessário vendê-los antes da recuperação da respectiva base de custo.

4. EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Corporação monitora suas carteiras em aberto de empréstimos e de participações societárias no tocante à concentração geográfica dos riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2010, os países com a maior exposição global de crédito para a Corporação eram: Peru, Brasil e Chile (Brasil, Colômbia e Chile em 31 de dezembro de 2009). Em 31 de dezembro de 2010, as participações societárias e os empréstimos em aberto em divisas totalizavam US\$ 74.486 (US\$ 151.972 em participações societárias e empréstimos em divisas em 31 de dezembro de 2009). Uma das maiores exposições da Corporação é denominada Regional e consiste basicamente em investimentos via empréstimos multinacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Distribuição da carteira em aberto, por país e por setor:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO					
	2010			2009		
	EMPRÉSTIMOS	PARTICIPAÇÕES	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	PARTICIPAÇÕES	TOTAL
Peru	\$ 127.757	\$ —	\$ 127.757	\$ 99.515	\$ —	\$ 99.515
Brasil	125.906	—	125.906	125.716	—	125.716
Chile	109.792	1.814	111.606	101.946	1.775	103.721
Argentina	67.907	981	68.888	53.602	1.061	54.663
México	53.958	10.594	64.552	63.581	11.167	74.748
Panamá	53.333	4.000	57.333	31.666	—	31.666
Regional	38.471	16.726	55.197	41.781	16.968	58.749
Equador	45.538	—	45.538	42.875	—	42.875
Costa Rica	43.694	—	43.694	27.745	—	27.745
Colômbia	31.350	691	32.041	114.590	460	115.050
El Salvador	23.614	—	23.614	25.698	—	25.698
Paraguai	21.362	—	21.362	29.255	—	29.255
Guatemala	18.316	—	18.316	11.421	—	11.421
Nicarágua	16.566	—	16.566	31.407	—	31.407
Estado Plurinacional da Bolívia	14.059	—	14.059	7.239	—	7.239
Jamaica	10.611	—	10.611	11.425	—	11.425
Haiti	9.531	—	9.531	10.281	—	10.281
República Dominicana	7.979	—	7.979	7.538	—	7.538
Uruguai	7.323	—	7.323	3.851	—	3.851
Belize	6.000	—	6.000	6.000	—	6.000
Suriname	2.409	—	2.409	3.373	—	3.373
Honduras	2.116	—	2.116	5.321	—	5.321
Guiana	1.400	140	1.540	1.800	140	1.940
Trinidad e Tobago	—	—	—	—	597	597
	\$ 838.992	\$ 34.946	\$ 873.938	\$ 857.626	\$ 32.168	\$ 889.794
Serviços financeiros	\$ 544.417	\$ 9.638	\$ 554.055	\$ 600.400	\$ 5.227	\$ 605.627
Agricultura e agronegócios	79.682	—	79.682	52.713	—	52.713
Serviços públicos e infra-estrutura	51.381	—	51.381	40.169	—	40.169
Manufatura em geral	34.074	—	34.074	25.285	—	25.285
Fundos de investimento	—	25.308	25.308	—	26.941	26.941
Alimentos, engarrafamento e bebidas	20.526	—	20.526	20.167	—	20.167
Petróleo e mineração	17.310	—	17.310	10.000	—	10.000
Produtos químicos e plásticos	16.865	—	16.865	20.411	—	20.411
Aquicultura e pesca	16.289	—	16.289	20.180	—	20.180
Pecuária e avicultura	14.785	—	14.785	13.357	—	13.357
Madeira, papel e celulose	8.142	—	8.142	8.478	—	8.478
Transportes e armazenamento	7.799	—	7.799	3.364	—	3.364
Educação	7.041	—	7.041	6.819	—	6.819
Têxteis, confecções e couro	5.743	—	5.743	19.970	—	19.970
Turismo e hotelaria	1.795	—	1.795	2.740	—	2.740
Tecnologia, comunicações e nova economia	379	—	379	283	—	283
Serviços não financeiros	107	—	107	154	—	154
Saúde	11	—	11	25	—	25
Diversos	12.646	—	12.646	13.111	—	13.111
	\$ 838.992	\$ 34.946	\$ 873.938	\$ 857.626	\$ 32.168	\$ 889.794

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo dos investimentos via empréstimos e participações societárias compromissados mas ainda não desembolsados (deduzidos os cancelamentos):

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Empréstimos concedidos	\$ 131.748	\$ 112.964
Participações societárias	12.183	10.113
	\$ 143.931	\$ 123.077

Os empréstimos concedidos pela Corporação são remunerados a taxas fixas e variáveis. A carteira de empréstimos com taxas fixas de juros totalizou US\$ 319.113 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 281.160 em 31 de dezembro de 2009).

Os empréstimos para os quais o reconhecimento de juros por regime de competência foi interrompido totalizaram US\$ 37.218 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 36.182 em 31 de dezembro de 2009). Os juros recebidos sobre empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 totalizaram US\$ 391 (US\$ 768 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009). As receitas financeiras relativas a empréstimos que deixaram de ser contabilizados pelo regime de competência no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 totalizaram US\$ 296 (US\$ 1.091 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009).

Resumo do cronograma de vencimentos dos empréstimos concedidos pela Corporação:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO			
	2010		2009	
	PRINCIPAL EM ABERTO	RENDIMENTO MÉDIO	PRINCIPAL EM ABERTO	RENDIMENTO MÉDIO
Até um ano	\$ 238.943	6,20%	\$ 323.400	4,32%
De um a cinco anos	566.056	6,44%	478.428	4,72%
Após cinco e até onze anos	33.993	7,63%	55.798	7,57%
	\$ 838.992		\$ 857.626	

O investimento da Corporação em empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável de ativos totalizou US\$ 35.097 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 31.160 em 31 de dezembro de 2009). A média dos empréstimos sujeitos a redução ao valor recuperável de ativos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de US\$ 30.507 (US\$ 16.126 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009). O total das provisões relacionadas a tais empréstimos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 foi de US\$ 12.831 e US\$ 18.131, respectivamente.

O investimento da Corporação em participações societárias sujeitas a redução ao valor recuperável de ativos totalizou US\$ 677 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 0 em 31 de dezembro de 2009).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Resumo das variações na provisão para perdas com empréstimos e garantias:

EM MILHARES DE US\$	2010			2009		
	EMPRÉSTIMOS	GARANTIAS	TOTAL	EMPRÉSTIMOS	GARANTIAS	TOTAL
Saldo em 1º de janeiro	\$ 66.477	\$ —	\$ 66.477	\$ 55.124	\$ —	\$ 55.124
Baixa contábil, líquida	(15.126)	—	(15.126)	(2.510)	—	(2.510)
Recuperações	6.144	—	6.144	3.573	5	3.578
Provisão/(Crédito) para perdas	(959)	—	(959)	10.290	(5)	10.285
Saldo em 31 de dezembro	\$ 56.536	\$ —	\$ 56.536	\$ 66.477	\$ —	\$ 66.477

5. CONTAS A RECEBER E OUTROS ATIVOS

Resumo de contas a receber e outros ativos:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Outros ativos circulantes:		
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	\$ 7.980	\$ 8.351
Juros a receber sobre títulos e valores mobiliários	1.687	1.761
Outros valores circulantes a receber	1.984	1.560
	11.651	11.672
Outros ativos não circulantes:		
PBPA, ativo líquido	490	—
Juros a receber sobre empréstimos concedidos	—	6.493
Líquido a receber de vendas de participações societárias	—	266
Outros ativos não circulantes	2.085	1.028
	2.575	7.787
Total de contas a receber e outros ativos	\$ 14.226	\$ 19.459

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo líquido do PBPA reflete a situação de superávit do Plano. Vide nota explicativa nº 16.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

6. CONTAS A PAGAR E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Resumo das contas a pagar e outras obrigações:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Obrigações líquidas do Plano de Pensões	\$ 6.529	\$ 3.324
Benefícios a funcionários, a pagar	3.683	3.607
Receitas diferidas	2.787	3.289
Contas a pagar	1.876	1.517
Contas a pagar a outras entidades do Grupo do BID	1.053	586
Obrigações líquidas do PBPA	—	2.267
Outras obrigações	602	1.797
Total de contas a pagar e outras obrigações	\$ 16.530	\$ 16.387

Em 31 de dezembro de 2010, o passivo líquido do Plano de Pensões reflete a situação de déficit do Plano. Em 31 de dezembro de 2009, o passivo líquido do Plano de Pensões e do PBPA reflete a situação de déficit dos Planos. Vide nota explicativa nº 16.

7. CAPTAÇÕES E DÍVIDAS DE LONGO PRAZO

Captações e dívidas de longo prazo em aberto, por moeda:

EM MILHARES DE US\$	31 DE DEZEMBRO			
	2010		2009	
Captações e dívidas (por moeda)	VALOR EM ABERTO	CUSTO MÉDIO PONDERADO	VALOR EM ABERTO	CUSTO MÉDIO PONDERADO
Dólar dos EUA	\$ 560.000	1,29%	\$ 470.000	1,96%
Peso colombiano*	—	—	73.307	7,35%
Peso mexicano**	7.524	5,88%	36.737	6,35%
Real brasileiro	45.034	10,64%	43.094	10,64%
Nuevo sol peruano	16.434	6,40%	17.072	6,47%
Euro	3.170	1,76%	3.844	3,26%
Peso argentino	2.062	9,15%	3.175	9,15%
	\$ 634.224		\$ 647.229	
Ajustes ao valor justo	(106)		(1.673)	
Captações de curto prazo	(108.217)		(110.043)	
Captações de longo prazo	\$ 525.901		\$ 535.513	

* Vencimento em 14 de dezembro de 2010 de títulos em moeda local no montante de 150 bilhões de pesos colombianos, com um custo médio ponderado de 4,01% de 1º de janeiro de 2010 até aquela data.

**Vencimento em 25 de novembro de 2010 de títulos em moeda local no montante de 480 milhões de pesos mexicanos, com um custo médio ponderado de 4,48% de 1º de janeiro de 2010 até aquela data.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Há uma linha de crédito disponível para a Corporação no BID, no valor de US\$ 300.000. Em agosto de 2008, a Corporação captou US\$ 100.000 dessa linha de crédito. As captações no âmbito da linha de crédito do BID vencem no prazo de quinze anos após o respectivo desembolso e podem ser renovadas. A Corporação tem o direito de utilizar tal linha de crédito até novembro de 2015. Em acréscimo, a Corporação detém em 31 de dezembro de 2010 uma linha de crédito stand-by de US\$ 100.000 em uma instituição com nível de classificação AAA, com direito a utilizá-la até julho de 2011. Outras linhas de crédito disponíveis totalizam US\$ 373.883 em 31 de dezembro de 2010.

Os saldos em aberto das captações da Corporação em 31 de dezembro de 2010 correspondem a linhas de crédito a prazo e crédito rotativo.

Cronograma de vencimentos das captações em aberto:

EM MILHARES DE US\$	2011	2012	2013	2014	ATÉ 2023
Captações	\$ 108.217	\$ 142.658	\$ 112.725	\$ 60.433	\$ 210.085
	\$ 108.217	\$ 142.658	\$ 112.725	\$ 60.433	\$ 210.085

8. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado da Corporação aumentou para US\$ 705,9 milhões, mediante resoluções de aumento de capital de US\$ 500 milhões e de US\$ 2,2 milhões aprovadas em 1999 e em 2008, respectivamente. Com essas duas resoluções, foi alocado um total de US\$ 502,2 milhões para subscrição pelos países-membros durante os prazos de subscrição. A Corporação emite apenas ações não fracionárias, no valor nominal de dez mil dólares dos Estados Unidos.

Algumas parcelas de subscrição de capital devidas pelo aumento de capital de US\$ 500 milhões em 1999 não foram pagas conforme o cronograma de vencimento original. A Corporação estabeleceu novos prazos, aprovados por unanimidade pela Assembleia de Governadores em 2008, e continua a atuar com seus países-membros a esse respeito. As subscrições com integralização pendente para o aumento de capital de 1999 totalizam US\$ 41,4 milhões. É prevista a integralização de todas as ações conforme os aumentos de capital aprovados.

Nos termos do *Convênio Constitutivo da Corporação Interamericana de Investimentos*, qualquer membro poderá retirar-se da Corporação mediante notificação por escrito, entregue na sede principal da mesma, em que manifeste sua intenção. Dar-se-á por produzida a retirada na data indicada na notificação, mas em caso nenhum será a mesma efetivada antes de decorridos seis meses da data em que tal notificação foi entregue à Corporação. Mesmo depois de sua retirada, continuará o membro responsável por todas as obrigações que tenha para com a Corporação na data de entrega da notificação de retirada.

No caso de saída da Corporação, a Corporação e o membro poderão acordar quanto à retirada deste último e a re aquisição das ações do mesmo em termos apropriados às circunstâncias. Não sendo possível chegar a um acordo dentro de três meses da data em que dito membro houver manifestado sua intenção de retirar-se, ou dentro do prazo acordado entre ambas as partes, o preço de re aquisição das ações desse membro será igual ao valor contábil das mesmas na data em que o membro deixar de pertencer à Corporação, valor contábil este a ser apurado pelas demonstrações financeiras auditadas da Corporação. O pagamento das ações será efetuado mediante a entrega dos correspondentes certificados de ações e nas quotas, datas e moedas disponíveis que a Corporação determinar, levando em conta sua posição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro a seguir mostra o capital subscrito e as subscrições de capital a integralizar pelos membros:

	31 DE DEZEMBRO		
	TOTAL CAPITAL SUBSCRITO		SUBSCRIÇÕES A INTEGRALIZAR PELOS MEMBROS
	AÇÕES	MONTANTE	
	EM MILHARES DE US\$		
Alemanha	1.334	\$ 13.340	\$ —
Argentina	7.767	77.670	—
Áustria	345	3.450	—
Bahamas	144	1.440	—
Barbados	101	1.010	—
Bélgica	169	1.690	—
Belize	101	1.010	—
Brasil	7.767	77.670	—
Chile	2.003	20.030	—
Colômbia	2.003	20.030	—
Costa Rica	314	3.140	1.100
Dinamarca	1.071	10.710	—
El Salvador	314	3.140	—
Equador	420	4.200	—
Espanha	2.393	23.930	—
Estado Plurinacional da Bolívia	624	6.240	—
Estados Unidos	17.600	176.000	41.429
Finlândia	393	3.930	—
França	2.162	21.620	—
Guatemala	420	4.200	—
Guiana	120	1.200	—
Haiti	314	3.140	—
Honduras	314	3.140	—
Israel	173	1.730	—
Itália	2.162	21.620	—
Jamaica	420	4.200	—
Japão	2.393	23.930	—
México	5.000	50.000	—
Nicarágua	314	3.140	—
Noruega	393	3.930	—
Países Baixos	1.071	10.710	—
Panamá	314	3.140	—
Paraguai	314	3.140	—
Peru	2.003	20.030	—
Portugal	182	1.820	—
República Bolivariana da Venezuela	4.311	43.110	—
República da Coreia	110	1.100	—
República Dominicana	420	4.200	—
República Popular da China	110	1.100	—
Suécia	393	3.930	—
Suíça	1.071	10.710	—
Suriname	101	1.010	—
Trinidad e Tobago	314	3.140	—
Uruguai	828	8.280	—
Total 2010	70.590	\$ 705.900	\$ 42.529
Total 2009	70.590	\$ 705.900	\$ 47.199

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

9. MENSURAÇÕES E VARIAÇÕES DE VALOR JUSTO

Os ativos e passivos da Corporação contabilizados pelo valor justo foram classificados com base em hierarquia de valor justo que obedece à Codificação. A nota explicativa nº 2 apresenta as políticas da Corporação sobre essa hierarquia.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo contido apresenta os dados sobre os ativos e passivos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2010:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO DE 2010	PREÇOS DE ATIVOS IDÊNTICOS, COTADOS EM MERCADOS ATIVOS (NÍVEL 1)	OUTROS DADOS OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 2)	DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
ATIVO				
Títulos privados e outras dívidas	\$ 420.329	\$ 420.329	\$ —	\$ —
Sociedades de responsabilidade limitada — LLPs*	19.865	—	—	19.865
Títulos soberanos (governos e agências), exceto dos Estados Unidos	80	80	—	—
Contratos de derivativos	480	—	480	—
PASSIVO				
Captações	(49.894)	—	(49.894)	—

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro com hierarquia de valor justo abaixo contido apresenta os dados sobre os ativos e passivos da Corporação mensurados com regularidade ao valor justo, em 31 de dezembro de 2009:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	31 DE DEZEMBRO DE 2009	PREÇOS DE ATIVOS IDÊNTICOS, COTADOS EM MERCADOS ATIVOS (NÍVEL 1)	OUTROS DADOS OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 2)	DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
ATIVO				
Títulos privados e outras dívidas	\$ 347.074	\$ 347.074	\$ —	\$ —
Sociedades de responsabilidade limitada — LLPs*	19.430	—	—	19.430
Títulos soberanos (governos e agências), exceto dos Estados Unidos	9.986	9.986	—	—
PASSIVO				
Captações	(48.328)	—	(48.328)	—
Contratos de derivativos	(135)	—	(135)	—

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	OUTROS GANHOS E (PERDAS)	DESPESAS DE JUROS SOBRE CAPTAÇÕES	TOTAL DAS VARIAÇÕES EM VALORES JUSTOS INCLUÍDOS EM LUCROS DO EXERCÍCIO
ATIVO			
Sociedades de responsabilidade limitada — LLPs*	\$ (348)	\$ —	\$ (348)
Títulos privados e outras dívidas	1.892	—	1.892
Obrigações de governos soberanos, exceto dos Estados Unidos	205	—	205
Contratos de derivativos	(122)	—	(122)
PASSIVO			
Captações	1.110	(499)	611

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

O quadro abaixo apresenta os ganhos e perdas com as variações no valor justo para itens mensurados ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	OUTROS GANHOS E (PERDAS)	DESPESAS DE JUROS SOBRE CAPTAÇÕES	TOTAL DAS VARIAÇÕES EM VALORES JUSTOS INCLUÍDOS EM LUCROS DO EXERCÍCIO
ATIVO			
Sociedades de responsabilidade limitada — LLPs*	\$ 2.152	\$ —	\$ 2.152
Títulos privados e outras dívidas	2.894	—	2.894
Obrigações de governos soberanos, exceto dos Estados Unidos	50	—	50
PASSIVO			
Captações	2.559	(1.373)	1.186
Contratos de derivativos	(858)	—	(858)

*Representa investimentos que, de outra forma, seriam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Variações nos ativos de Nível 3 mensurados com regularidade ao valor justo para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009:

<i>EM MILHARES DE US\$</i>	MENSURAÇÕES DE VALOR JUSTO PARA LLPs USANDO DADOS NÃO OBSERVÁVEIS SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
Em 1º de janeiro de 2009	\$ 14.408
Variação no ativo líquido, por ganhos líquidos	2.152
Distribuições recebidas	(421)
Outros investimentos	3.291
Em 31 de dezembro de 2009	\$ 19.430
Em 1º de janeiro de 2010	\$ 19.430
Variação no ativo líquido, por perdas líquidas	(348)
Distribuições recebidas	(1.301)
Outros investimentos	2.084
Em 31 de dezembro de 2010	\$ 19.865

Alguns dos instrumentos financeiros da Corporação não são mensurados ao valor justo com regularidade, mas ainda assim são contabilizados em montantes próximos ao seu valor justo, em razão de sua natureza de liquidez ou curto prazo. Tais ativos e passivos financeiros incluem: Disponibilidades, Contas a receber — clientes, Contas a receber — outros, e Contas a pagar — outros.

Os empréstimos concedidos pela Corporação são geralmente contabilizados pelo valor do principal em aberto. Para divulgação, a Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável à avaliação ao valor justo de sua carteira de empréstimos concedidos. Em 31 de dezembro de 2010, o valor contábil dos empréstimos concedidos, mais os juros acumulados, foi de US\$ 260.039 (US\$ 244.773 em 31 de dezembro de 2009), e seu valor justo estimado foi de US\$ 262.508 (US\$ 244.670 em 31 de dezembro de 2009), no caso de empréstimos com apuração viável do valor justo. A administração considerou que seria impraticável apurar o valor justo do restante da carteira de empréstimos concedidos, com financiamentos especificamente concebidos para pequenas e médias empresas atuando nos países-membros regionais da Corporação. Em 31 de dezembro de 2010, o valor contábil do restante dessa carteira, sem incluir os juros acumulados, foi de US\$ 581.255 (US\$ 621.691 em 31 de dezembro de 2009). Valores a maior ou a menor que resultem da diferença entre os valores contábeis da carteira de empréstimos e seu valor justo apresentado não refletem necessariamente os valores realizáveis (já que a Corporação, em geral, detém os investimentos até as datas contratuais de vencimento, objetivando realizar seus respectivos valores de registro e, assim, maximizar os aspectos de desenvolvimento do investimento).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

As captações e dívida de longo prazo da Corporação são contabilizadas pelos valores históricos, salvo escolha da contabilização ao valor justo, nos termos da opção de valor justo permitida pela Codificação. O valor justo das captações e dívida de longo prazo da Corporação foi estimado com base nos preços cotados no mercado ou com base nas análises de fluxo de caixa descontado, conforme as taxas atuais de captação para a Corporação, para tipos similares de captações e dívida de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2010, o valor contábil das captações e dívida de longo prazo, mais os juros acumulados, da Corporação era de aproximadamente US\$ 5.720 acima de seu valor justo (US\$ 7.216 em 31 de dezembro de 2009). Em 31 de dezembro de 2010, o valor justo estimado das linhas de crédito com taxa de juros fixa foi de US\$ 126.453 (US\$ 94.991 em 31 de dezembro de 2009). Os títulos emitidos na Colômbia venceram em 14 de dezembro de 2010, com um valor justo estimado de US\$ 73.215 em 31 de dezembro de 2009. Os valores contábeis para as demais captações e dívida de longo prazo se aproximam de seus respectivos valores justos.

O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao custo menos desvalorização por redução ao valor recuperável foi de US\$ 15.081 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 12.738 em 31 de dezembro de 2009). Para alguns desses investimentos — LLPs com valor contábil total de US\$ 6.532 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 7.512 em 31 de dezembro de 2009) — o valor justo estimado foi de US\$ 6.852 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 13.962 em 31 de dezembro de 2009). O valor contábil dos investimentos em participações societárias contabilizados ao valor justo foi de US\$ 19.865 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 19.430 em 31 de dezembro de 2009). O total líquido de ganhos e perdas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, incluído em “Variações no valor contábil de investimentos em participações societárias” por variação em perdas líquidas não realizadas, com respeito aos ativos ainda detidos naquela data, foi de US\$ 793 (US\$ 2.121 em ganhos líquidos não realizados em 31 de dezembro de 2009). O valor justo dos investimentos em LLPs foi apurado com base no respectivo valor patrimonial líquido estimado. Para esse tipo de investimento, o valor patrimonial líquido corresponde à melhor estimativa do valor justo. Em geral, as sociedades de responsabilidade limitada do tipo LLP têm prazo definido de duração, e a Corporação não vende nem resgata seus investimentos em tais sociedades. As receitas auferidas são distribuídas para a Corporação conforme cada LLP vende o investimento que constitui seu objeto. São feitos ajustes no valor patrimonial quando se torna aparente uma diferença significativa entre ele e o valor justo.

10. DERIVATIVOS

A localização no balanço patrimonial e o valor justo dos derivativos não designados como instrumentos de hedge nos termos da Codificação são:

	31 DE DEZEMBRO			
	2010		2009	
EM MILHARES DE US\$	RUBRICA NO BALANÇO	VALOR JUSTO	RUBRICA NO BALANÇO	VALOR JUSTO
Contratos de taxas de juros	Outros ativos	\$ 480	Outros passivos	\$ 135

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Efeito dos derivativos sobre a demonstração do resultado:

	31 DE DEZEMBRO			
	2010		2009	
	RUBRICA DE GANHOS OU PERDAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	MONTANTE DE PERDAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	RUBRICA DE GANHOS OU PERDAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	MONTANTE DE PERDAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
<i>EM MILHARES DE US\$</i>				
Contratos de taxas de juros	Despesas com captações e dívidas de longo prazo	\$ (306)	Despesas com captações e dívidas de longo prazo	\$ (243)

Vide nota explicativa nº 2 para informações adicionais sobre o objetivo da Corporação ao selecionar derivativos não designados como instrumentos de hedge, bem como suas estratégias gerais de gestão de riscos.

11. GARANTIAS

Até 31 de dezembro de 2010, não foi recebido nenhum aviso de descumprimento, desde a constituição das garantias vigentes (nenhum aviso até 31 de dezembro de 2009). O montante máximo de pagamentos futuros em potencial, que representa o valor referencial das possíveis perdas no âmbito das garantias se houvesse um descumprimento total das partes garantidas, sem levar em conta possíveis recuperações em função de cláusulas de direito de regresso ou de garantias reais detidas ou empenhadas, atingiu US\$ 5.701 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 5.735 em 31 de dezembro de 2009). Em 31 de dezembro de 2010, todas as garantias vigentes foram prestadas em outras moedas que não sejam dólares dos Estados Unidos. Esses montantes não têm nenhuma relação com as perdas previstas com essas garantias e superam, em muito, as perdas previstas. Vide nota explicativa nº 4 com as variações na provisão para perdas com garantias.

12. CONTINGÊNCIAS

Na condução normal de seus negócios, a Corporação é ré, co-ré, ou parte em várias questões judiciais com características típicas e inerentes às atividades de que participa. No parecer da administração da Corporação, o desfecho previsto nesses processos judiciais não apresenta probabilidade de afetar de forma adversa e relevante a posição financeira da Corporação.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Corporação monitora os acontecimentos relevantes ocorridos após a data do balanço patrimonial e antes da emissão das demonstrações financeiras, para apurar os eventuais impactos desses acontecimentos sobre as demonstrações financeiras a serem ainda emitidas. Todos os eventos subsequentes de que a Corporação tem ciência foram avaliados até a data de aprovação pela Assembleia de Governadores, em 28 de março de 2011. A administração definiu que inexistem eventos subsequentes que exijam divulgação segundo o Tópico 855, *Eventos subsequentes*, da Codificação do FASB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

14. PROCEDIMENTOS RELATIVOS À DISPONIBILIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A Corporação mobiliza recursos de bancos comerciais e de outras instituições financeiras, com respeito à disponibilização de determinados empréstimos. Esses procedimentos são administrados e monitorados pela Corporação, em lugar e vez dos participantes. A estrutura dos procedimentos obriga os credores participantes a prover recursos para sua respectiva parcela de cada empréstimo, sem direito de regresso contra a Corporação.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Corporação realizou chamadas e desembolsou recursos de credores participantes no total de US\$ 202.601 (US\$ 63.000 em 31 de dezembro de 2009). Os recursos comprometidos por credores participantes e não desembolsados totalizaram US\$ 123.400 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 85.000 em 31 de dezembro de 2009).

15. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O BID presta à Corporação alguns serviços administrativos e gerais em áreas em que pode prestá-los eficientemente a ambas as instituições. A Corporação e o BID têm um contrato de arrendamento de escritórios a vencer em 2020.

A Corporação pagou os seguintes valores ao BID pela utilização do espaço de escritórios e por determinados serviços de apoio administrativo:

EM MILHARES DE US\$	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009
Escritório (sede e outros)	\$ 1.830	\$ 1.776
Serviços de apoio	694	700
Outros serviços do BID	212	150
	\$ 2.736	\$ 2.626

Os pagamentos previstos nos termos do contrato atual de arrendamento com o BID são:

EM MILHARES DE US\$	2011	2012	2013–2020
Escritório (sede)	\$ 2.250	\$ 2.317	\$ 18.195
	\$ 2.250	\$ 2.317	\$ 18.195

As contas a pagar ao BID totalizaram US\$ 1.053 em 31 de dezembro de 2010 (US\$ 586 em 31 de dezembro de 2009).

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente, a Corporação havia captado US\$ 100.000 da linha de crédito do BID. Vide nota explicativa nº 7.

A Corporação presta serviços de consultoria a entidades do Grupo do BID. A Corporação recebeu o pagamento integral dos honorários devidos até 31 de dezembro de 2010, nos termos desses contratos, no total de US\$ 100 (US\$ 100 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

16. PLANOS DE PENSÕES E DE BENEFÍCIOS PÓS-APOSENTADORIA

O BID patrocina um plano com benefícios definidos (Plano de Pensões) que cobre praticamente todos os funcionários locais e internacionais da Corporação e do BID. Nos termos do Plano de Pensões, os benefícios são baseados em anos de serviço e média de remuneração. Os funcionários contribuem com uma porcentagem fixa da remuneração, e a Corporação e o BID arcam com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos benefícios futuros do Plano de Pensões. Toda contribuição ao Plano de Pensões é irrevogável e mantida separadamente em fundos de pensão destinados unicamente ao pagamento dos benefícios conforme o Plano.

A Corporação também oferece benefícios de assistência médica e outros benefícios a aposentados. Todos os funcionários atuais que contribuem para o Plano de Pensões enquanto estiverem no serviço ativo e que atendem a determinados requisitos têm direito aos benefícios do Plano de Benefícios Pós-Aposentadoria (PBPA). Os aposentados contribuem para o programa de assistência médica com base em uma tabela de prêmios. A Corporação contribui com o restante do custo, apurado atuarialmente, dos futuros benefícios de assistência médica e outros. Embora todas as contribuições e todos os outros ativos e receitas do PBPA sejam de propriedade da Corporação, são detidos e administrados separadamente dos demais bens e ativos da Corporação, com a finalidade exclusiva de pagamento dos benefícios nos termos do PBPA.

Considerando que tanto o BID como a Corporação participam do Plano de Pensões e do PBPA, cada empregador apresenta somente a parcela que lhe corresponde em cada um dos planos. Os montantes abaixo indicados refletem a parcela proporcional da Corporação nos custos, nos ativos e nas obrigações do Plano de Pensões e do PBPA conforme o Tópico 715, *Remuneração — Benefícios de aposentadoria*, da Codificação do FASB.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Obrigações e situação de capitalização

A Corporação utiliza a data de 31 de dezembro como data de mensuração aplicável ao Plano de Pensões e ao PBPA. O quadro abaixo mostra um resumo das variações nas obrigações dos benefícios e nos ativos dos planos, bem como a situação de capitalização do Plano de Pensões e do PBPA, com os montantes reconhecidos no balanço patrimonial:

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2010	2009	2010	2009
Conciliação das obrigações por benefícios				
Obrigações em 1º de janeiro	\$ 50.963	\$ 47.075	\$ 30.149	\$ 26.622
Custo de serviços	2.062	2.442	1.330	1.443
Custo de juros	3.156	2.871	1.898	1.465
Contribuições dos participantes	787	780	—	—
Alterações do plano	—	—	—	4.600
(Ganho)/perda atuarial	4.804	(1.686)	2.467	(3.853)
Benefícios pagos	(529)	(519)	(139)	(142)
Subsídio para aposentados conforme Parte D	—	—	35	14
Obrigações em 31 de dezembro	61.243	50.963	35.740	30.149
Conciliação do valor justo dos ativos dos planos				
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	47.639	38.512	27.883	19.593
Retorno real sobre os ativos	4.812	7.540	3.171	4.382
Benefícios pagos	(529)	(519)	(139)	(142)
Contribuições dos participantes	787	780	—	—
Contribuições do empregador	2.005	1.326	5.315	4.050
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	54.714	47.639	36.230	27.883
Situação de capitalização				
Situação de capitalização/(subcapitalização) em 31 de dezembro	(6.529)	(3.324)	490	(2.266)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (6.529)	\$ (3.324)	\$ 490	\$ (2.266)
Montantes reconhecidos como (passivo)/ativo:				
(Passivo)/ativo de benefícios dos planos	(6.529)	(3.324)	490	(2.266)
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ (6.529)	\$ (3.324)	\$ 490	\$ (2.266)
Montantes reconhecidos em outros resultados abrangentes acumulados:				
Perda atuarial líquida	6.322	2.949	2.388	933
Custos de serviços anteriores	49	63	2.784	4.674
Ativo inicial líquido	—	—	705	879
Valor líquido reconhecido em 31 de dezembro	\$ 6.371	\$ 3.012	\$ 5.877	\$ 6.486

A obrigação acumulada por benefícios atribuível à Corporação para o Plano de Pensões foi de US\$ 47.618 e de US\$ 40.158 em 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Componentes do custo líquido dos benefícios periódicos

O custo líquido dos benefícios periódicos inclui os seguintes componentes:

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO		EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO	
	2010	2009	2010	2009
Custo de serviços	\$ 2.062	\$ 2.442	\$ 1.330	\$ 1.443
Custo de juros	3.156	2.871	1.898	1.465
Retorno esperado sobre os ativos dos planos	(3.381)	(3.607)	(2.158)	(1.718)
Amortização de:				
Obrigações e ativos de transição	—	—	174	174
Ganho atuarial líquido não reconhecido	—	—	—	52
Custo de serviços anteriores	14	14	1.890	50
Alterações do plano	—	—	—	200
Custo líquido de benefícios periódicos	\$ 1.851	\$ 1.720	\$ 3.134	\$ 1.666

O valor estimado de ganhos ou perdas atuariais líquidas, custo de serviços anteriores e obrigações iniciais líquidas para o Plano de Pensões e o PBPA, a ser amortizado de outros resultados abrangentes acumulados para o custo líquido de benefícios periódicos durante 2011, é de US\$ 14 para o Plano de Pensões e US\$ 2.038 para o PBPA.

Premissas atuariais

As premissas atuariais empregadas baseiam-se nas taxas de juros do mercado financeiro, nas experiências passadas e nas melhores estimativas da administração quanto a mudanças futuras nos benefícios e a conjuntura econômica. Qualquer alteração nessas premissas afetará os custos e as obrigações por benefícios futuros. Ocorrem ganhos e perdas atuariais quando os resultados efetivos diferem dos resultados esperados. Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que ultrapassam 10% do que for maior na comparação entre a obrigação por benefícios e o valor de mercado dos ativos dos planos no início do exercício são amortizados ao longo do período médio remanescente de serviço dos participantes ativos com expectativa de recebimento de benefícios do Plano de Pensões e do PBPA, correspondentes a cerca de 11,6 e 12 anos, respectivamente.

O custo de serviços anteriores não reconhecidos é amortizado ao longo de 10,5 anos para o Plano de Pensões e ao longo de 7,9 anos para o PBPA. Em 31 de dezembro de 2009, ocorreu um aditamento de plano no PBPA de US\$ 4.600. Os custos de serviços anteriores não reconhecidos para esse aditamento será amortizado ao longo de 2,2 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

A média ponderada das premissas usadas para calcular as obrigações por benefícios e o custo líquido dos benefícios periódicos foram os seguintes:

	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2010	2009	2010	2009
<i>Média ponderada das premissas de cálculo das obrigações por benefícios em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	5,75%	6,25%	6,00%	6,25%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	5,50%		
	PLANO DE PENSÕES		PBPA	
	2010	2009	2010	2009
<i>Média ponderada das premissas de cálculo do custo líquido dos benefícios periódicos para os exercícios encerrados em 31 de dezembro</i>				
Taxa de desconto	6,25%	5,75%	6,25%	5,75%
Retorno a longo prazo esperado sobre os ativos do plano	6,75%	6,75%	7,25%	7,25%
Taxa de aumento na remuneração	5,50%	5,50%		

A taxa anual de retorno esperada sobre os ativos dos planos reflete a taxa histórica de retorno das categorias de ativos utilizados pelos planos, e a aplicação conservadora dessas taxas de retorno na formulação das alocações de ativos conforme a política de investimentos. As taxas de desconto utilizadas para definir a obrigação por benefícios são escolhidas levando-se em conta as taxas de final de ano dos títulos privados com classificação AAA e AA.

Para os participantes com previsão de aposentadoria nos Estados Unidos, a obrigação acumulada dos benefícios pós-aposentadoria foi definida usando-se as seguintes taxas de tendência dos custos de assistência médica:

	PBPA	
	2010	2009
Previsão de declínio da taxa de tendência dos custos (taxa de tendência final)	4,50%	4,50%
Ano em que a taxa atinge a taxa de tendência final	2018	2017
<i>Taxa de tendência de custos de assistência médica presumida para o próximo exercício</i>		
Médicos	8,00%	8,50%
Medicamentos	8,00%	8,50%
Odontológicos	5,50%	6,00%
Fora dos Estados Unidos*	10,00%	10,00%

*Refere-se a todos os serviços prestados aos participantes com suposição de aposentadoria fora dos Estados Unidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

As taxas presumidas de tendência dos custos de assistência médica têm um impacto significativo sobre os montantes informados para o PBPA. Uma variação de um ponto percentual nessas taxas teria os seguintes efeitos:

EM MILHARES DE US\$	AUMENTO DE UM PUNTO PERCENTUAL		REDUÇÃO DE UM PUNTO PERCENTUAL	
	EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO			
	2010	2009	2010	2009
Efeito sobre o total dos componentes de custos de serviços e de juros	\$ 728	\$ 720	\$ (526)	\$ (702)
Efeito sobre a obrigação por benefícios pós-aposentadoria	7.488	5.664	(5.550)	(4.290)

Ativos dos planos

Os gestores de investimento para os ativos do Plano de Pensões e do PBPA são basicamente funcionários do BID, que recebem orientações sobre investimentos com base nas próprias políticas de investimento do Plano de Pensões e do PBPA. As políticas de investimento foram concebidas de forma que os planos, em consonância com as taxas históricas de rendimento, tenham uma elevada parcela de seus recursos aplicados em ações, com expectativa de rendimento suficiente para atender às necessidades de capitalização no longo prazo.

A exposição média dos investimentos é de 60% a 70% aplicados em uma carteira de ações bem diversificada, com aplicação em ações de países desenvolvidos (49% a 58%) e de mercados emergentes (2% a 6%), 3% em títulos de dívida de mercados emergentes (1% a 4%), 3% em índices futuros de commodities (1% a 4%), 4% em investimentos relacionados a imóveis (2% a 8%), e 0% em títulos de dívida de alto rendimento (até 3%). Os ativos também apresentam uma exposição média de 30% a 40% a títulos e valores mobiliários de renda fixa (20%) e indexados à inflação (15%), para proteção parcial da taxa de juros e da exposição a inflação dos passivos dos Planos, e como proteção contra desinflação. As metas de alocação da política de investimentos em 31 de dezembro de 2010 são as seguintes:

	PLANO DE PENSÕES	PBPA
Ações dos Estados Unidos	25%	40%
Ações não dos Estados Unidos	24%	30%
Títulos e valores mobiliários de mercados emergentes	4%	0%
Dívida de mercados emergentes	3%	0%
Índices futuros de commodities	3%	0%
Renda fixa de alto rendimento	2%	0%
Imobiliário, público	2%	0%
Imobiliário, privado/infra-estrutura	2%	0%
Títulos do Tesouro dos EUA indexados à inflação	15%	10%
Títulos de longo prazo	15%	0%
Renda fixa básica	5%	20%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os riscos são administrados por monitoramento contínuo de cada categoria de ativos e de cada gestor de investimentos. Os investimentos são redistribuídos com base nas metas de alocação da política de investimentos, conforme permitido pelos fluxos de caixa. Se os fluxos de caixa forem insuficientes para manter os percentuais visados, são feitas transferências entre as contas dos gestores, pelo menos uma vez ao ano. Como regra geral, os gestores de investimento não podem aplicar mais de 5% de suas respectivas carteiras em títulos de um único emissor, exceto quando este for o Governo dos Estados Unidos. A utilização de derivativos por um gestor de investimentos exige a aprovação específica para cada instrumento.

Os quadros abaixo apresentam a classificação dos investimentos do Plano de Pensões e do PBPA em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, mensurados ao valor justo e apresentados em conjunto com sua alocação em média ponderada, por nível, dentro da hierarquia de valor justo. Esses investimentos são classificados integralmente com base no nível mais baixo de inclusão de dados que seja significativo para a mensuração ao valor justo, com exceção de fundos de investimento cuja classificação na hierarquia de valor justo dependa da possibilidade de resgate de suas ações correspondentes pelo respectivo valor patrimonial líquido, no curto prazo.

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES			31 DE DEZEMBRO DE 2010	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Fundos de ações e participações:					
Ações dos EUA	\$ 3.168	\$ 12.537	\$ —	\$ 15.705	29%
Ações de outros países	5.909	7.462	—	13.371	24%
Ações de mercados emergentes	—	2.119	—	2.119	4%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Fundos de renda fixa de longo prazo	8.338	—	—	8.338	15%
Fundos de renda fixa básica	2.391	—	—	2.391	4%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	8.241	—	—	8.241	15%
Dívida de mercados emergentes	—	1.497	—	1.497	3%
Fundos de investimento de curto prazo	1.652	253	—	1.905	3%
Fundos privados de investimento imobiliário	—	—	1.147	1.147	3%
	\$ 29.699	\$ 23.868	\$ 1.147	\$ 54.714	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

EM MILHARES DE US\$	PLANO DE PENSÕES			31 DE DEZEMBRO DE 2009	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Fundos de ações e participações:					
Ações dos EUA	\$ 5.064	\$ 11.970	\$ —	\$ 17.034	36%
Ações de outros países	4.806	6.832	—	11.638	24%
Ações de mercados emergentes	—	1.215	—	1.215	3%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:					
Fundos de renda fixa	9.429	—	—	9.429	20%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	5.174	—	—	5.174	11%
Dívida de mercados emergentes	—	1.252	—	1.252	3%
Fundos de investimento de curto prazo	240	590	—	830	2%
Fundos de investimento imobiliário	—	—	1.067	1.067	1%
	\$ 24.713	\$ 21.859	\$ 1.067	\$ 47.639	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

EM MILHARES DE US\$	PBPA			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	31 DE DEZEMBRO DE 2010	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
Fundos de ações e participações:				
Ações dos EUA	\$ —	\$ 14.081	\$ 14.081	39%
Ações de outros países	—	9.872	9.872	27%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Fundos de renda fixa básica	7.151	—	7.151	20%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	4.145	—	4.145	11%
Fundos de investimento de curto prazo*	(158)	1.139	981	3%
	\$ 11.138	\$ 25.092	\$ 36.230	100%

*Inclui contratos futuros.

EM MILHARES DE US\$	PBPA			
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	31 DE DEZEMBRO DE 2009	MÉDIA PONDERADA DAS ALOCAÇÕES
Fundos de ações e participações:				
Ações dos EUA	\$ —	\$ 10.200	\$ 10.200	37%
Ações de outros países	—	7.107	7.107	25%
Fundos de títulos diversificados e títulos públicos:				
Fundos de renda fixa	5.517	—	5.517	20%
Títulos indexados à inflação dos Estados Unidos	3.445	—	3.445	12%
Fundos de investimento de curto prazo	53	1.561	1.614	6%
	\$ 9.015	\$ 18.868	\$ 27.883	100%

O investimento em títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo com base nos preços de mercado cotados em mercados ativos — uma técnica de avaliação em consonância com a abordagem de mercado — inclui ações dos Estados Unidos e de outros países, fundos de renda fixa, títulos do Tesouro dos Estados Unidos indexados à inflação e índices futuros de commodities. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no Nível 1 da hierarquia de valor justo.

Nas combinações de fundos de títulos de dívida e de participação societária dos mercados emergentes com os fundos de investimento de curto prazo, sem negociação pública, eles são mensurados ao valor justo com base no valor patrimonial dos fundos de investimento e são classificados como Nível 2, já que podem ser resgatados com o destinatário do investimento no curto prazo, pelo respectivo valor patrimonial por ação da data da mensuração. Essa técnica de avaliação está em consonância com a abordagem de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Os fundos de investimento imobiliário são mensurados ao valor justo com base em seu valor patrimonial líquido e são classificados como Nível 3, já que é incerto o prazo necessário para resgatar esses investimentos. As premissas para avaliação nesses fundos de investimento incluem o valor de mercado de propriedades similares, os fluxos de caixa descontados, o custo de reposição e a dívida pendente na propriedade (capitalização direta). Esses métodos são técnicas de avaliação em consonância com as abordagens de mercado e de custos.

Variações em ativos do Nível 3 mensurados com regularidade ao valor justo para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010:

	MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO PARA OS INVESTIMENTOS DO PLANO DE PENSÕES UTILIZANDO DADOS NÃO OBSERVÁVEIS E SIGNIFICATIVOS (NÍVEL 3)
<i>EM MILHARES DE US\$</i>	
Em 1º de janeiro de 2009	\$ 1.556
Total de prejuízos, líquido	(401)
Distribuições do resultado e vendas	(88)
Em 31 de dezembro de 2009	\$ 1.067
Em 1º de janeiro de 2010	\$ 1.067
Total de ganhos, líquido	240
Distribuições do resultado e vendas	(160)
Em 31 de dezembro de 2010	\$ 1.147

O total líquido de ganhos e perdas no encerramento do exercício, incluído em variações no valor contábil de investimentos em Plano de Pensões por variação em ganhos líquidos não realizados, com respeito aos ativos detidos em 31 de dezembro de 2010, foi de US\$ 156 (US\$ 552 em perdas líquidas em 31 de dezembro de 2009).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

Fluxos de caixa

As contribuições da Corporação para o Plano de Pensões e para o PBPA previstas para 2011 são de aproximadamente US\$ 2.000 e US\$ 4.251, respectivamente. Todas as contribuições são feitas em dinheiro.

Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros

O quadro abaixo resume os pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros, conforme cabível, com previsão de pagamento em cada ano do próximo quinquênio e cumulativo nos cinco anos subsequentes. Esses montantes baseiam-se nas mesmas premissas usadas para mensurar a obrigação por benefícios em 31 de dezembro de 2010.

EM MILHARES DE US\$

	PLANO DE PENSÕES	PBPA
<i>Estimativa dos pagamentos de benefícios futuros</i>		
1º de janeiro de 2011–31 de dezembro de 2011	\$ 1.300	\$ 500
1º de janeiro de 2012–31 de dezembro de 2012	1.400	600
1º de janeiro de 2013–31 de dezembro de 2013	1.800	600
1º de janeiro de 2014–31 de dezembro de 2014	1.900	700
1º de janeiro de 2015–31 de dezembro de 2015	2.000	700
1º de janeiro de 2016–31 de dezembro de 2020	14.600	5.900

Notas explicativas às demonstrações financeiras

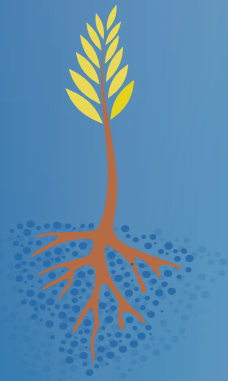
(em milhares de dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário)

17. ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

A Corporação administra para doadores, inclusive países-membros e outras entidades, recursos destinados a finalidades específicas, entre as quais cofinanciamento de determinados projetos, estudos técnicos para mutuários, estudos relacionados a projetos e programas de pesquisa e treinamento. Esses recursos são detidos em termos fiduciários pela Corporação e não são combinados com os recursos da Corporação nem incluídos em seus ativos. A Corporação recebe uma taxa de administração que, em geral, é uma porcentagem dos recursos recebidos. Essa taxa é indicada como taxa por serviços de consultoria na demonstração do resultado.



Anexos



Governadores e Governadores Suplentes

(em dezembro de 2010)

PAÍS	GOVERNADOR	GOVERNADOR SUPLENTE
Alemanha	Gudrun Kopp	Rolf Wenzel
Argentina	Amado Boudou	Mercedes Marcó del Pont
Áustria	Josef Pröll	Edith Frauwallner
Bahamas	Zhivargo S. Laing	Ehurd Cunningham
Barbados	Christopher Peter Sinckler	Grantley W. Smith
Bélgica	Didier Reynders	Franciscus Godts
Belize	Dean Barrow	Joseph Waight
Bolívia, Estado Plurinacional da	Elba Viviana Caro Hinojosa	Luis Alberto Arce Catacora
Brasil	Paulo Bernardo Silva	Carlos Augusto Vidotto
Chile	Felipe Larraín	
China, República Popular da	Xiaochuan Zhou	Yi Gang
Colômbia	Juan Carlos Echeverry Garzón	Hernando José Gómez Restrepo
Coreia, República da	Jeung-Hyun Yoon	Seongtae Lee
Costa Rica	Fernando Herrero Acosta	Rodrigo Bolaños Zamora
Dinamarca	Susan Ulbæk	Lars Bredal
El Salvador	Alexander E. Segovia Cáceres	Carlos Enrique Cáceres Chávez
Equador	Patricio Rivera Yáñez	Katuska King Mantilla
Espanha	Elena Salgado	José Manuel Campa Fernández
Estados Unidos	Timothy F. Geithner	Robert D. Hormats
Finlândia	Ritva Koukku-Ronde	Jorma Julin
França	Christine Lagarde	Ramón Fernández
Guatemala	Alfredo Del Cid Pinillos	Edgar Baltazar Barquín Durán
Guiana	Bharrat Jagdeo	Ashni Singh
Haiti	Ronald Baudin	Jean-Max Bellerive
Honduras	William Chong Wong	María Elena Mondragón Ordóñez
Israel	Stanley Fisher	Oded Brook
Itália	Giulio Tremonti	Mario Draghi
Jamaica	Audley Shaw, MP	Wesley Hughes, CD
Japão	Yoshihiko Noda	Masaaki Shirakawa
México	Ernesto Cordero-Arroyo	José Antonio Meade Kuribreña
Nicarágua	Alberto José Guevara Obregón	Antenor Rosales Bolaños
Noruega	Ingrid Fiskaa	Henrik Harboe
Países Baixos	Ben Knapen	Yoka Brandt
Panamá	Alberto Vallarino Clément	Frank De Lima Gercich
Paraguai	Dionisio Borda	Manuel Vidal Caballero Giménez
Peru	Ismael Alberto Benavides	Luis Miguel Castilla Rubio
Portugal	Fernando Teixeira dos Santos	Carlos Costa Pina
República Dominicana	Vicente Bengoa Albizu	Juan T. Montás
Suécia	Jan Knutsson	Anders Bengtén
Suíça	Beatrice Maser Mallor	Roger Denzer
Suriname	Gillmore Hoefdraad	Woonnie Boedhoe
Trinidad e Tobago	Winston Dookeran	Mary King
Uruguai	Fernando Lorenzo	Pedro Buonomo
Venezuela, República Bolivariana da	Jorge A. Giordani C.	Ali Rodríguez Araque

Diretores Executivos e Diretores Executivos Suplentes

(em dezembro de 2010)

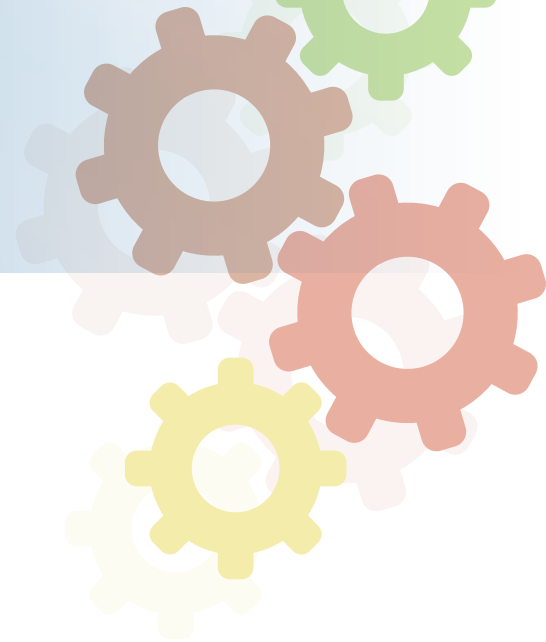
	DIRETORES EXECUTIVOS	DIRETORES EXECUTIVOS SUPLENTES
Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália, Países Baixos e República Popular da China	Mattia Adani	Ulrike Metzger
Argentina e Haiti	Eugenio Díaz-Bonilla	Martín Bès
Bahamas, Barbados, Guiana, Jamaica e Trinidad e Tobago	Richard L. Bernal	
Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua	Manuel Coronel Novoa	Carmen María Madríz
Brasil e Suriname	José Carlos Miranda	Sérgio Portugal
Chile e Peru	Juan Valdivia Romero	Alejandro Foxley Tapia
Colômbia e Equador	Roberto Prieto Uribe	Xavier Eduardo Santillán
Dinamarca, Finlândia, França, Noruega, Suécia e Suíça	Maria-Anna Fernández	Leena Viljanen
Espanha, Israel, Japão, Portugal e República da Coreia	Luis Martí	Yasusuke Tsukagoshi
Estado Plurinacional da Bolívia, Paraguai e Uruguai	Marcelo Bisogno	Hernando Larrazábal
Estados Unidos da América	Gustavo Arnavat	
México e República Dominicana	Cecilia Ramos Ávila	Muriel Alfonseca
Panamá e República Bolivariana da Venezuela	Adina Bastidas	Antonio De Roux

Órgãos de ligação

(em dezembro de 2010)

PAÍS	INSTITUIÇÃO
Alemanha	Federal Ministry for Economic Cooperation and Development
Argentina	Ministerio de Economía
Áustria	Federal Ministry of Finance
Bahamas	Ministry of Finance
Barbados	Ministry of Economic Development
Bélgica	Ministère des Finances
Belize	Ministry of Budget, Planning and Management, Economic Development, Investment and Trade
Bolívia, Estado Plurinacional da	Ministerio de Planificación del Desarrollo
Brasil	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Chile	Ministerio de Hacienda
China, República Popular da	People's Bank of China
Colômbia	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Coreia, República da	Ministry of Finance and Economy
Costa Rica	Ministerio de Hacienda
Dinamarca	Danish International Development Agency (DANIDA)
El Salvador	Secretaría Técnica de la Presidencia
Equador	Ministerio de Economía y Finanzas
Espanha	Subdirección General de Instituciones Financieras Multilaterales
Estados Unidos	Treasury Department
Finlândia	Ministry for Foreign Affairs
França	Ministère de l'Économie, des Finances et de l'Industrie
Guatemala	Ministerio de Finanzas Públicas
Guiana	Ministry of Finance
Haiti	Ministère de l'Économie et des Finances
Honduras	Banco Central de Honduras
Israel	Bank of Israel
Itália	Ministry of the Economy and Finance
Jamaica	Ministry of Finance and Planning
Japão	Ministry of Finance
México	Secretaría de Hacienda y Crédito Público
Nicarágua	Ministerio de Hacienda y Crédito Público
Noruega	Royal Norwegian Ministry of Foreign Affairs
Países Baixos	Ministry of Finance
Panamá	Ministerio de Economía y Finanzas
Paraguai	Ministerio de Hacienda
Peru	Ministerio de Economía y Finanzas
Portugal	Direcção Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais–Ministério das Finanças
República Dominicana	Banco Central de la República Dominicana
Suécia	Ministry for Foreign Affairs Department for International Development Co-operation
Suíça	Office fédéral des affaires économiques extérieures
Suriname	Ministry of Finance
Trinidad e Tobago	Ministry of Finance, Planning and Development
Uruguai	Ministerio de Economía y Finanzas
Venezuela, República Bolivariana da	Banco de Desarrollo Económico y Social

Informações de contato



SEDE

1350 New York Avenue, N.W.
Washington, DC 20577
Estados Unidos da América
Tel: +1 (202) 623-3900
Fax: +1 (202) 623-3815

NA REGIÃO

ARGENTINA

Esmeralda 130 Piso 17
C1035ABD Buenos Aires, Argentina
Tel: + (54 11) 4320-1864
Fax: + (54 11) 4320-1831/7

CHILE

Avda. Pedro de Valdivia 0193
Pisos 10 y 11
Providencia
Santiago, Chile
Tel: + (562) 431-3719
Fax: + (562) 374-2436

COLÔMBIA

Carrera 7 No. 71-21, Torre B, Piso 19
Edificio Davivienda
Bogotá, Colômbia
Tel: + (571) 325-7058/59
+ (571) 325-7000
Fax: + (571) 325-7057

COSTA RICA

Edificio Centro Colón, Piso 12
Paseo Colón, entre calles 38 y 40
Apartado postal 1142-1007
San José, Costa Rica
Tel: + (506) 2523-3348
Fax: + (506) 2257-0083

EL SALVADOR

Edificio World Trade Center
4º Nivel
Calle El Mirador y 89 Avenida Norte
San Salvador, El Salvador
Tel: + (503) 2233-8900 ramal 2201
Fax: + (503) 2233-8921

GUATEMALA

3ª. Avenida 13-78
Zona 10
Torre Citigroup
10 nivel
Guatemala, AC 01010
Tel: + (502) 2379 9393
Fax: + (502) 2379 9301

NICARÁGUA

Edificio BID km. 4½, Carretera a Masaya
Managua, Nicarágua
Tel: + (505) 2267-0831
Fax: + (505) 2270-8463

PARAGUAI

Quesada 4616 esq. Legión Civil Extranjera
Piso 2
Asunción, Paraguai
Tel: + (595 21) 616-2320
Fax: + (595 21) 615-681

PERU

Paseo de la República No. 3245
Piso 13
Lima 27, Peru
Tel: + (511) 215-7800
Fax: + (511) 442-3466

URUGUAI

Rincón 640
11.000 Montevideo, Uruguai
Tel: + (598) 2915-3696
Fax: + (598) 2916-2607

COORDENAÇÃO

Flavia Sandoval

REDATOR

Diego Fonseca

EQUIPE DE PRODUÇÃO

Adrian Althoff, Susana Medina-Day, Izaskun Orkwis, Rebeca Sánchez de Tagle, Guillermina Schinder, Alejandra Vallejo

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

FCI www.fcicreative.com

IMPRESSÃO

Rockville Printing & Graphics, Inc.

FOTOS

Bufette Creativo, Ivan Kashinsky, Tomeu Ozonas, Alejandro Rivera

© 2011 por Corporação Interamericana de Investimentos



MISTO
Papel proveniente de
fontes responsáveis
FSC® C100555



Corporação Interamericana de Investimentos

1350 New York Avenue, N.W.

Washington, DC 20577

Estados Unidos da América

Telefone: (202) 623-3900

Fax: (202) 623-3815

www.iic.int

PAÍSES MEMBROS

Alemanha Argentina Áustria Bahamas Barbados Bélgica Belize Bolívia Brasil Chile China Colômbia
Coreia Costa Rica Dinamarca El Salvador Equador Espanha Estados Unidos Finlândia França Guatemala
Guiana Haiti Honduras Israel Itália Jamaica Japão México Nicarágua Noruega Países Baixos Panamá
Paraguai Peru Portugal República Dominicana Suécia Suíça Suriname Trinidad e Tobago Uruguai Venezuela